

RELATÓRIO FINAL

**ESTUDOS Etnográficos
SOBRE O PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA ENTRE
POVOS INDÍGENAS**

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos etnográficos sobre os efeitos das transferências monetárias do Programa Bolsa Família (PBF) sobre povos indígenas residentes em sete Terras Indígenas (T.I.), a saber: Alto Rio Negro (AM), Barra Velha (BA), Dourados (MS), Jaraguá (SP), Parabubure (MT), Porquinhos (MA) e Takuaraty/Yvykuarusu (MS).

FICHA TÉCNICA

EXECUÇÃO DO RELATÓRIO FINAL
RICARDO VERDUM

ORGÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO).

PROJETO
UNESCO - 914BRZ3002 - AVALIAR A IMPLIMENTAÇÃO, OS RESULTADOS E OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS, PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS, BENEFÍCIOS E SERVIÇOS SOB RESPONSABILIDADE DO MDS OU QUE CONSTITUAM O PLANO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA
AGOSTO DE 2013 A JULHO DE 2014

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO
TARCÍSIO SILVA

© 2016 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS | BLOCO A | SALA 323

FONE: (61) 2030-1501 | FAX: (61) 2030-1529

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

*As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do consultor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1.	SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS	05
	APRESENTAÇÃO	06
2.	INTRODUÇÃO AO TRABALHO ETNOGRÁFICO	10
	CONTEXTUALIZAÇÃO E METODOLOGIA NO ESTUDOS DE CASO	16
	2.1 A experiência etnográfica 21	
	2.1.1 Terra lindígena Barra Velha 21	
	2.1.2 Terra lindígena Porquinhos 23	
	2.1.3 Terra lindígena Takuaraty/Yvykuarusu 26	
	2.1.4 Terra Indígena Dourados 27	
	2.1.5 Terra Indígena Alto Rio Negro 28	
	2.1.6 Terra Indígena Parabubure 30	
	2.1.7 Terra Indígena Jaraguá 31	
3.	RESULTADOS DE CADA ESTUDO DE CASO	33
	3.1 Terra Indígena Barra Velha 33	
	3.2 Terra Indígena Porquinhos 38	
	3.3 Terra Indígena Takuaraty/Yvykuarusu (ou Aldeia Paraguasu) 47	
	3.4 Terra Indígena Dourados 54	
	3.5 Terra Indígena Alto Rio Negro 69	
	3.6 Terra Indígena Parabubure 82	
	3.7 Terra Indígena Jaraguá 90	
4.	ANALISANDO OS ACHADOS POR BLOCO TEMÁTICO	95
	4.1 Percepções e significados acerca do PBF 95	
	4.2 Cadastro Único 97	
	4.3 Condicionalidades 100	
	4.4 Logística de pagamento/recebimento do benefício 103	
	4.5 Utilização do benefício financeiro 107	
	4.6 Formas de relação dos indígenas com o poder público, comércio e a sociedade local 109	
	4.7 Acesso dos indígenas às unidades do SUAS (CRAS, CREAS) 112	
	4.8 Atividades produtivas e comerciais locais e Segurança Alimentar 114	
	4.9 Questões de gênero 117	
5.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	120

6.**RECOMENDAÇÕES À GESTÃO DO PROGRAMA****126**

- 6.1 Percepções e significados acerca do PBF **126**
- 6.2 Cadastro Único **126**
- 6.3 Condicionalidades **128**
- 6.4 Logística de pagamento/recebimento do benefício **129**
- 6.5 Utilização do benefício financeiro **131**
- 6.6 Formas de relação dos indígenas com o poder público e a sociedade local **131**
- 6.7 Acesso dos indígenas às unidades do SUAS (CRAS, CREAS) **132**
- 6.8 Atividades produtivas e comerciais locais e Segurança Alimentar **132**

7.**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS****134****ANEXO 1****138**

- Roteiro Básico Comum (RBC) **138**
 - Parte 1: Percepções e visões sobre o PBF e sobre Pobreza **138**
 - Parte 2: Cadastro Único **139**
 - Parte 3: Condicionalidades **140**
 - Parte 4: Aspectos do pagamento/recebimento dos benefícios/logística de pagamento **142**
 - Parte 5: Utilização do benefício/usos do PBF **144**
 - Parte 6: Parte 6: Relações com o poder público local/comércio/sociedade local **144**
 - Parte 7: PBF na perspectiva de gênero **145**
 - Parte 8: Produção e segurança alimentar e nutricional **145**
 - Parte 9: Acesso aos serviços e benefícios sócioassistenciais **146**

ANEXO 2**147**

- Roteiro Básico Elaborado por Bruno Nogueira Guimarães **147**
 - Parte 1: Composição familiar **147**
 - Parte 2: Cadastro Único **147**
 - Parte 3: Condicionalidades **148**
 - Parte 4: Estratégias de apropriação do benefício **148**
 - Parte 5: Patronato **149**

QUADROS E MAPAS

- Quadro 1: Terras Indígenas incluídas no estudo **8**
- Quadro 2: Dados gerais das Terras Indígenas e do trabalho de campo **17**
- Mapa 1: Localização das sete Terras Indígenas **20**

Siglas e Abreviaturas Utilizadas

AB	Atenção Básica	MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ACS	Agentes Comunitários de Saúde	Oportunidades	Programa de Desarrollo Humano Oportunidades
ADA	Ação de Distribuição de Alimentos	PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
AIS	Agentes Indígenas de Saúde	PAC	Programa de Agentes Comunitários
AISAN	Agente indígena de saneamento	PBF	Programa Bolsa Família
ARN	Alto Rio Negro	PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
BF	Programa Bolsa Família	PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
BPC	Benefício de Prestação Continuada	PPA	Plano Plurianual
BSM	Plano Brasil Sem Miséria	Progres	Programa de Educación, Salud y Alimentación
CadÚnico	Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal	PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional	PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
CECI	Centro de Educação e Cultura Indígena	RANI	Registro Administrativo de Nascimento do Indígena
CEF	Caixa Econômica Federal	RBC	Roteiro Básico Comum
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social	SASISUS	Subsistema de Atenção à Saúde Indígena
CREAS	Centros de Referência Especializados de Assistência Social	SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
CTL	Coordenação Técnica Local	SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
CVK	Comunidade Vida Kaiowá	SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cida
DA	Departamento de Avaliação	SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
DIASI	Divisão de Atenção à Saúde Indígena	SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena	SGC	São Gabriel da Cachoeira
EMSI	Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena	SIASI	Sistema de Atenção à Saúde Indígena
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro	SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
FUNAI	Fundação Nacional do Índio	SPI	Serviço de Proteção ao Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SUAS	Sistema Único de Assistência Social
ICS	Instância de Controle Social	TdR	Termo de Referência
IGD	Índice de Gestão Descentralizada	TI	Terra Indígena
ISA	Instituto Socioambiental	TRC	Transferência de renda condicionada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário	UBS	Unidades básicas de saúde
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		
MEC	Ministério da Educação		
MPF	Ministério Público Federal		
MS	Ministério da Saúde		

Apresentação

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 20 de outubro de 2003, por meio da Medida Provisória no 132, posteriormente convertida na Lei no 10.386/2004, ficando sua gestão a cargo da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ele se baseia no modelo de transferência de renda com condicionalidades (TRC). Esse modelo de intervenção social surgiu nos anos 1990, sendo implantado em diversos países da América Latina¹. As condicionalidades do PBF são nas áreas de saúde, educação e assistência social: para receber o benefício, as famílias devem manter seus filhos de 6 a 17 anos matriculados na escola e, com relação à saúde, as gestantes devem fazer exame pré-natal e acompanhamento nutricional e de saúde da mãe e da criança, além de manter as vacinas das crianças em dia segundo o calendário mínimo de vacinas recomendado pelo Ministério da Saúde no Brasil- o que lhe dá um caráter intersetorial e exige uma estreita articulação federativa, envolvendo diferentes ministérios, secretarias de Estado e secretarias municipais, e a participação da sociedade civil organizada. Na visão dos promotores do programa, o cumprimento de condicionalidades é entendido como um compromisso pela garantia de direitos básicos cuja efetivação deve ser compartilhada pelas famílias e pelo poder público. Entre os direitos sociais, o PBF priorizou além do acesso a renda, o acesso a serviços de saúde e de educação como condição estratégica para a interrupção do ciclo intergeracional da pobreza².

A criação do PBF possibilitou unificar vários procedimentos de gestão e execução das ações de transferência condicionada de ren-

da então existentes no país, criados a partir de meados da década anterior, como os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás. O principal instrumento de unificação dessas ações é o denominado *Cadastro Único de Programas Sociais* do Governo Federal (a partir daqui referido como Cadastro Único ou, ainda, CadÚnico), por meio do qual as famílias têm acesso tanto ao PBF quanto a outros programas do governo federal³.

A Caixa Econômica Federal (CEF) é o órgão operador e pagador do benefício. Ao que consta, cabe à Caixa o fornecimento de infraestrutura para organização e manutenção do Cadastro Único; processamento do banco de dados, desenvolvimento e fornecimento dos aplicativos de entrada e transmissão de dados; identificação de pessoas cadastradas com um Número de Identificação Social – NIS; atendimento aos beneficiários e cadastramento de senha; efetivação e processamento dos benefícios e disponibilização de informações gerenciais. Cabe

1. O México foi o primeiro país a adotar e implantar o modelo PTSC na América Latina e Caribe, com o Programa de Educación, Salud y Alimentación (Progresa), de 2000, que em 2002 passou a ser chamado Programa de Desarrollo Humano Oportunidades (Oportunidades). Sobre o contexto de criação de diferentes programas de transferências condicionadas na América Latina e noutras partes do mundo cf. GONZÁLES DE LA ROCHA & ESCOBAR LATAPÍ, 2012.

2. Sobre o Programa Bolsa Família cf. CAMPELLO & NERI, 2013; CASTRO & MODESTO, 2010; BRASIL/MDS, 2013.

3. Em 2008, após quatro anos de criação do PBF e sem que houvesse qualquer normatização a respeito da inclusão de famílias indígenas nesse Programa, foi constatada a existência de 53.513 famílias, residentes em 392 municípios (CARVALHO, 2010). No caso de famílias indígenas, a Certidão do RANI (Registro Administrativo de Nascimento do Indígena) normativamente é aceito como documento válido para o cadastramento. Cf. MDS, 2011.

à Caixa, também, emitir os cartões magnéticos para o recebimento do pagamento, assim como o pagamento do benefício devido mensalmente a cada família contemplada. A SENARC é responsável por mensalmente deliberar as quotas de concessão de benefícios, segundo os tipos de famílias habilitadas e a meta física mensal necessária ao equilíbrio orçamentário e financeiro do Programa, e enviar à Caixa os respectivos arquivos eletrônicos para execução da fase de concessão.

A Portaria MDS nº 204 de 08/07/2011, publicada no Diário Oficial da União em 12/07/2011, disciplina procedimentos relativos ao pagamento e aos cartões de benefícios do Programa Bolsa Família (PBF), incluindo aqueles contratados junto à Caixa Econômica Federal. Aí fica-se sabendo que o "MDS poderá solicitar ampliação dos canais de pagamento existentes numa localidade, no intuito de melhoria da qualidade dos serviços necessários ao pagamento de famílias beneficiárias, cabendo ao Agente Operador [a Caixa] analisar aspectos legais pertinentes e a viabilidade operacional e econômica do empreendimento, encaminhando sua decisão ao MDS" (Art. 8º, § 2º). Também, que no caso de ocorrerem irregularidades nos canais de pagamento (a saber, estabelecimentos bancários do Agente Operador; unidades lotéricas; estabelecimentos habilitados pela Caixa; e terminais de autoatendimento), o Agente Operador "realizará apurações preliminares, auditoria, sindicância ou inquérito administrativo nos canais de pagamento, sempre que necessário, informando ao MDS sobre as irregularidades identificadas, no que se refere ao pagamento de famílias beneficiárias" (Art. 9, XI, § 1º); e que "dentre outras medidas possíveis, o Agente Operador poderá realizar a notificação dos correspondentes não

bancários ou unidades lotéricas para a restituição dos prejuízos causados, ou, caso necessário, poderá proceder ao cancelamento da concessão do serviço" (Art. 9, XI, § 2º).⁴

A participação social do PBF está prevista, sobretudo, por meio de um conselho formalmente constituído no ato de adesão do município *ao Programa, denominado Instância de Controle Social (ICS) dº Programa Bolsa Família*.⁵ A criação ou designação desse Conselho é obrigatória e visa garantir os princípios de transparência da política pública e da gestão compartilhada que devem reger o PBF (Decreto nº 5.209/2004). Ainda, espera-se que a ICS tenha em sua composição, além dos representantes do governo local, no mínimo, metade dos seus membros indicados por entidades da comunidade.

Em junho de 2011, foi instituído o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), com o objetivo de superar a situação de extrema pobreza no país, por meio de ação integrada, tanto do ponto de vista intersetorial, quanto do ponto de vista federativo. O BSM conta, para isso, com basicamente três eixos de ação, que são: a garantia de renda, o acesso a serviços e a inclusão social produtiva. Nesse sentido, o Bolsa Família tem um lugar de destaque como estratégia de proteção e promoção social.⁶

4. Disponível em <http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibalink.php?numlink=217696>

5. Conforme a Portaria GM/MDS 246/2005 a presença de uma Instância de Controle Social (ICS) é pré-requisito para a adesão dos municípios ao PBF.

6. Sobre o PBF e sua relevância para o conceito de "piso de proteção social", cf. SCHWAZER, 2013.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um total de 896.917 pessoas se autodeclararam “indígena” no Censo 2010. Isso corresponde, aproximadamente, a 0,47% da população total do país à época. Deste total, 324.834 pessoas foram registradas pelo Instituto como vivendo em “cidades”, e 572.083 em “áreas rurais”. Segundo dados do MDS, em fevereiro de 2014 existiam 100.614 famílias indígenas cadastradas como beneficiárias do Programa Bolsa Família, distribuídas pelas cinco grandes regiões do país. Em uma estimativa, poderíamos dizer então que, se considerarmos um número médio de quatro pessoas por família, algo como 44,9% famílias indígenas estariam “aptas” e recebendo o “benefício” do PBF em fevereiro de 2014.

O quadro que segue informa quais foram as Terras Indígenas estudadas e os respectivos antropólogos responsáveis pelo desenvolvimento de cada investigação:

QUADRO 1: TERRAS INDÍGENAS INCLUÍDAS NO ESTUDO

TERRA INDÍGENA (UF)	PESQUISADOR
Alto Rio Negro (AM)	Adriana Romano Áthila
Barra Velha (BA)	Joceny de Deus Pinheiro
Dourados (MS)	Spensi Kmitta Pimentel
Jaraguá (SP)	Danielli Jatobá França
Parabubure (MT)	Othília Maria Baptista de Carvalho
Porquinhos (MA)	Bruno Nogueira Guimarães
Takuaraty/Yvykuarusu (MS)	Lydie Oiara Bonilla Jacobs

A pesquisa teve por objetivo geral identificar e analisar os possíveis efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) na população indígena nessas sete TIs. A expectativa é de que os resultados globais e locais da pesquisa possam contribuir para a revisão e adaptação do programa, tanto em nível nacional como no nível municipal, possibilitando a adoção

de um enfoque de reconhecimento étnico mais integral, acolhendo no seu desenho e operacionalização as necessidades e direitos específicos destes povos, bem como sua participação informada nos processos de concepção, monitoramento e avaliação nas mudanças que se mostram necessárias, e urgentes.

Registre-se que, em todos os casos, em consideração à ratificação da Convenção 169 da OIT pelo Brasil e o que ela determina, o trabalho de campo foi antecedido de visitas realizadas por técnicos do MDS em cada TI, que se reuniram com os representantes indígenas de cada uma delas, explicando os objetivos da pesquisa e a metodologia que seria utilizada. Na ocasião dessas reuniões, foram assinados termos de anuência prévia e informada, pelos quais os indígenas concordaram em responder às pesquisas, suscitando ou reforçando as expectativas por um aperfeiçoamento do PBF. A essas expectativas, acrescenta-se a motivação das pessoas que responderam à pesquisa, seguida pela dos pesquisadores que foram a campo, para que esse propósito seja atingido efetivamente.⁷

O trabalho de análise incorpora os resultados do estudo realizado pela empresa NC Pinheiro, contratada pelo MDS para verificar o desenho, a gestão, a implementação e os fluxos de acompanhamento das condicionalidades de saúde associadas ao Programa

7. No final da década passada, Colômbia e Panamá são considerados os países onde mais houve avanços no enfoque étnico, com a criação de programas específicos para povos indígenas. No México, optou-se por fortalecer a linha da focalização do Programa Oportunidades em localidades indígenas. Brasil e Chile são também países aonde foi dada uma atenção explícita os povos indígenas como sujeitos de direito nos respectivos PTC (Programa de Transferência Condicionada) - cf. HERNÁNDEZ ÁVILA & RUBIO, 2011; ROBLES, 2009.

Bolsa Família (PBF) para Povos Indígenas. O trabalho de campo desta referida pesquisa foi realizado entre fevereiro e dezembro de 2013, utilizando as técnicas de entrevista focalizada e análise documental. As entrevistas envolveram 55 pessoas, entre gestores municipais do BF, coordenadores do PBF na saúde, Secretários Municipais de Saúde e representantes do Subsistema de Atenção à Saúde Índigena no âmbito de 06 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Além disso, foram realizadas entrevistas com gestores federais dos ministérios da Saúde e Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A pesquisa foi realizada em seis DSEI, contemplando dois municípios em cada distrito⁸.

Causa preocupação a principal conclusão desse trabalho, ou seja, que ficou evidenciada a fragilidade do Estado no cumprimento do seu compromisso. Segundo as autoras do estudo: "As estruturas físicas da maioria dos postos de saúde, em todos os DSEI do estudo, estavam em precário estado de conservação, muitas vezes não permitindo ali a permanência das equipes de saúde. Em alguns distritos as equipes de saúde também não são suficientes para o atendimento da população. Em vários DSEI pesquisados existe uma alta rotatividade de profissionais, sejam médicos, enfermeiros ou técnicos. Segundo as coordenações de equipe, esta rotatividade é impulsionada pelos baixos salários" (NC PINHEIRO, 2013: 134). Ainda, que "em nenhum dos municípios estudados existia retorno dos dados de saúde dos beneficiários do PBF às equipes de saúde para que se faça um efetivo acompanhamento nutricional junto às crianças e gestantes" (NC PINHEIRO, 2013: 158).⁹ Nas entrevistas com os gestores municipais também se observou que, em decorrência das distâncias da maioria das aldeias em relação aos pontos de saque, e/ ou do endividamento das famílias, os comerciantes locais ficam

de posse do cartão e sacam mensalmente os benefícios das famílias indígenas. Em um município da região Norte e outro da região Nordeste, a maioria, se não a totalidade dos beneficiários indígenas têm seus cartões retidos; há casos também na região Centro-Oeste. Isso foi confirmado com detalhes nos estudos etnográficos realizados, só não sendo registrada situação semelhante na TI Jara-guá (SP).

Por fim, agradecemos a todos os colegas consultores, pela leitura e comentários feitos às versões anteriores deste documento. Este documento não seria possível sem o compromisso e o profissionalismo de Adriana Romano Áthila, Bruno Nogueira Guimarães, Danielli Jatobá França, Joceny de Deus Pinheiro, Othilia Maria Baptista de Carvalho, Lydie Oiara Bonilla Jacobs e Spensy Kmitta Pimentel. Um agradecimento especial vai também aos colegas Alba Lucy Giraldo Figueroa, Pedro Stoeckli, Júlio César Borges, Kátia Cristina Favilla, Lea Rocchi Sales, Celiana Nogueira Cabral dos Santos e Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha, do MDS que contribuíram com leituras cuidadosas do material gerado nestes quase nove meses de trabalho.

Ricardo Verдум
Canto Sul DO ROSA, MAIO DE 2014.

8. Foram incluídos para compor a amostra os seguintes DSEI e respectivos municípios: Alto Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira e Barcelos); Bahia (Salvador e Porto Seguro); Maranhão (São Luís e Grajaú); Mato Grosso do Sul (Campo Grande e Dourados); Litoral Sul (Curitiba e São Paulo) e Xavante (Barra do Garças e Campinápolis). A pesquisa foi executada por Neida Cortes Pinheiro (coord.) e Sara Berardi.

9. Por "retorno" entenda-se uma análise, por profissional nutricionista, dos dados coletados, de modo a servirem de orientação para o acompanhamento de crianças e mulheres gestantes e nutrizes em situação de vulnerabilidade.

Introdução ao Trabalho Etnográfico

Todos os consultores contratados para a realização do trabalho Etnográfico tinham um objetivo comum, a saber: produzir um *relato etnográfico* sobre os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) na população indígena, em sete Terras Indígenas. Seus esforços deviam estar orientados fundamentalmente para realizar uma caracterização compreensiva do processo de inserção das famílias indígenas no PBF, o que significava conhecer o ponto de vista deste ator social, levando em consideração as circunstâncias políticas, econômicas, sociais e culturais em que isso estava ocorrendo. Para isso, a cada consultor foram proporcionadas as condições de permanência em campo na TI num tempo mínimo de oitenta dias, estabelecidos em contrato com o MDS, para que os mesmos interagissem prioritariamente com os indivíduos e famílias indígenas beneficiárias do Programa. Buscou-se com isso estabelecer um processo de investigação onde a ação do Estado fosse vista *desde abaixo*, onde o fazer etnográfico estaria centrado nos sujeitos alvo da política pública e seus processos.

Coerente com esta perspectiva foi definido que a metodologia adotada nos diferentes estudos de

caso seria do tipo qualitativa, ou seja: os dados seriam produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, do diálogo informal e, principalmente, da observação do dia a dia das pessoas (técnica conhecida como *observação participante*), tendo por complementos o registro fotográfico e em áudio e a análise documental.¹⁰

Na medida em que o Termo de Referência (TdR) indicava que o

10. A *observação participante* é a principal técnica de campo do processo etnográfico e da produção de conhecimento na Antropologia. Inclui observação e participação. Requer do investigador(a) disposição de mergulhar na subjetividade das vidas cotidianas na busca de sentido, como meio para compreender o que move e orienta as práticas sociais e a cotidianidade das pessoas. Requer sua familiarização com os significados culturais, valores, costumes e a estrutura social com quem convivem, buscando averiguar a racionalidade específica dos atos de indivíduos e de redes de indivíduos. Ainda, considera o jogo de espelhos que naturalmente é gerado na relação entre o investigador e os sujeitos estudados, e que o conhecimento é algo desigualmente distribuído entre as pessoas, algo relacionado à estrutura social e aos papéis dos indivíduos. Por fim, a metodologia leva em consideração que nem todas as portas estarão ou serão abertas ao diálogo, e que nem todas as pessoas manifestarão igual disponibilidade de expor suas ideias e opiniões, principalmente quando for uma entrevista gravada. A etnografia é uma técnica de campo que exige períodos mais longos que outras técnicas de pesquisa.

trabalho dos consultores devesse priorizar as “percepções indígena” sobre o Programa, praticamente todos eles/elas buscaram adentrar a esfera ou universo conceitual dos seus interlocutores, almejando com isso produzir uma visão mais rica das perspectivas dos sujeitos com os quais interagiram no processo de *investigação etnográfica*. Para além de entrevistas pontuais, conversas e observações acerca dos temas previstos no *Roteiro Básico Comum* (RBC), as rotinas de pesquisa dos antropólogos incluíram múltiplos espaços e modalidades de acompanhamento e participação. A própria natureza das questões para investigação colocadas pelo MDS exigia dos pesquisadores a realização de um estudo *multisituado*, ou seja, que fossem incluídas outras unidades de observação dentro da área ou campo de análise que não só a comunidade indígena local com a qual tinham por meta interagir.

Neste documento o termo *etnografia* será usado com três significados, a saber: a) para indicar uma maneira particular de olhar a diversidade social e cultural (o *olhar etnográfico*); b) para indicar o conjunto das técnicas e procedimento que constituem o chamado processo etnográfico (ou, a *etnografia como prática de campo*); e c) para indicar os diferentes estilos ou gêneros de escrita ou narrativa etnográfica

(a *etnografia como produto*). A *etnografia* como produto traz mais do que os dados produzidos em campo. Também conhecida com *descrição etnográfica*, ela contém a interpretação desses dados e sofre a influência da confrontação entre os postulados teóricos e as “evidências empíricas” obtidas no processo etnográfico. A *etnografia* – seja como olhar, processo ou produto – é mais do que um procedimento técnico ou acadêmico, é uma atividade fundamentalmente política, pois dela emergem significados que podem gerar e suportar e, eventualmente, desconstruir analiticamente, por exemplo, ações de instâncias ou dispositivos de poder que entram em jogo nos arranjos sociais–governamentais ou não governamentais. Os antropólogos sabem possivelmente melhor que outros cientistas sociais a estreita relação entre conhecer e dominar.¹¹

A *etnografia* constitui um dos elementos do chamado *triângulo antropológico*, junto com a contextualização e a comparação. Como veremos, os pesquisadores de campo fo-

11. Sobre essas e outras questões relativas ao fazer etnográfico, cf. ASAD, 1973; STOCKING, 1991; GUBER, 2012; KAWULICH, 2005; LAPLANTINE, 2004; MARCUS & CUSHMAN, 2003; NADER, 1969; PUJADAS I MUÑOZ, 2010; RAPPAPORT, 2000; SCHWARTZMAN, 1993; TEIXEIRA & SOUZA LIMA, 2010; VELHO, 1994.

ram bem além da realização de uma simples “coleta de percepções”. Buscaram sustentar as suas interpretações numa rigorosa contextualização histórica, sociológica, política, econômica e, em alguns casos, geográfica e ambiental. Afinal, a complexidade ou a simplicidade dos objetos de estudo está mais implícita no modelo de análise que na própria natureza da realidade analisada.

A ideia de estabelecer um *Roteiro Básico Comum* (RBC)¹² que orientasse o processo etnográfico dos sete estudos de caso surgiu em decorrência de vários fatores. Em primeiro lugar, a expectativa que há em relação ao resultado global da pesquisa, ou seja, que os estudos etnográficos ofereçam informações qualitativas capazes de orientar possíveis ajustes no Programa Bolsa Família (PBF) direcionados a povos indígenas; que a partir deles possam ser gerados elementos teóricos, metodológicos e operacionais que permitam adequar o funcionamento do Programa às características próprias dos sujeitos de direito que ele pretende promover. Durante oficina realizada no MDS em Brasília, no mês de setembro de 2013, aventou-se também que os resultados da pesquisa qualitativa pudessem subsidiar a formulação de uma pesquisa quantitativa, extensiva a um número maior de Terras Indígenas.

Outro fator indutor desta ideia deriva da constatação de que são sete estudos de caso, que não obstante terem em comum como tema e como problema concreto os efeitos das transferências monetárias do Programa Bolsa Família, cada qual foi realizado em uma Terra Indígena com suas próprias especificidades. Ou seja, em sete *unidades*

de observação distintas, com diferentes povos indígenas em distintas situações de interação sociocultural com a sociedade regional e por somente um pesquisador(a). Considerando que mais além das avaliações individuais e específicas está o objetivo de discutir e comparar os achados das pesquisas etnográficas, de forma a alcançar níveis de generalização que permitam promover os ajustes julgados necessários no Programa, ou nos seus componentes e logística quando se trata de “beneficiários” pertencentes a povos indígenas, era evidente a necessidade de haver um roteiro básico de questões orientadoras do *observar, escutar e escrever* que contemplasse as questões sobre as quais as diferentes Secretarias do MDS demandavam respostas.

Por fim, considerou-se que além das especificidades em formação e experiência de vida e de pesquisa, cada um dos pesquisadores (as) iria confrontar-se em campo com realidades em vários aspectos bastante diversas. Na hipótese de que isso pudesse gerar diferentes

12. O RBC foi estruturado em nove tópicos, quais sejam, “Percepções e significados acerca do PBF”; “Atividades produtivas e comerciais locais e sua relação com segurança alimentar”; “Acesso dos indígenas às unidades do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (CRAS e CREAS)”; “Logística de pagamento e recebimento do benefício financeiro”; “Utilização do benefício financeiro”; “Cadastro Único”; “Condicionalidades”; “PBF e questões de gênero”; “Formas de relacionamento dos indígenas com representantes do poder público, comerciantes, e com demais pessoas e setores da sociedade local”. Foi elaborado a partir das questões elaboradas pelas diferentes secretarias e coordenações do MDS envolvidas com a implementação e a avaliação do PBF, tendo sido validado durante a oficina de trabalho realizada em setembro de 2013, em Brasília/DF, com a participação dos sete consultores contratados para realizar os estudos de caso. No Anexo 1 o leitor encontrará as questões que foram efetivamente colocadas no início da pesquisa em cada um dos nove tópicos.

priorizações ou ênfases na geração de dados, o que poderia dificultar o objetivo de discutir, comparar e generalizar os achados das pesquisas etnográficas, em consenso com o Departamento de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - DA/SAGI pareceu ser mais seguro adotar o instrumento chamado de *Roteiro Básico Comum* (RBC).

Na elaboração deste roteiro, com as questões orientadoras do processo investigativo para os sete estudos etnográficos, a principal referência foi o rol de questões fornecidas pelo MDS, estabelecidas em diálogos entre suas diferentes Secretarias (Senarc, SNAS, Sesep, Sesan, Sagi). Por outro lado, confiou-se que cada investigador tivesse ao longo da sua investigação a capacidade e a sensibilidade necessárias para identificar e superar os possíveis limites que estas questões pudessem apresentar; e que buscassem olhar para além delas, dos limites cognitivos e epistemológicos que inevitavelmente qualquer conjunto de questões cria, incorporando outras que avaliassem serem geradoras de dados e conhecimento para melhor avaliar os efeitos *in loco* do Programa Bolsa Família. Como será apresentado a seguir, e com mais detalhe em seções específicas, praticamente em todos os processos etnográficos houve a necessidade de adequações. Isso porque muitas questões exigiam do interlocutor domínio (ou alguma familiaridade) de conteúdos desconhecidos ou até estranhos ao universo da vida nas aldeias. Como por exemplo, o estranhamento produzido por alguns termos de uso comum no Programa, como o de “condicionalidades”, “elegibilidade”, entre outros.

Supunha-se ainda a necessidade de uma ampliação do horizonte ou do campo sociológico de análise para além das fronteiras familiares e da comunidade local. Isso para poder alcançar a diversidade de espaços, estruturas, sujeitos, significados e práticas sociais (e políticas) envolvidos no (aparentemente simples ato de) receber/gastar o dinheiro, e como condição para entender certos efeitos e limitações da ação do Programa na população prioritária do estudo. Como será visto mais para frente, e com detalhes em alguns relatos etnográficos, a noção de *redes sociais* se mostrou como uma boa ferramenta de trabalho. Auxiliou na produção e na interpretação de dados e informações, iluminou vínculos entre pessoas e grupos de pessoas, sejam elas/eles indígenas ou não indígenas, o papel de indivíduos e grupos mediadores. Colocou em evidencia relações de poder e hierarquia, relações de tipo compadrio (relação social similar à relação de parentesco, mediante a qual o padrinho tem uma série de obrigações e privilégios em relação ao afiliado, como também com seus pais) e patrão-cliente (patronagem-clientelismo), e relações entre o sistema institucional e estruturas não institucionais e intersticiais. A noção de *assimetrias* (ou de *relações assimétricas*) surgiu como um complemento necessário à anterior, por revelar e ajudar na caracterização de determinadas situações ou processos socioculturais. Isso exigiu dos pesquisadores colocar muita atenção aos relatos sobre a vida e o destino concreto de pessoas, famílias e grupos familiares,

além da observação empírica de relações e processos sociais¹³.

Olhar criticamente o conceito de *família* do PBF, verificar sua aderência aos contextos locais de significado, especialmente no campo das relações de parentesco, e que efeitos gera no acesso dos indígenas ao recurso financeiro, se constituiu num ponto importante a ser considerado¹⁴. O conceito de *residência* é outro utilizado de maneira universalizante pelo programa, nem sempre se ajustando ao modo de vida e perspectiva cultural dos indígenas. É possível dizer-se que isso é de interesse não somente da instituição responsável pela implementação do Programa, o MDS, mas também dos seus beneficiários, os indígenas. Por fim, em se verificando haver um descompasso, entendia-se ser importante identificar como esta situação era manejada social e culturalmente pelos indígenas, que artifícios eram empregados por eles nas situações concretas, visando garantir o acesso e a continuidade do recebimento do recurso financeiro. A noção de *adaptação criativa* apareceu como bem útil para entender os processos. Ela é utilizada aqui para referir-se aos processos por intermédio dos quais atores específicos e redes de atores produzem ou coproduzem seus mundos sociais interpessoais e coletivos, retrabalhando repertórios culturais existentes ou por conduta aprendida, ou ainda mediante as muitas maneiras pelas quais as pessoas improvisam e experimentam, com velhos e novos conhecimentos e experiências, reagindo segundo a situação e com imaginação, às circunstâncias que encontram (LONG, 2007). Refere-se à relação ativa e criadora da ação humana com o mundo (BOURDIEU & WACQUANT, 2005)¹⁵.

Disposição semelhante teve de ser adotada em relação ao conceito de *comunidade*.

Verificou-se que chegar a campo com uma definição mais flexível ajudaria a perceber se o PBF, e o acesso ao recurso monetário em particular, estava tendo efeitos no mundo indígena para além da fronteira circunscrita da unidade familiar básica (mulher, marido e filhos e filhas) e sua parentela próxima ("grupo de aliança local"). Supunha-se que em alguns casos os efeitos poderiam estar ocorrendo numa região mais ampla do que a da aldeia ou mesmo da Terra Indígena, ou ainda se manifestando para além da fronteira nacional brasileira.

Na elaboração do *roteiro* foi mantida a proposta original do MDS de nove blocos temáticos, cada qual relacionado a um aspecto do Programa. **Também foi levado em consideração que o foco dos sete estudos**

13. Com a utilização da noção de redes sociais queremos nos referir, ainda, às relações e intercâmbios diretos e indiretos (interpessoais, inter-organizacionais e socio-técnicos), interfamiliares e interétnicos, por meio dos quais fluem - no espaço e no tempo - objetos, informações, conhecimentos, além de ideias, conceitos e noções. A história da noção de rede nas Ciências Sociais remonta aos escritos de Saint-Simon no século XIX (SCHERER-WARREN, 2005), ganha projeção em meados do século XX com os estudos desenvolvidos no âmbito da tradição da antropologia social britânica (FELDMAN-BIANCO, 1987), e alcança um desenvolvimento bem interessante com o antropólogo norte-americano Eric Wolf, ao evidenciar as relações entre o âmbito local e as instâncias regionais, nacionais e internacionais e seus múltiplos efeitos (WOLF, 2001, 2005; FELDMAN-BIANCO & RIBEIRO, 2003).

14. A família é definida no PBF como: "unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros" (Lei no 10.836).

15. Aos interessados em aprofundar o tema, relacionando adaptação criativa – entendida como capacidade de inovação e com adaptabilidade estratégica às novas exigências históricas – com processos de etnogênese, recomendamos BARTOLOMÉ, 2006; HERZFELD, 2008; HILL, 1996; PACHECO DE OLIVEIRA, 2004.

devia estar em como o Programa é operacionalizado, percebido e utilizado pelos/as indígenas; e nos efeitos sociais, culturais, políticos e econômicos gerados ou desencadeados pelo recebimento (e não recebimento) das transferências monetárias do Programa Bolsa Família. Como veremos, o dinheiro que chega às famílias indígenas adquire múltiplos significados, escapando da lógica da visão puramente economicista. A origem, sua utilidade e finalidades, os riscos, as dificuldades que traz, as possibilidades que abre, entre outras questões, irão aparecer na existência cotidiana, em discursos e nas práticas sociais dos sujeitos, algumas mostrando compreensões provavelmente suscetíveis de não serem pensadas nos gabinetes da burocracia e das ciências sociais acadêmicas¹⁶.

Vários fatores intervieram na rotina de investigação inicialmente estabelecida, influindo tanto no processo de investigação dos consultores em campo quanto na organização, análise e interpretação dos dados. Cito, como exemplo, os estilos pessoais e a diferente formação acadêmica dos pesquisadores; sua experiência com pesquisas de avaliação de políticas públicas; e o contexto sociocultural e político que cada um encontrou e enfrentou no campo para efetivar os objetivos da pesquisa. Também contribuíram para isso as diferentes estratégias dos pesquisadores para aplicar as técnicas qualitativas de investigação, diante da situação inevitável de *dissimetria* (BOURDIEU, 2011) ligada à distância sociocultural que perpassa e marca a rela-

ção de pesquisa. Tanto isso é verdade que alguns consultores relataram resistências político-culturais tanto da parte de indígenas quanto de agentes sociais não indígenas, inclusive de pessoas localmente envolvidas na implementação do Programa, influenciando a obtenção dos "dados almejados". Noutros casos, o pesquisador foi bem acolhido e obteve a colaboração dos entrevistados, por ele mesmo ser visto, inclusive, como uma oportunidade ou quase promessa de resolução dos problemas ou dificuldades por eles vivenciados em relação com o PBF. Além das dificuldades de comunicação decorrentes do não domínio do idioma indígena por parte de alguns pesquisadores, no caso da TI Barra Velha (BA) a pesquisadora se deparou com a resistência dos seus interlocutores indígenas para falar na presença do gravador ligado. É sempre bom lembrar que a relação interpessoal em uma pesquisa é fundamentalmente, e apesar de tudo, uma relação social e intersubjetiva que exerce efeitos sobre o processo e o produto etnográfico.

Na sequência iremos tratar mais especificamente do como o trabalho etnográfico se efetivou em campo, ou seja, nos sete campos em que empiricamente se processou o estudo sobre os efeitos do Programa Bolsa Família, em particular no que se refere ao repasse monetário às famílias indígenas cadastradas e aptas ao recebimento do benefício.

16. Sobre a relação entre dinheiro e cultura, recomendamos a leitura do interessante trabalho de ZELIZER, 2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO E METODOLOGIA NOS ESTUDOS DE CASO

Saber como cada um dos consultores desenvolveu seu trabalho de campo é importante para compreender os resultados alcançados. Especialmente ao leitor não familiarizado com o método etnográfico e as técnicas de campo, isso permite conhecer e aprender aspectos do processo de produção dos dados. Permite, ainda, conhecer algo das condições em que se realizou cada etnografia. Nesse sentido, nesta seção iremos colocar em relevo o *como* cada um dos consultores produziu os seus dados.

No que segue, nos baseamos no que cada um apresentou nos seus respectivos relatos sobre as técnicas, estratégias e procedimentos de investigação adotados. Isso é feito a partir de uma perspectiva particular: a de um sujeito a quem coube a tarefa de acompanhar o processo de investigação à distância, contribuindo com a produção de dados de pesquisa, e que ao final deveria sistematizar os resultados e conclusões alcançadas pelos sete estudos de caso, tirando disso conclusões e recomendações ao MDS. Um sujeito que traz consigo ao processo inquietações específicas, muitas delas anterio-

res ao exercício que ora vai chegado ao seu final, relacionadas à observação crítica (os estudos) dos processos das políticas públicas voltadas para os povos indígenas.

Antes dos consultores irem “ao campo”, houve uma fase preparatória, na qual cada consultor realizou estudos de gabinete sobre os povos indígenas e o contexto em que estão inseridos. Houve também uma apropriação individual de aspectos do PBF, por meio da leitura de manuais, cartilhas, artigos e outros documentos fornecidos pelo MDS, sobre o PBF e outros programas de transferência de renda condicionada.

O trabalho de campo dos consultores teve início no dia 14 de setembro de 2013, com o deslocamento de Bruno Guimarães à Terra Indígena Porquinhos, no estado do Maranhão. A ele seguiram Spensy Pimentel, para a TI Dourados (início dia 17/09); Lydie Oiara Bonilla Jacobs, para a TI Takuaraty/Yvyku-rusu (início dia 17/09), Othília Carvalho, para a TI Parabubure (início dia 19/09), e Adriana Áthila no dia 30/09, para a Terra Indígena Alto Rio Negro. No mês seguinte (outu-

bro) as duas outras consultoras contratadas para os estudos etnográficos seguiram para os seus respectivos campos de pesquisa: Danielli França no dia 23/10, para a Terra Indígena Jaraguá; e Joceny Pinheiro no dia 30/10, para a Terra Indígena Barra Velha. Esta última foi contratada pelo MDS para substituir Palloma Cavalcanti Rezende Braga, que se afastou do trabalho por motivo particular.

Para situar o leitor a respeito dos locais onde se realizaram o estudo, na sequência apresentamos um quadro com dados de cada uma das Terras Indígenas sob investigação, acrescido da indicação do pesquisador responsável pelo estudo de caso e o período em que cada um realizou a sua prática de campo - *o processo etnográfico*.

QUADRO2: DADOS GERAIS DAS TERRAS INDÍGENAS E DO TRABALHO DE CAMPO

TERRAS INDÍGENAS (TIs)	PESQUISADOR/ PESQUISADORA	PERÍODO DE CAMPO
Alto Rio Negro (AM) - Localizada na porção noroeste do estado do Amazonas; faz fronteira com a Colômbia. É acessível por via aérea e fluvial, nesse último caso, por intermédio do Rio Negro e seus afluentes da margem direita. A TI está localizada nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá. A região do Noroeste Amazônico é habitada tradicionalmente há pelo menos dois mil anos, por etnias que falam idiomas pertencentes a três famílias linguísticas: Aruak, Maku e Tukano. São vinte e um povos originários (Tukano, Baniwa, Maku, Arapaso, Desana, Barasana, Baré entre outros). Segundo o IBGE, 14.556 pessoas vivendo no interior da TI se declararam indígenas no Censo de 2010, e outras 627 que se consideram.	Adriana Romano Áthila	De 30 de outubro a 19 de dezembro de 2013.

<p>Barra Velha(BA) - Localizada no sul do estado da Bahia, no município de Porto Seguro, é acessível por via terrestre a partir da BR 101. A TI está homologada com 8.627 ha e foi incluída, juntamente com a TI Águas Belas (também homologada com cerca de 1.200 ha), na TI Barra Velha do Monte Pascoal, identificada pela FUNAI com uma área 52.748 ha. Contigua a essa está a TI Cahy-Pequi (ou Comexatiba), em processo de identificação (cerca de 18 mil hectares) e nas redondezas está TI Imbiriba, com menos de 400 ha. As quatro Tissão habitadas por indígenas Pataxó, linguisticamente classificados na família linguística Maxacali. O IBGE identificou na TI Barra Velha, no Censo 2010, uma população de 2.402 pessoas que se declararam indígenas, mais 587 que se consideram.</p>	<p>Joceny de Deus Pinheiro</p>	<p>De 30 de outubro a 30 de novembro de 2013; de 7 a 27 de dezembro de 2013; e de 7 a 27 de janeiro de 2014.</p>
---	------------------------------------	--

<p>Dourados (MS) - Localizada no município de Dourados, vizinha à área urbana da cidade, tem 3.475 hectares. Ao sul dela passa hoje o anel viário do município, concluído em 2012. Além disso, há décadas, a TI é cortada, no sentido sul-norte, por uma via asfaltada, a MS-156, que liga Dourados a Itaporã, e por uma linha de alta tensão. Na TI há três povos indígenas: Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva e Terena. Os dois primeiros falam idioma pertencente à família linguística Tupi-Guarani, o segundo da família Aruak – em realidade, poucas dezenas de pessoas ainda falam o terena em Dourados, numa população de quase 3 mil indígenas que se identificam com esse grupo. O IBGE recenseou a população vivendo nesta terra com um total de 10.720 pessoas pertencentes a estes dois povos, mais 418 que se consideraram indígenas. Há também um grande número de indígenas que integram as redes sociais da TI, mas vivem na periferia da cidade de Dourados ou em diversos acampamentos ao redor da área. Dourados tem aeroporto com voos comerciais diários e a TI é cortada por estrada asfaltada, a MS 156.</p>	<p>Spensy Kmitta Pimentel</p>	<p>De 17 de setembro a 16 de outubro de 2013; e de 1º de novembro a 28 de dezembro de 2013.</p>
--	-----------------------------------	---

TERRA INDÍGENA (TIs)	PESQUISADOR	PERÍODO DE CAMPO
Jaraguá (SP) - Os Guarani possuem três TIs na cidade de São Paulo: TI Tenondé Porã, TI Krukutu e TI Jaraguá e todas passam, hoje, por processo de revisão dos limites demarcatórios. A TI Jaraguá (zona oeste) pode ser acessada por terra, a partir da SP-330, Rodovia Anhanguera. Ela está localizada na bacia do rio Tietê, no Planalto Atlântico. A região é considerada Zona Núcleo do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. Na TI há duas aldeias: Tekoa Pyau e Tekoa Itu. A TI foi demarcada aos Guaranis Myba e Tupi-Guarani, cujo idioma pertence à família linguística Tupi-Guarani. Possui 1,7ha, mas passou por um processo de revisão de limites que a ampliou para 532 ha em 2013. No Censo 2010, o IBGE identificou 88 pessoas autodeclaradas pertencentes a este povo, mais 10 pessoas que se consideram indígena- o número do IBGE possivelmente não leva em conta os moradores da Tekoa Pyau (só duas aldeias no local, uma está fora do perímetro atual da TI, num terreno ocupado contíguo à área atual). Neste mesmo ano, a FUNAI informa que a população guarani na TI soma 265 pessoas. No relatório de identificação da TI, assinado por Spensy Pimentel e publicado no D.O., em 2013, consta que viviam na TI Jaraguá 583 pessoas em dezembro de 2009.	Danielli Jatobá França	De 23 de outubro a 21 de dezembro de 2013; e de 06 de janeiro a 01 de fevereiro de 2014.
Parabubre (MT) - Localizada nos municípios de Campinápolis e Nova Xavantina, na porção leste do Estado de Mato Grosso. Faz fronteira com as TIs Chão Preto e Ubawawe, totalizando uma área contígua de 289.421 hectares sob o domínio xavante. A área está inserida no bioma Cerrado. A TI é habitada pelo povo Xavante. O IBGE identificou em 2010 uma população autodeclarada indígena de 7.732 pessoas, mais 660 que se consideravam indígenas.	Othília Maria Baptista de Carvalho	De 19 de setembro a 15 de outubro e de 11- 24 de dezembro de 2013; e de 08 de janeiro a 15 de fevereiro de 2014.
Porquinhos (MA) - Localizada na porção centro-sul do Estado do Maranhão, sobrepondo-se a área dos municípios de Barra do Corda, Fernando Falcão e Grajaú. Pode ser acessada por terra a partir da BR 226. Faz fronteira com duas outras TIs: Bacurizinho e Porquinhos dos Canela-Apanyekra (área ampliada); e tem nas proximidades as TIs Cana Brava e Canela. A aldeia principal está acerca de 80 Km a sudoeste do município de Barra do Corda e 45 Km a oeste da aldeia Ramkokamekrá de Escalvado. Está a leste do município de Grajaú, separada por 75 km de área de cerrado. A TI Porquinhos é cortada pelo rio Corda em seu alto curso e sofre fortemente com a ação ilegal de caçadores, madeireiros e, eventualmente, carvoarias. Nela vive o povo originário Canela Apanyekra, falante da língua Timbira, pertencente à Família Linguística Jê. Dados demográficos da TI: 587 pessoas (IBGE, 2010); 711 pessoas (FUNASA, 2010); 690 pessoas (Bruno N. Guimarães, 2012); cerca de 700 pessoas (Bruno N. Guimarães, 2013).	Bruno Nogueira Guimarães	De 14 de setembro a 21 de dezembro de 2013.

TERRA INDÍGENA (TIs)	PESQUISADOR	PERÍODO DE CAMPO
Takuaraty/Yvykuarusu (MS) - Localizada no município de Paranhos, no Sul do Estado do Mato Grosso do Sul. Também conhecida como TI Paraguasu. Distante aproximadamente 465 km da capital do estado, Campo Grande, o município ainda possui (dez/2011) cinco terras indígenas reconhecidas, Yvykuarusu/Takuaraty, Arroyo Corá, Potrero Guasu, Pirajuí, Sete Cerros e ainda, um acampamento indígena, denominado Y'poí. A TI é destinada aos Guarani-Kaiowá. Segundo o IBGE, 591 pessoas vivendo no interior da TI se declararam indígenas no Censo de 2010. A língua falada pela população está classificada no tronco linguístico Tupi-Guarani.	Lydie Oiara Bonilla Jacobs	De 19 de setembro a 09 de dezembro de 2013.

Na sequência, apresentamos um mapa com a localização das sete Terras Indígenas incluídas no estudo. O povo indígena Guarani foi contemplado com três estudos de caso, sendo dois no Mato Grosso do Sul e um em São Paulo. Duas TIs estão localizadas em regiões de fronteira com outros Estados-nacionais: a TI Alto Rio Negro, que faz fronteira com a Colômbia; e a TI

Takuaraty/Yvykuarusu, nas proximidades da fronteira do Brasil com o Paraguai. As TIs Porquinhos e Parabubure, a primeira no estado do Maranhão e a segunda no estado do Mato Grosso, estão localizadas no bioma Cerrado. Por fim, a TI Barra Velha, localizada no litoral sul da Bahia, está em uma região com remanescentes da Floresta de Mata Atlântica.

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DAS SETE TERRAS INDÍGENAS



Embora com extensões diferentes e situadas em diferentes biomas, todas as TIs sofram igual pressão externa de não indígenas interessados em ocupar e explorar os recursos naturais ali disponíveis. A TI Jaraguá (SP) é extremamente reduzida em extensão, a ponto de ser insuficiente para a abertura de roçados familiares – além disso, paira sobre a população o risco de não mais poder acessar a área do Parque Estadual do Jaraguá, localizado próximo da TI, como efeito da privatização da gestão dessa área de proteção.

Na próxima seção passamos a dar conhecimento ao como cada um dos consultores desenvolveu o seu trabalho de campo.

2.1 A experiência etnográfica

Nesta seção incluímos as informações, dados e reflexões dos autores dos estudos etnográficos nas sete TIs pesquisadas a respeito do processo de pesquisa. Contempla aspectos da metodologia de trabalho adotada e implementada em campo, as entrevistas realizadas, bem como outros dados e esclarecimentos fornecidos pelos pesquisadores. Os pesquisadores utilizaram as principais técnicas de entrevistas características do método etnográfico de investigação, que são: entrevistas informais; entrevistas não estruturadas ou não dirigidas; entrevistas semiestruturadas, dirigidas ou focalizadas; e entrevistas em grupo. Houve também quem trabalhasse com histórias de vida.

2.1.1 - TERRA INDÍGENA BARRA VELHA

A pesquisadora visitou todas as aldeias Pataxó que compõem a TI Barra Velha. Entretanto, foi no conjunto de Barra Velha, e especialmente em seu núcleo central, que sua pesquisa se desenvolveu de forma mais demorada e detalhada. Fora dos limites da TI, já no perímetro do que constitui a TI Barra Velha do Monte Pascoal, foram visitadas, adicionalmente, as aldeias Búgigão e Pé do Monte. Na medida em que inúmeras famílias Pataxó vivem nas vilas vizinhas de Caraíva e Corumbau, num movimento contínuo entre a terra indígena e seu entorno, ambas foram consideradas unidades de análise da sua pesquisa.

Além de observar a dinâmica do dia-a-dia das pessoas em cada uma dessas localidades, a pesquisadora se dedicou a acompanhar o dia-a-dia das famílias Pataxó, observando a circulação dos bens que produzem, dos produtos que consomem e da renda de que dispõem. Considerou e incluiu no seu trabalho de campo alguns aspectos a serem investigados como o intercâmbio entre as aldeias, bem como as articulações existentes entre o território indígena e seus arredores (os povoados, as vilas turísticas e as cidades mais próximas).

O trabalho de campo inicialmente esteve orientado pelo objetivo de conhecer a realidade desta população da forma mais ampla e inclusiva possível, a fim de possibilitar uma caracterização geral de seu contexto de vida, indo desde os as-

pectos mais técnicos da ocupação atual de seu território, até os elementos mais etnográficos do universo político, cultural e religioso do conjunto das aldeias como um todo. Em alternância com as visitas domiciliares para saber dos efeitos do PBF, procurou conhecer vários pontos de referência dentro da TI Barra Velha, como as extremas do território, homologado em 1991, e algumas das áreas incluídas na proposta de revisão de seus limites.

A pesquisadora voltou a sua atenção para diversos temas a fim de traçar o perfil das aldeias em foco e esboçar um apanhado geral acerca de sua história, memória e organização social. Por meio principalmente das visitas domiciliares e das caminhadas pela comunidade, foi reunindo elementos que permitiam ir formando um quadro com a história de cada lugar, as formas de ocupação do território, bem como os nomes e descrições de cada paisagem. Ela relata ter acompanhado algumas das atividades culturais de importância para as famílias de Barra Velha, em especial as famílias católicas. Ao se aproximar do repertório de referências das pessoas, foi construindo as bases do trabalho de investigação objeto da sua estada em Barra Velha naquele momento - aquilo que no jargão antropológico é chamado de *contextualização*, um dos elementos do chamado *triângulo antropológico*, juntamente com a etnografia e a comparação.

A pesquisadora teve de conviver com suspeitas e minimizar a desconfiança dos moradores em relação a sua presença ou aos objetivos da pesquisa que realizava. Mas nem tudo foram dificuldades, teve

oportunidades de imergir nas histórias de vida de sujeitos específicos, ora sendo direcionada para as especificidades da trajetória de vida desses indivíduos, ora sendo trazida de volta para o tema central das conversas – os efeitos, as percepções e a atuação dos Pataxó em relação ao PBF. As interações incluíram, também, professores das várias escolas indígenas, agentes de saneamento indígenas, agentes de saúde, auxiliares de limpeza, merendeiras, agricultores, pescadores, comerciantes, funcionários públicos e, sobretudo, artesãos. Uma parte da interação se deu em função das visitas domiciliares e visitas às escolas e postos de saúde, no intuito de observação a respeito das condicionalidades. Outra foi decorrente do próprio ato de permanecer na aldeia. Ou, ainda, nos deslocamentos diariamente, por cerca de 2km, até o único telefone público de Barra Velha, e 1km até a CTL/Funai. Essas caminhadas em si abriram espaço para a observação participante, momento em que o dito durante as entrevistas nos domicílios foi sendo maturado, contrastado e confirmado com o que se podia perceber durante o trajeto até o centro da aldeia.

As considerações que integram o seu relato etnográfico nasceram de "entrevistas informais" - de conversas ou simplesmente de diálogos. Isso devido ao caráter casual e circunstancial de muitas das entrevistas que realizou em Barra Velha. Ao longo dos três meses de trabalho de campo, observa que esses diálogos passaram progressivamente a ser mais espontâneos e simultaneamente mais elucidativos de como as famílias Pataxó percebem o Programa Bolsa Família e os efeitos que ele propor-

ciona nas suas vidas e da dinâmica social e econômica local. Na dinâmica inicial de interação com beneficiários das aldeias Barra Velha, Pará, Porto do Boi e Campo do Boi, ela se deparou com situações de aparente medo de falar sobre o PBF em entrevistas formais. Indagações feitas por seus interlocutores sobre a possibilidade de que as informações prestadas durante as conversas pudesse resultar em redução do valor, bloqueio ou cancelamento do PBF, foram direcionando a compreensão da consultora de como o acesso ao benefício financeiro é vivenciado pelas pessoas - como um elemento de segurança econômica - e de como o mais improvável risco, ou rumor, de se ter o benefício cessado é experimentado como ameaça ao bem-estar individual e da família. Esse receio muitas vezes se fazia notar na brevidade das respostas dadas às questões trazidas pelo Roteiro Básico Comum, e no caráter evasivo de comentários feitos acerca dos vários temas de destaque do roteiro, tais como o significado do PBF, as noções vigentes de pobreza, as condicionalidades, a logística de recebimento, a utilização do benefício e a questão da segurança alimentar e nutricional na comunidade.

De todo o conjunto de indivíduos com quem dialogou ao longo dos meses de novembro, dezembro e janeiro, somente duas pessoas demonstraram se sentir realmente à vontade em entrevistas formais: duas lideranças com trânsito pelos grandes eventos do movimento indígena regional e em contato contínuo com auto-

ridades públicas da administração local e regional. Assim, ela fez uso de anotações, na maior parte das vezes realizadas de forma concomitante às conversas e/ou interações em campo, tomando o cuidado de reproduzir de modo literal algumas das frases e exclamações proferidas pelos interlocutores. Na maior parte dos casos, tais anotações foram feitas com o consentimento de seus interlocutores, diante da explicação de que as anotações operariam como um recurso de auxílio a sua própria memória. Se no início do trabalho de campo as anotações da consultora acerca dos efeitos do PBF na TI Barra Velha estavam atreladas ao discurso dos beneficiários entrevistados, com o passar dos dias tais reflexões foram acrescidas pela experiência da observação e da participação propriamente ditas, indo além das representações discursivas para se chegar às práticas mais corriqueiras: as estratégias para viabilizar o recebimento do recurso financeiro, o relacionamento com agentes públicos e comerciantes que integram a rede social que opera localmente o PBF, a forma como o benefício é gasto, o cumprimento das condicionalidades, e a questão da segurança alimentar e nutricional.

2.1.2 - TERRA INDÍGENA PORQUINHOS

O trabalho de campo consistiu no acompanhamento dos índios Canela Apanyakra, da aldeia de Porquinhos (Terra Indígena Porquinhos, Maranhão), ao longo do período de 14 de setembro a 21 de dezembro de 2013. O pesquisador informa que a

maior parte do tempo foi passada diretamente na aldeia, buscando atualizar seus dados relativos à rede social que constitui a comunidade de Porquinhos, sua dinâmica cotidiana, e apreender as distintas perspectivas nativas no que se refere ao rol de questões colocadas para investigação (*leia-se, no Roteiro Básico Comum*). Ele também acompanhou a ida dos indígenas às cidades vizinhas (em Barra do Corda, cinco vezes, em Formosa da Serra Negra e em Fortaleza dos Nogueiras, uma vez cada) e esteve em São Luis a partir de um convite feito pelos Canela, onde pôde presenciar reuniões dos indígenas com pessoas de órgãos governamentais situados nos níveis municipal, estadual e federal. Estas viagens permitiram ao consultor analisar um dos pontos principais da pesquisa, a relação dos Canela “com a sociedade local e regional”. Assim procedendo, foi possível extrapolar o âmbito comunitário e reconhecer o contexto das relações sociais criadas, transformadas e atualizadas com a inclusão das famílias no Programa. Vale salientar que a investigação realizada se beneficia de uma experiência de pesquisa anterior pelo autor entre os Canela.

Foram estabelecidas relações de pesquisa com outras pessoas (indígenas) além daquelas que eram mais próximas (o círculo familiar adotivo do pesquisador), de modo a minorar o viés dos dados. Para verificar outras perspectivas acerca do PBF e de seus efeitos entre os Apanyekra, foram reunidos dados com homens e mulheres, bem como com membros de diferentes classes de idade - o gênero e o pertencimento a “classes de idade” são as principais clivagens sociais para os po-

vos Timbira. Também foram entrevistadas “lideranças” da aldeia. Por “liderança”, os Canela entendem os homens adultos com filhos já crescidos, principalmente se casados, mas que ainda não são considerados “mais-velhos” (embora os “mais-velhos” sejam também “lideranças”, são “lideranças” honorárias, uma vez que frequentam menos as reuniões que os demais adultos, além do que não ocupam os cargos “políticos”): são os homens que falam no pátio e possuem destaque nestas situações; são também as pessoas que naturalmente mediam a relação dos Apanyekra (*mehin*, na autodenominação, que significa “mesma carne”, “mesma substância” ou ainda “mesma forma”), com os *kupen* (os não-indígenas). O contato com os jovens (*mentuwajé*) se deu em momentos diferentes e foi menos presente do que o com os adultos; sua participação foi fundamental no aprofundamento do domínio linguístico e com pequenas traduções. O acesso aos “mais-velhos”, por outro lado, foi muito mais fácil, posto que estes, tanto homens quanto mulheres, não possuem grandes restrições aos seus comportamentos (como dizem, *mepaham hamnaré*, i.e., “a vergonha deles acabou”, implicando que fazem o que lhes dá vontade) e tanto o visitavam ao longo do dia como o recebiam em casa para conversar. Com as mulheres adultas foram realizadas tanto entrevistas informais, na forma de conversas sem roteiro, como entrevistas formais, seguindo questões previamente definidas. Mas a entrevista não constituiu o único método de coleta de dados; foi realizado além das entrevistas formais o acompanhamento de suas atividades cotidianas no âmbito comunitário e com agentes externos em

decorrência do acesso ao recurso financeiro repassado às famílias pelo PBF - a denominada *observação direta*.

Os Apanyekra manifestaram grande interesse na pesquisa sobre o PBF. Auxiliaram não apenas respondendo entrevistas, como também indicando os espaços que ele deveria conhecer e as atividades que deveria acompanhar para compreender a dinâmica do funcionamento do Programa Bolsa Família entre eles. Como contrapartida, ele comprometeu-se a "levar ao MDS as demandas e questionamentos dos Canela".

Foram realizadas entrevistas com pessoas de variados perfis (etários, econômicos e políticos), todas elas indígenas residentes da aldeia de Porquinhos. As entrevistas formais foram focadas na população feminina e quase sempre foram acompanhadas por membros das famílias das interlocutoras, frequentemente o marido; estas entrevistas foram realizadas nas suas casas, em ocasiões em que as visitou. Estas entrevistas focadas no público feminino adulto e deveu a que este segmento da população é o alvo imediato do PBF, sob a condição de beneficiárias.

No total foram realizadas 30 entrevistas formais. As entrevistas foram realizadas sempre na aldeia; os dados coletados durante as estadias nas cidades junto aos Apanyekra foram registrados em caderno. As entrevistas informais foram mais abundantes, porém não seguiram roteiro fixo nem foram registradas no ato. Por "entre-

vista informal", entende-se as conversas direcionadas especificamente ao tema da pesquisa, que por sua natureza são mais difíceis de contabilizar uma vez que, para tal, seria preciso registrar diariamente o número de pessoas com as quais teve contato e tratou de questões relacionadas com a pesquisa; seus dados (não-quantitativos) foram anotados em caderno em momentos livres após a coleta, o que geralmente ocorria pela noite.

As gravações foram prejudicadas pela chegada da equipe demarcadora da TI Porquinhos na região na tarde do dia 8 de novembro, exacerbando a tensão existente entre os não-indígenas (*kupen*) e os indígenas (*mehin*) e levando os primeiros a ameaçarem a integridade dos últimos. Como a TI Porquinhos se encontra atualmente no estágio de delimitação física de seus domínios, a equipe demarcadora passou em áreas de posseiros da região colocando os marcos da nova fronteira indígena, fazendo com que velhas animosidades dos ruralistas em relação aos autóctones voltassem à tona. Embora este período de grande tensão trouxesse dificuldades, possibilitou ao consultor perceber como a alteração da relação com os *kupen* pode afetar a vida cotidiana da aldeia e, por conseguinte, a dinâmica do PBF entre os *mehin*; também ajudou a perceber o quanto o estado das relações interétnicas conjunturalmente influenciam no conteúdo e na forma de relatar e se posicionar diante de determinadas questões postas pela investigação.

Para o desenvolvimento da investigação, foi elaborado a partir do RBC um roteiro de questões próprio, que, por sua vez, foi sendo adaptado ao longo do período de campo. Nele foram identificadas as questões que precisavam ser enunciadas e que pudessem ser respondidas sem grandes constrangimentos pelas mulheres. Além disso, buscou não realizar questionários longos por perceber a dificuldade dos interlocutores em se ausentar de suas atividades cotidianas, especialmente no caso das mães, que precisam se dividir entre os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos (muitos deles ainda bebês). As entrevistas formais começaram um mês após seu ingresso no campo. Adiar o início foi uma estratégia para evitar que o consultor fosse confundido com algum tipo de fiscal ou auditor do Programa, e para que pudesse reunir subsídios ao aprimoramento do roteiro e para a formulação do que chamou de conjunto de questões iniciais das entrevistas. O roteiro que foi produzido (como poderá ser visto no Anexo 2) tem menos questões que o RBC porém, ganha em qualidade ao estar mais ajustado ao universo sociocultural local.

2.1.3 – TERRA INDÍGENA TAKUARATY/YVYKUARUSU

O trabalho de campo consistiu no acompanhamento dos Guarani e Kaiowá na Terra Indígena Takuaraty/Yvykuarusu nas suas atividades rotineiras e as relacionadas com o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família no período de 19/09 a 09/12/2013. Não frequentou o CRAS e o CREAS em Paranhos por questões logísticas e por “escolha estratégica”.

No final da estadia, a consultora marcou uma reunião com a responsável do CRAS, assim como com o gestor anterior do PBF. Essas entrevistas confirmaram alguns dos pontos indicados pelos indígenas em relação ao CRAS.

A grande maioria dos beneficiários nesta TI são mulheres e, de maneira geral, elas estão menos expostas à interlocução direta com não indígenas (ou se mantêm relativamente mais afastadas dessas relações), mesmo em se tratando de uma mulher. Em segundo lugar, é fundamental considerar que a grande maioria das mulheres da aldeia é monolíngue (língua guarani) e não domina a língua portuguesa apesar de compreendê-la por vezes razoavelmente bem. A consultora também não tinha conhecimento prévio do idioma Guarani, o que tornou o trabalho em alguns aspectos difícil, especialmente quando se fazia necessário estabelecer um nível de interação e diálogo mais exigente em termos de profundidade e detalhe. Mas isso foi (em muitos casos) compensado pela familiaridade que a professora indicada como ponto focal pela comunidade (quando da consulta prévia) tinha com as mulheres, ficando restrito aos casos em que não havia familiaridade entre essa e a entrevistada¹⁷. Considerando a dificuldade de gravação de entrevistas, os encontros e conversas com os beneficiários foram todos sistematicamente registrados em caderno de campo.

17. Todas as entrevistas, inclusive com falantes do português, foram realizadas com o auxílio da professora, que teve um papel fundamental (como tradutora e interlocutora) ao longo de todo o trabalho.

Algumas conversas informais foram também registradas, mas na medida em que seu conteúdo não está pautado pelo Roteiro Básico, não as relacionou como “entrevistas”. Nem todas as temáticas do RBC foram abordadas de maneira sistemática com todas as entrevistadas, mas todos os pontos foram contemplados por meio do conjunto das entrevistas realizadas.

2.1.4 – TERRA INDÍGENA DOURADOS

A presença do pesquisador em campo envolveu duas fases: entre 17 de setembro e 16 de outubro; e de 1º de novembro a 28 de dezembro de 2013. Vale salientar que a investigação realizada se beneficia de uma experiência de pesquisa acumulada pelo autor entre os Kaiowá e Guarani iniciada em 2000, tendo resultado em dissertação de mestrado (2006) e tese de doutorado (2012), ambas defendidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo.

Além da observação participante, acompanhando eventos realizados na TI (em escolas, no CRAS Bororó etc.) e as atividades cotidianas de algumas famílias, a investigação envolveu, ainda, uma série de visitas à residência de beneficiários do PBF para entrevistas semiestruturadas, guiadas pelo Roteiro Básico Comum oferecido pela coordenação da pesquisa. Num primeiro momento, a atenção do pesquisador esteve orientada para entender o quadro geral do PBF na TI Dourados. Nessa fase foram privilegiadas conversas curtas,

buscando identificar, justamente, as recorrências em termos de usos, desusos, elogios, reclamações, dificuldades etc. Vale observar que, segundo os dados fornecidos pelo MDS, estavam cadastradas em 2013, 2.128 famílias da TI Dourados no Cadastro Único, constando como beneficiadas pelo Programa Bolsa Família 1.842 (86,6%) delas – sendo 1.046 Kaiowá, 391, Guarani, e 389 Terena - outras 14 famílias beneficiadas pelo PBF declararam pertencer a outros grupos étnicos.

Foram realizadas visitas também aos acampamentos Kaiowá/Guarani de Nhu Porã, Apyka'i e Boquerón, que ficam próximo a TI Dourados. Seus habitantes pertencem à rede social da TI; de lá saíram, ou lá se recusaram a ficar, contrapondo-se à política estatal de confinamento imposta aos indígenas de MS ao longo do século XX¹⁸. Nesses lugares, além de conversas com as lideranças locais, o pesquisador realizou entrevistas com alguns potenciais beneficiários do programa, onde pôde observar a ausência do Programa Bolsa Família em várias situações de grande carência.

18. Segundo COLMAN e BRAND (2008: 163-164), entre os anos de 1915 e 1928 o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) criou oito “reservas de terra” para aí acomodar os Kaiowá e Guarani, entre elas a reserva de Dourados. O confinamento a eles imposto, em áreas restritas e que não permitem mais a prática de uma agricultura itinerante, aliada à superpopulação, provocaram grave comprometimento dos recursos naturais, com consequências sobre a sustentabilidade alimentar das famílias ali assentadas. Sobre a política implementada pelo SPI desde a sua criação em 1910, até ser extinto em 1967, cf. SOUZA LIMA (1995, 2010).

A atividade de pesquisa também incluiu a participação em uma série de eventos que aconteceram na TI Dourados, como reuniões no CRAS Bororó, na Escola Tengatuí Marangatu, na sede da Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas, órgão recém-criado pela prefeitura do município e que tem sede dentro da TI, ou na chama da Casa do Conselho, no Jaguapiru, onde o chamado Conselho de Lideranças costuma organizar reuniões comunitárias. Também esteve presente na reunião do Conselho da Aty Guasu realizada na TI Dourados no início de novembro. No período da pesquisa, ocorreram eleições para cacique, ou capitão nas duas aldeias, Jaguapiru e Bororó. O consultor acompanhou a votação, a apuração e posteriores reuniões relacionadas ao pleito. No Bororó, a eleição, que ocorre a cada quatro anos, aconteceu no dia 15 de dezembro; no Jaguapiru, foi no dia 22 de dezembro.

Em resumo, as interações mais rápidas com beneficiários ocorreram em lugares públicos, como no CRAS Bororó - aonde há uma forte presença de indígenas atuando na sua gestão e para onde afluí diariamente um número significativo de indígenas beneficiários - e na casa de lideranças indígenas. O pesquisador também contou com o apoio de pessoas designadas pelas lideranças indígenas para auxiliá-lo nos contatos e para o desenvolvimento da pesquisa. Já os diálogos que buscaram maior profundidade e detalhe, foram feitos em visitas às residências das famílias e/ou nas caminhadas com os informantes no percurso entre a casa e algum equipamento público, como o escritório do PBF na cidade, ou supermercados etc.

Em decorrência da grande quantidade de beneficiários existente na TI, a pesquisa foi orientada para o que poderia ser chamado de características mais *comuns* ou *representativas ou típicas* da(s) situação(s) enfrentada(s) pelos moradores da TI quando inseridos no Programa. Procurou retratar também alguns casos considerados extremos, ou seja, de famílias em situação de maior risco social e como essas percebiam e se comportavam na relação com o PBF, e vice-versa. Foram entrevistadas 72 pessoas, assim distribuídas: Jaguapiru (26); Bororó (43); Acampamento Boquerón (2); e Acampamento Apyka'i (1). Além dessas, foram entrevistados 12 indígenas que não são beneficiários do PBF, mas participam ativamente do debate envolvendo o programa e questões correlatas.

2.1.5 - TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO

O trabalho de campo da pesquisadora teve lugar entre grupos e comunidades das principais calhas de rios da TI Alto Rio Negro, como entre famílias indígenas em contextos "urbanos". Foram 80 dias corridos e sem interrupção, entre os meses de outubro e dezembro de 2013. Conforme a exigência local de se proceder a uma construção conjunta do estudo, o campo de pesquisa alcançou uma configuração ampla de amostragem. De uma ou duas "aldeias" a serem pesquisada pelo período de campo disponível, como aconteceu nas outras seis regiões-alvo da pesquisa, no caso da investigação desenvolvida por Adriana Áthila, adotou-se a organização do trabalho pelas calhas de rios da região e seus diferentes povos, bem como foram

incluídas famílias indígenas no contexto da cidade de São Gabriel da Cachoeira. Desta forma, o plano que orientou o trabalho de campo foi fruto de uma construção conjunta que se deu com a Diretoria da Federação das Organizações Indígenas do alto Rio Negro (FOIRN) e em interlocução com integrantes de outras instituições, suas parceiras locais, como o Instituto Socioambiental (ISA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro (DSEI-ARN) e também com alguns antropólogos que atuam na região. A pesquisa de campo aconteceu, sobretudo, como resultado de um esforço conjunto que envolveu as comunidades e sua disposição ou não em participar da pesquisa e, evidentemente, dentro das condições logísticas regionais para este tipo de pesquisa etnográfica.

A investigação aconteceu na cidade de São Gabriel da Cachoeira; comunidade de Vila Nova (calha do rio Xié); comunidades de Tunuí-Cachoeira, Canadá, Vila Nova e Ucuqui (calhas dos rios Içana, Aiari e igarapé Uaraná); comunidade de Iauaretê, comunidade de Vila Fátima e Taracuá (calha do rio Uaupés) e comunidade Barreira Alta (rio Tiquié). Em comunidades ou no contexto urbano, a movimentação constante de pessoas e famílias dos múltiplos povos, incluindo seus intercasamentos, permitiu traçar um diagnóstico bastante amplo e que expressa razoavelmente, dentro da metodologia adotada e das condições de sua implementação, as diferentes realidades como também aspectos recorrentes

no que diz respeito a concepções nativas sobre o PBF. O estudo acabou por assumir uma configuração caracterizada pela consultora como bastante harmônica com a “dinâmica e translocalizada cosmosociologia dos povos indígenas do sistema regional do alto rio Negro”.

Foram 80 dias de trabalho intensivo e ininterrupto, longas viagens fluviais, povos e línguas diferentes, negociações, diferentes protocolos e “tempos” de aceitação e construção de condições para uma pesquisa de cunho antropológico. Como resultado, a consultora informou que foram constituídos quatro diários de campo contendo registros de atividades, conversas e reflexões diárias sobre a pesquisa.

A pesquisadora informa que não foram poucas as situações em que foi vista e referida como alguém que representava o Estado, dito como o “governo”, “Brasília” ou mesmo a “Dilma”. Isso fazia com que seus interlocutores trouxessem outros temas para as conversas. Por exemplo, a aposentadoria e o salário maternidade, na medida em que eles são concedidos pelos indígenas como tendo natureza semelhante ou tem alguma relação entre si, por serem provenientes ou dizendo respeito ao Estado.

Durante o trabalho de campo nas comunidades, muitos informantes, principalmente mulheres, mesmo diante da presença de parentes que falavam suas línguas e atuavam como tradutores, sentiram-se envergonhados de se expressar na língua

gua original na presença da pesquisadora. Ocorrências deste tipo aconteceram por todas as comunidades pesquisadas, com destaque para as mulheres Baniwa e Hupd'äh, como também para as famílias Cubeo, que têm laços de parentesco com os Baniwa do rio Aiari e do igarapé Uaraná.

Em São Gabriel da Cachoeira, foram entrevistados indivíduos e grupos de beneficiários procedentes de diversas comunidades do interior da Terra Indígena. Foram realizadas entrevistas formais com pessoas de diferentes categorias, como liderança indígena; coordenador de instituição/liderança indígena; mãe indígena beneficiária; mulheres indígenas beneficiárias e não beneficiárias vivendo na cidade de São Gabriel da Cachoeira (SGC); liderança indígena cuja família é beneficiária; mães beneficiárias vivendo em comunidades; professor, agente de saúde, entre outras. De modo geral, os indígenas demandaram da pesquisadora explicações sobre aspectos do Programa - por exemplo, como é feito o cálculo do benefício ou o motivo pelo qual a transferência do benefício está bloqueada. Muito embora a resolução estivesse completamente fora das suas qualificações e funções em campo, e menos ainda tivesse ela capacidades para tal, essas conversas foram a porta de entrada às percepções dos interlocutores sobre o Programa e os seus efeitos.

2.1.6 - TERRA INDÍGENA PARABUBURE

A investigação foi realizada nas aldeias Campinas, Estrela e São Pedro. Por solicitação dos Xavante, informações complemen-

tares foram colhidas em mais quatro aldeias relacionadas à aldeia São Pedro: Onça Preta, Parinai'a, Podzénho'u e São Paulo. Resultado da dinâmica cultural xavante, essas quatro aldeias apresentaram dados etnográficos similares aos encontrados em São Pedro. Isso se deveu ao fato de que para além de serem partes integrantes da mesma *microárea*, essas aldeias estão ligadas por relações de parentesco estabelecidas em período anterior aos processos de cisão interna ocorridos em São Pedro. Vale salientar que a investigação realizada se beneficia de uma experiência de pesquisa acumulada pela consultora entre os Xavante.

A estratégia da *observação participante* revelou-se bastante eficaz, pois tornou possível o registro das formas de atendimento e dos encaminhamentos (inclusive as recusas aos encaminhamentos) dos problemas referentes ao PBF junto à rede de atores envolvidos na operacionalização desse programa. A pesquisadora também pôde acompanhar a movimentação de homens e mulheres nas aldeias, devido ao preparo das novas roças e das primeiras colheitas que são possíveis nessa época do ano. De outro lado, o ritmo da vida nas aldeias, a disposição dos Xavante conversarem sobre determinados assuntos e, sobretudo, a barreira da língua, são algumas das variáveis que devem ser consideradas quando da análise do resultado da investigação. Elas influenciaram tanto na sequência da coleta de informações quanto na compreensão de determinadas manifestações e práticas sociais em relação ao programa.

Em todas as aldeias visitadas o trabalho foi precedido de comunicação prévia com

as lideranças locais, que informavam aos demais a respeito do início dos trabalhos durante os encontros da *Warã*, lugar de reuniões onde são discutidos, pelos anciãos e homens maduros, os temas de interesse dos diferentes grupos de uma mesma aldeia. Em relação à barreira da língua, durante esses encontros iniciais foram escolhidos intérpretes responsáveis pela tradução simultânea dos relatos colhidos durante as visitas às habitações, sendo fundamental esse apoio para a compreensão dos depoimentos na língua Xavante.

Já ao final da estada do trabalho de campo, a pesquisadora começou a perceber manifestações de irritação por parte dos Xavante. Isso porque vários problemas relatados a ela em semanas anteriores, e que integraram comunicados ao longo da pesquisa de campo, permaneciam sem solução, alguns necessitando de uma “intervenção imediata” do MDS.

A pesquisa incluiu também agentes públicos pertencentes à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao DSEI Xavante; funcionários da Lotérica e das agências locais do Banco do Brasil e do Banco Bradesco; e comerciantes. Esses depoimentos, mesmo não sendo exaustivos, formaram um interessante contraponto aos depoimentos recolhidos dos Xavantes.

A coleta de depoimentos revelou a pouca fluência dos Xavante entrevistados com a língua portuguesa. Essa dificuldade de

expressão e o desconhecimento de termos e conceitos utilizados no PBF tornaram as notas de campo (referentes a um total geral de 76 habitações visitadas) o principal instrumento de registro e fonte fundamental de construção de uma compreensão da lógica do discurso xavante, das suas percepções e dos significados embutidos nesse discurso.

Foram realizadas entrevistas formais, todas utilizando basicamente o idioma brasileiro (português brasileiro), em alguns casos com a ajuda de tradutor/intérprete.

2.1.7 - TERRA INDÍGENA JARAGUÁ

A TI Jaraguá é parte de uma rede de aldeias Guarani M'bya nas regiões Sul e Sudeste do país. Seus moradores mais velhos vieram do Paraná (Pinhal, Palmeirinha do Iguaçu), Santa Catarina, de aldeias situadas no Vale do Ribeira/SP (Sete Barras), de aldeias mais próximas ao litoral do estado de São Paulo, como as localizadas em Itanhém (Rio Branco) e da parte sul da própria cidade de São Paulo (região de Parqueiros, aldeias Tenondé Porá e Krukutu/Barragem).

O relato etnográfico proporcionado pela pesquisadora indica um período de campo de 84 dias. Na primeira etapa do trabalho de campo (de 23 de outubro a 21 de dezembro de 2013), a pesquisadora deixou, nas suas palavras, “as conversas acontecessem com maior liberdade”. Por-

tava o caderno de campo, onde realizava suas anotações, mas não encaminhava perguntas diretas com um roteiro. Conversas informais sobre a vida na aldeia foram registradas em diário de campo. Foi só na segunda etapa, mais para o fim do trabalho de campo (de 06 de janeiro a 01 de fevereiro de 2014), que a consultora passou a utilizar de forma mais sistemática o Roteiro Básico Comum. Quando chegou pela primeira vez, a pesquisadora foi recebida pelas lideranças da comunidade, que a introduziram junto ao restante da comunidade e indicaram as pessoas que teriam a atribuição de acompanhá-la durante os trabalhos. Como a consultora não entendia e nem fala o idioma nativo, essas pessoas apontadas pelas lideranças foram de fundamental importância para sua busca de sentido e levantamento de dados sobre os efeitos do PBF junto à população a ser estudada. Outro desafio que a pesquisadora teve de enfrentar na realização do seu trabalho de campo, que se mostrou um complicador no estabelecimento de uma relação mais próxima com as pessoas, foi a visão que elas têm sobre saúde física e espiritual. A proximidade física com os não Guarani (os *juruá*) é motivo de enfraquecimento. A dinâmica das rezas cotidianas com a fumaça do ca-

chimbo *petygua*, “esvazia” tudo que eles vão acumulando nas agendas diárias de contato com os não-Guarani. As atividades noturnas na *Opy* (“casa de reza”) são, idealmente, proporcionais ao contato diário com não-índios.

Além de entrevistas, a pesquisadora buscou acompanhar os Guarani da TI Jaraguá nos seus afazeres diários, semana após semana. Isso inclui acompanhar reuniões com agentes do Estado na comunidade; acompanhar o mutirão para documentação no Poupa Tempo do Jaraguá; acompanhar a participação na feira de artesanato do Ibirapuera; acompanhar a representante da cooperativa no comércio da cidade para a compra de material e expositor de artesanato; transitar no espaço da escola de educação infantil para tentar observar o cotidiano das crianças, assim como perguntar sobre o acompanhamento da condicionalidade de educação; acompanhar a reunião pedagógica de avaliação e encerramento do ano letivo; acompanhar reunião com representantes do Parque do Jaraguá sobre a sobreposição de parte do território; visitar a Unidade Básica de Saúde para verificar como se dá o cumprimento da condicionalidade de saúde; e participar na reza da *Opy*.

RESULTADOS DE CADA ESTUDO DE CASO

Nesta seção foram reunidos de maneira seletiva, dados, informações, argumentos e reflexões produzidas em cada uma das investigações, agrupadas conforme a sua relação com cada um dos blocos temáticos do Roteiro Básico Comum (RBC).

3.1 Terra Indígena Barra Velha

a) *Percepções e conhecimento do PBF* – O Programa Bolsa Família é comumente associado a aquisições de bens de efeito positivo na vida das famílias Pataxó. Dado o seu caráter ‘certo’ e ‘contínuo’, o PBF possibilita o pagamento efetuado por meio das chamadas ‘prestações’, ou seja, permite a família planejar e projetar possibilidades de consumo e de conquista de bens para além das necessidades do dia-a-dia. É também a certeza e a continuidade do acesso a essa renda que leva muitos beneficiários a se referirem a este dinheiro como “meu salário do Bolsa Família” ou, simplesmente, “o salário Bolsa Família”. Para compreender o porquê desses dois fatores (certeza e continuidade) serem considerados tão importantes para os Pataxó, é preciso entender, primeiramen-

te, que a sua economia é, desde há muito tempo, monetarizada, e que as atividades que mais praticam para sobreviver, tais como a agricultura, a pesca e o artesanato, são de subsistência, além de essencialmente sazonais. Além de periódica, essa renda é incerta, pois não há qualquer garantia de que a colheita, a pesca ou a venda do artesanato será boa.

b) *Cadastro Único* – Com raras exceções, os Pataxó de Barra Velha desconhecem a existência e a função do Cadastro Único. Tudo o que eles sabem é que de ano em ano uma equipe da Assistência Social da Prefeitura de Porto Seguro vai até a aldeia para atualizar os dados de cada família beneficiária, além de realizar a inclusão de novas famílias.

c) *Condicionalidades* – Os Pataxó entrevistados demonstram estar bastante cientes dos compromissos que devem ser cumpridos pela família, na área de educação e saúde, para que possam permanecer recebendo o benefício do PBF.

d) *Aspectos do pagamento e recebimento do benefício e sua logística* – Os entrevistados na sua totalidade consideraram que o PBF faz com que

os beneficiários tenham que sair mais vezes da aldeia. Embora manifestem preferir não ter que ir até a cidade para efetuar o recebimento do benefício, algumas beneficiárias disseram que esse deslocamento da a elas a chance de sair de casa. Ou seja, sob esse ângulo, é visto como algo positivo.

Pesam contra o ter de ir à cidade o alto custo com o deslocamento e o tempo de permanência fora da aldeia (em média 12-16 horas). A pesquisa realizada pela NC Pinheiro (2013) confirma isso, ou seja, que a principal dificuldade que as famílias enfrentam em relação ao recebimento do benefício é o custo para se deslocarem das aldeias mais distantes até o centro da cidade para sacar os valores monetários. A alternativa que as famílias têm encontrando para enfrentar os custos elevados do deslocamento é deixar acumular por dois ou três meses os valores do benefício na conta, para sacar o valor total em uma só vez, com isso realizando apenas um deslocamento.

Em todas as aldeias foi verificada a existência de outra forma de 'acesso' à renda do PBF, sem que seja necessário sair de casa e se deslocar até a cidade. Essa alternativa só foi revelada ao final do trabalho de campo, por algumas mulheres que afirmaram se sentirem "revoltadas" com a existência de um esquema em que "muita gente" entrega seus cartões do PBF a vendedores ambulantes que visitam as aldeias periodicamente, oferecendo cestas básicas, roupas, móveis e uma infinidade de outros produtos. Após esta revelação, uma nova compreensão da dinâmica de recebimento do PBF se formou. Ao longo

de toda a pesquisa foi observado o fluxo regular de caminhões-baú e pickups de vendedores, tanto na extremidade oriental quanto ocidental da TI Barra Velha. A insurgência de algumas mulheres contra esse sistema se deu em função de uma sequência de casos em que os titulares do cartão foram lesados, sendo obrigados, após meses sem contato com os vendedores, a cancelar e fazer nova solicitação de seu cartão PBF.

De um modo geral, os Pataxó não consideram que sejam alvo de alguma forma de tratamento diferenciado nas lotéricas onde sacam seu benefício do PBF. A exceção a essa afirmação parece repousar no caso de Meio da Mata, onde o discurso dos entrevistados apontou para a existência de comentários intimidadores e, até mesmo, para suspeita de irregularidades e fraudes por parte de funcionários de alguns terminais ativos de pagamento do Agente Operador (casas lotéricas).

Outro dado relevante a ser considerado, inclusive para ações futuras do CRAS, por exemplo, é o fato de que uma grande parte dos beneficiários não sabe ler nem reconhecer números, não sabendo, portanto, utilizar o dispositivo de digitação de senha do cartão. Até a conversa com os moradores dessa aldeia, nenhum beneficiário havia mencionado o fato de que para receber seu benefício do PBF era necessário levar o número de sua senha anotado num pedaço de papel (entregue ao caixa na casa lotérica). A consciência de que não sabem ler nem escrever e de que por isso não possuem controle total do mecanismo de saque de seu benefício gera inse-

gurança em alguns Pataxó. Ao receberem o comprovante, muitos não têm condições de decifrar o que lá está escrito, sendo imprescindível a presença de membros mais jovens, escolarizados, da própria família ou de famílias vizinhas, para decodificar a mensagem do comprovante. Ainda no que se refere à dinâmica de recebimento do PBF nas lotéricas, em todas as aldeias houve pelo menos um registro de beneficiário que recebeu, a contragosto, dois reais de raspadinha, sob a alegação de que não havia "trocado". No decorrer da pesquisa também se tornaram frequentes os relatos de funcionários entregando uma quantia menor que o valor total do benefício, ou, no dizer de alguns, "aplicando o golpe" de dizer que o benefício foi reduzido ou que já foi sacado naquele mês.

e) *Relações com o poder público, comércio e sociedade local* – Quando há algum problema com o PBF, os beneficiários sabem que a única forma de solucionar esse problema é por meio do contato com a Assistência Social da Prefeitura de Porto Seguro¹⁹. No entanto, como a viagem é cara e demorada, requerendo que a pessoa pernoite na sede do município ou em alguma outra aldeia Pataxó mais próxima da cidade, muitos acabam por não buscar a resolução do problema na cidade, aguardando a vinda da equipe volante da Prefeitura, ao final de cada ano, quando da atualização dos dados cadastrais e inclusão de novas famílias no CadÚnico.

Segundo a NC Pinheiro (2013: 106), não existe um Comitê Gestor Intersetorial do PBF instituído no município de Porto Seguro, porém existem reuniões periódicas entre as áreas de assistência social, saúde e educação, com participação de profissionais da saúde indígena, para acompanhar os resultados e traçar ações conjuntas para o acompanhamento das condicionalidades. O controle social é exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Por outro lado, de acordo com a gestora do Programa, não há fluxo de informações especificamente sobre o acompanhamento das condicionalidades de saúde das famílias indígenas entre a gestão municipal e a estadual ou a federal.

Os Pataxó parecem ter uma relação de vizinhança amigável com pescadores da vila de Corumbau e moradores e povoados próximos como Monte Pascoal, São Geraldo e Montinho. No entanto, são extremamente tensas e conflituosas as relações com os moradores da vila de Caraíva, onde episódios de violência emergem com certa regularidade, vitimizando canoeiros, artesãs e indivíduos adictos ao álcool que perambulam pela vila quando estão alcoolizados.

f) *PBF na perspectiva de Gênero* - O PBF é percebido como um Programa voltado principalmente para as mulheres "mães

19. A gestão do PBF está situada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Porto Seguro

de família". Nesse sentido, algumas pessoas mencionaram que homens, titulares do cartão, tendem a ficar constrangidos quando reunidos em meio a uma maioria de mulheres, no dia da atualização de dados (cadastramento) na aldeia. Ao conversar com esses homens, é comum ouvir, de imediato, que eles são titulares do cartão somente porque suas esposas não possuíam a documentação necessária quando da solicitação do benefício. Nas entrevistas/conversas, tanto mulheres quanto homens titulares do cartão BF expressaram sua preferência pela continuidade do benefício atrelado ao nome da mulher. "É a mulher quem sabe o que é que tá faltando dentro de casa", disse uma senhora, numa das aldeias, resumindo para a consultora a opinião de muitos. Por outro lado, e tendo por referência vários relatos recolhidos nos três meses de pesquisa, a pesquisadora arrisca afirmar que a desigualdade de gênero persiste, com força, entre os Pataxó. Muito embora o PBF tenha promovido efeitos positivos sobre essa configuração, com algumas mulheres dependendo cada vez menos de seus maridos, a consultora conclui que as experiências de empoderamento das mulheres é algo ainda bastante pontual e específico.²⁰

g) Produção e segurança alimentar e nutricional – Na aldeia Barra Velha e todas as suas extensões, situada na porção oriental da TI, embora o artesanato represente a principal fonte de renda para muitas famílias Pataxó, esta atividade está restrita ao que localmente se identifica como o *período do verão* – tempo de turismo na região, durando cerca de apenas três meses. No restante do ano, durante o chamado *in-*

verno, algumas famílias se voltam para a agricultura, num intervalo que se estende por cerca de 8-9 meses, quando chove bastante no Extremo Sul da Bahia. A pesca e a pecuária (de corte) ocorrem paralelamente, ao longo de todo o ano, não representando, contudo, uma atividade produtiva de alcance tão abrangente quanto o artesanato de sementes. Os Pataxó também se valem da captura de mariscos nos arrecifes e no mangue, e do extrativismo de frutas e sementes.

Esse cenário se modifica bastante uma vez que se considera a parte mais ocidental do território, nas aldeias Meio da Mata, Boca da Mata e Cassiana, onde as atividades produtivas são menos variadas, em decorrência da distância dessas aldeias da faixa litorânea, do mangue e dos pontos de turismo. Nesse caso, nota-se a inexistência da pesca marítima e da mariscagem, assim como uma redução considerável na confecção de artesanato de semente, e uma presença maior da agricultura, da pecuária e do artesanato mecanizado voltado para a produção de gamelas. Outra grande fonte de renda em toda a terra indígena ad-vém do setor de serviços, saúde e educação, com ocupação formal de pelo menos duas centenas de pessoas, em sua maioria pagas pela Prefeitura de Porto Seguro. Por fim, há de se ressaltar a existência crescente de estabelecimentos comerciais propriamente ditos - para revenda de alimento industrializado, produtos de limpeza, peças de vestuário e bebida.

20. Ver a frente o item "Acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais".

Em relação à *segurança alimentar*, a situação das famílias na TI Barra Velha é extremamente heterogênea. No núcleo de Barra Velha, por exemplo, percebe-se que a comunidade consegue fazer uso contínuo dos recursos naturais de que dispõe, principalmente através da agricultura, da pesca, da mariscagem e do extrativismo de frutas. Cenas de pescadores carregando sacolas contendo peixes de pequeno porte, ou de crianças com varas carregadas de caranguejo, alternam-se com as de agricultores empurrando carrinhos de mão abarrotados de abacaxi, melancia ou mandioca, e crianças catando mangabas e retirando coco. Além do alimento produzido nas próprias aldeias, sabe-se que as famílias Pataxó empregam boa parte da renda que obtêm com artesanato e serviços ligados ao turismo na aquisição de produtos alimentícios. Mas, a relativa facilidade com que se obtém alimento nutritivo, ou o dinheiro para comprá-lo, ao menos durante três meses, numa parte do território não é encontrada em sua porção mais ocidental, onde as únicas formas de garantir o alimento se dão, como já indicado, por meio da agricultura de subsistência, da venda do artesanato em madeira e da renda advinda do PBF. Mesmo na faixa litorânea, em aldeias como Xandó, imediatamente vizinha à vila de Caraíva (onde circulam altos valores monetários e de onde provém o sustento de muitos Pataxó), há famílias em situação de extrema pobreza que ainda não se livraram do “medo de passar fome”.

As conversas e observações sobre *merenda escolar* revelaram uma situação no mínimo preocupante, pois foi constatado que em toda a TI Barra Velha sua oferta é insuficiente. Em praticamente todas as aldeias se relatou que o alimento enviado pela Prefeitura de Porto Seguro não chega a durar uma quinzena, destinando-se apenas às crianças e estudantes do ensino básico. Em conversas com crianças, adolescentes e seus pais, ficou claro que a maior parte dos estudantes matriculados nas escolas de Barra Velha (e extensões), Meio da Mata e Boca da Mata não tem acesso a essa merenda para além da segunda semana do mês. Segundo foi constatado pela consultora Joceny, para as famílias em maior dificuldade, geralmente as mais numerosas, a merenda escolar é vista como uma das poucas garantias de alimentação diária para as crianças.

h) Utilização do benefício e usos do PBF – Como muitos beneficiários enxergam no PBF uma continuidade do Programa Bolsa Escola, há uma tendência, por parte destes, a enfatizar que o dinheiro é gasto inteiramente com material escolar, sandália e vestimentas para os filhos irem à escola. Entretanto, conversando mais demoradamente com alguns desses beneficiários, e observando as casas que habitam e os bens que ali abrigam, a consultora diz que o PBF é utilizado para tornar acessível um universo muito mais amplo de bens que material escolar, vestimenta e sandálias para as crianças. Buscando estabelecer

um “padrão de utilização mais geral dessa renda”, a pesquisa indica que o dinheiro, em primeiro lugar, é utilizado na compra de alimentos que se consome em casa; em segundo lugar, ele serve para adquirir vestimentas, calçados e produtos de higiene e limpeza; e em último lugar serve para garantir algum bem mais permanente, como uma cama, um fogão ou uma geladeira. Alternativamente a esses gastos, o PBF pode também pagar a conta de energia elétrica e o gás de cozinha da família, cujo custo é bastante elevado.

i) *Acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais* – Em Barra Velha, afora o principal cacique da TI, e o ex-cacique do núcleo de Barra Velha, apenas duas beneficiárias, das mais de 100 pessoas com quem a pesquisadora conversou, afirmaram saber o que é um CRAS ou CREAS. A maioria nunca ouviu falar desses centros nem faz ideia das ações que os mesmos promovem. A consultora sugere que, de forma o mais rápida possível, seria importante encontrar uma maneira de garantir a presença da equipe da própria Assistência Social da Prefeitura de Porto Seguro, para esclarecimento das muitas dúvidas referentes ao PBF, e de profissionais ligados às unidades do CRAS/CREAS, com a oferta, *in loco*, de serviços específicos para essa população. A consultora ouviu vários relatos e presenciou situações de abuso da ingestão de bebida alcoólica; também relatos de violência doméstica, por homens alcoolizados, cujas vítimas têm sido, quase sempre, as mulheres. Aliás, as situações relatadas de violência contra a mulher não se restringiram apenas aos contextos com alto consumo de álcool. No desenro-

lar do trabalho de campo, a pesquisadora soube de histórias de homens que agrediram continuamente suas esposas, até que as mesmas, após darem queixa de seus agressores, lograram se separar. Outra questão recorrente no discurso dos Pataxó de Barra Velha diz respeito à dificuldade que os indígenas mais velhos têm em garantir sua aposentadoria, mesmo após uma vida de trabalho. Na maioria dos casos isso se deveu à ausência de documentos (como o registro civil). Por essas razões, a implementação e esclarecimento sobre as ações ofertadas pelo CRAS poderia beneficiar a população local, especialmente os idosos, mulheres e crianças. Cabe destacar, ainda, que a população não tem o mínimo conhecimento acerca de outras ações e programas sociais que porventura possam ter o direito de acessar.

3.2 Terra Indígena Porquinhos

a) *Percepções e conhecimento do PBF* – Nas conversas com os homens jovens (não casados e sem filhos) acerca dos temas presentes no rol de questões do RBC, o consultor constatou haver entre eles um baixo conhecimento do Programa Bolsa Família. Mas todas as pessoas na aldeia acreditam que o Programa Bolsa Família não apenas é positivo, como é um direito dos *mehin* receberem o benefício financeiro mensalmente repassado às famílias. Na sua visão, orientada pelos princípios de *reciprocidade* e *simetria* entre as partes em relação, o recurso financeiro funciona como o principal meio para se relacionarem com os *kupen* (os não indígenas) e para adquirir os bens feitos por eles (que

em realidade também deveriam ser dados ao *mehin*). Quando questionados sobre se sabiam o porquê recebiam o PBF, entenda-se “benefício”, a resposta mais comum obtida dos interlocutores foi à suposição de que lhes mandavam dinheiro porque sabiam que eles não o tinham, assim como não tinham os produtos dos *kupen* (que podiam ser alimentos, como açúcar, sal, café e biscoitos, ou outros itens, como roupas e chinelos). Dentro desta compreensão, o PBF ampliou as possibilidades de aquisição dos bens dos *kupen* e a estadia na cidade, algo antes restrita apenas às famílias daqueles que recebiam aposentadoria ou que possuíam emprego.

b) Pobreza e escassez – Entre os Canela, predomina a percepção de que não é possível haver escassez de recursos, incluído os alimentares, desde que alguém, saiba como obtê-los e que estejam ao seu alcance, bastando ir até eles (colher, caçar ou pescar) para adquiri-los. O consultor não identificou entre eles o desejo de produzir grandes excedentes ou conquistar grande riqueza material; a economia dos *mehin* é uma economia de suficiência, em que os recursos não são escassos e atendem às necessidades da população. Neste modelo econômico, o labor físico se limita a poucas horas diárias (e não é necessário ser executado todos os dias), dedicadas à aquisição de alimentos, coleta de lenha, preparo da comida e outras atividades mais esporádicas (como obter palha de buriti para refazer a casa, algo necessário apenas a cada três ou quatro anos). O res-

tante do tempo é dedicado a outras atividades, como a criação dos filhos, visita aos parentes, reuniões no pátio ou festas.

Não há palavra na língua dos Apanyekra Canela que tenha equivalência imediata para o termo “pobreza” em português. Por outro lado, o consultor observou que uma família pode passar por momentos de escassez, em que não tem carne suficiente para comer, ou não ter produzido o bastante em seu roçado por motivos variados. Neste caso, esta família receberá alimentos de outras pessoas próximas, mas não será considerada “pobre” em relação às demais. Outra forma de escassez, porém não material, é a escassez de festas, quando a comunidade não consegue realizar os seus *amekin* (“festa” ou “ritual”; *amekin*: “alegria coletiva”). A ideia de “pobreza”, nos termos como mais comumente aparece entre nós, foi encontrada pelo consultor quando nas conversas com os Apanyekra esses se diziam comparativamente mais “pobres” que os brancos pelo motivo de não produzirem as invenções dos não indígenas - uma pobreza relacional.

Em relação ao dinheiro, o consultor Bruno constatou que para os Apanyekra soa estranho ouvir dos brancos a frase “o dinheiro acabou”. Isso decorre, em parte, da maneira como eles interpretam a relação dos *kupen* com o dinheiro, que traduziu como sendo “dissimulada e mesquinha”. E vai mais fundo: como se ouve com frequência pessoas na aldeia dizendo “se acabou o dinheiro do *kupen*, ele vai ao banco e pega

mais, para ter dinheiro de novo", não lhe é discrepante aventar a hipótese de que, para os Canela de Porquinhos, os bancos (em relação ao dinheiro) ocupariam logicamente um lugar análogo ao que a mata ocupa (em relação ao alimento) – "é só ir lá e pegar". De outro lado, também pode constatar que entre os *mehin* há uma compreensão limitada a respeito de algumas ideias que organizam a vida econômica (e social) dos não indígenas, como é o caso das ideias de "escassez de recursos e bens", "necessidade de racionamento do dinheiro" e "necessidade de se trabalhar para obtê-lo".

Ao serem questionados sobre qual valor considerariam ideal para receber do Programa, os Apanyekra geralmente devolviam para o consultor a pergunta, inquirindo sobre o quanto, em sua opinião, seria necessário para que pudessem bancar seu transporte à cidade e a estadia nela, adquirir geladeiras e os remédios que estão em falta no Posto de Saúde da aldeia, além de roupas e alimentos, em especial para os períodos rituais. Observando o dia-a-dia da população, o consultor constatou que muitos dos anseios manifestados pelos Canela não precisariam ser atendidos via repasse financeiro. Bastaria que houvesse remédio e médico no Posto, um local decente para se hospedar na cidade, transporte gratuito à mesma e combate aos invasores da TI, que comprometem a caça com atividades predatórias. Isso resolvido, a percepção de pobreza certamente diminuirá, dado que o acesso que terão àquilo que os *kupen* podem oferecer será maior e melhorará a vida da população.

c) *Cadastro Único* – O termo "Cadastro Único" se mostrou desconhecido por praticamente todos os Canela e parte considerável da aldeia não tem noção precisa dos mecanismos institucionais pelos quais o Programa Bolsa Família é concedido ao beneficiário. Nas conversas informais que manteve com as beneficiárias, nenhuma respondeu positivamente à questão "você sabe o que é o Cadastro Único". Ao adaptá-la para a entrevista formal - "Como você fez o cadastro do Programa Bolsa Família? E como você ficou sabendo dele?" - ainda assim, foi respondida sem segurança para a maioria das entrevistadas mulheres e com um pouco mais de domínio para os entrevistados homens; os poucos homens que disseram saber o que era o CadÚnico não souberam explicar do que se tratava. Ninguém respondeu afirmando conhecer outros programas sociais que poderia acessar via CadÚnico; tampouco informaram ter ocorrido qualquer consulta prévia a respeito do PBF ou do CadÚnico junto à comunidade, resultando na ignorância do funcionamento de ambos.

Os primeiros cadastros do Programa Bolsa Família na aldeia remontam a 2006. Na ocasião, a prefeitura de Fernando Falcão, por intermédio de um representante escolar indígena, realizou um cadastramento massivo de um grande número de famílias. Os cadastramentos posteriores a 2006 passaram a ser feitos com o auxílio da FUNAI, embora tenha havido variações de acordo com o período e com a família. Muitas beneficiárias não se recordaram de ter atualizado seus cadastros. Com a ajuda dos maridos, soube-se que as atu-

alizações são feitas geralmente em moldes semelhantes ao do cadastramento de 2006: um responsável (desta vez, membro da família, e não um terceiro) se encaminha ao local da administração municipal responsável pelo PBF e apenas apresenta sua documentação. Descobriu-se que eles identificam claramente quando o cartão é bloqueado por meio dos "patrões", e o motivo sempre é a atualização do cadastro e nunca descumprimento de condicionalidades. De acordo com os Canela, não há presença de qualquer agente do Estado se dirigindo à comunidade para lembrar as pessoas da atualização do cadastro; e a Funai só instrui quem a procura. Também não foi registrada qualquer notícia de prestação de informação acerca do Cadastro Único e do acesso a outros programas sociais que, como já foi mencionado, são desconhecidos pelos Apanyekra.

Os CRAS/CREAS não cumprem a função de informar às famílias acerca do que é o Cadastro Único, do que ele significa, porque ele é feito e para que ele serve; tampouco o fazem em relação ao Programa Bolsa Família. Os cadastramentos são feitos mediante apenas a apresentação de documentos e não há informação acerca de benefícios adicionais. Não há atividades especiais para os indígenas, assim como praticamente não há atividades "não-especiais" para esta população.

d) *Condisionalidades* – A maioria dos entrevistados respondeu ao consultor que os matriculados na escola a frequentam

diariamente, com exceções pontuais. Por outro lado, a ausência de professores faz com que, de fato, a frequência à escola não seja cotidiana, posto que a escola fica alguns períodos inoperante - no mês de outubro passado (2013), p.e., praticamente não houve aulas). O consultor não descarta a possibilidade de que o controle de frequência inexista, inclusive em virtude dos intervalos tomados pela maioria dos professores não-indígenas em seu trabalho. Em 2011, a Prefeitura de Barra do Corda contou com um Projeto de Transporte Escolar, para ajudar a resolver o problema de transporte. O Projeto era financiado pelo Ministério da Educação (MEC) no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), porém o recurso foi desviado e não trouxe resultados para Porquinhas – segundo o consultor, há inquérito do Ministério Público apurando o caso. Atualmente quem não está na aldeia não tem possibilidade de se deslocar até a escola e fica alijado da educação formal. Os Apanyekra reclamam da quantidade de merenda adquirida, informando ser pouco para o número de alunos na escola (que gira em torno de 360, segundo informou um dos professores). Não existe material escolar na língua indígena. Há poucas publicações na língua Timbira Oriental, a maioria desconsiderando a variante Apanyekra, e praticamente todas foram confeccionadas por missionários. Uma grafia unificada da língua Timbira Oriental é desenvolvida pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e os professores indígenas se baseiam nesta grafia em sala de aula.

Também não se encontrou beneficiários Apanyekra que se recordassem de terem deixado de receber o benefício em razão de descumprirem as condicionalidades da saúde. Os Canela estão pleiteando, hoje, a criação de um DSEI Timbira, para saírem do DSEI Maranhão, que vêm como inoperante e incapaz de atender suas demandas mais básicas. Na pesquisa realizada pela equipe da NC Pinheiro (2013) junto à equipe da SESAI, o DSEI Maranhão foi apontado com o de pior desempenho entre os DSEI em relação à cobertura vacinal e quanto à cobertura de acompanhamento nutricional das crianças de até cinco anos de idade (apenas 2% de cobertura). Na percepção da equipe técnica da SESAI, o baixo desempenho do DSEI poderia estar relacionado a uma deficiência no registro das informações e, desta forma, talvez, a cobertura vacinal real seja maior do que a apresentada.

A percepção dos Canela é radicalmente oposta à da equipe da SESAI, uma vez que foi constatado pelo consultor que na aldeia há posto de saúde, porém faltam medicamentos e há apenas uma enfermeira disponível para atender as 700 pessoas que lá vivem. Os Canela informam que o médico da SESAI não comparece à aldeia, e ninguém conseguiu dizer qual foi a última vez que ele havia ido a Porquinhos; atualmente, membros da própria SESAI são acusados pelos Canela de desvios de recursos. Essa situação possivelmente influiu na resposta negativa obtida a praticamente todas as questões colocadas no RBC a respeito do atendimento a todas as mulheres gestantes e lactantes, acompanhamento pré-natal ou visitas de agentes

comunitários de saúde. O que o consultor verificou *in loco* é que há pesagem das grávidas e das crianças recém-nascidas na aldeia, realizada pela enfermeira, junto ao agente de saúde indígena, que visitam as casas de todos pela manhã. Não há, contudo, um acompanhamento mais qualificado da situação de cada gestante ou recém-nascido, devido não haver pessoal para fazê-lo. A percepção extremamente pejorativa em relação à assistência à saúde compartilhada pela aldeia pode ajudar a explicar o motivo de não serem mencionadas nas respostas as atividades de pesagem das gestantes e recém-nascidos. Outra possibilidade é que a população não veja nenhum sentido na ação de pesagem, pois com a ausência de pessoal qualificado para o controle nutricional (médico e/ou nutricionista) a rotina não tem nenhum retorno em forma de diagnóstico e aconselhamento alimentar e nutricional. É feito só a metade do processo, atendendo a um comando de produzir dados para registro e não para um serviço completo de vigilância alimentar e nutricional e desenvolvimento das crianças.

A ausência de agentes comunitários na aldeia, ou as várias barreiras de acesso à saúde que os indígenas enfrentam na cidade, pode ser um indício de que, na prática, o cumprimento das condicionalidades da saúde não é algo importante e exigido dos habitantes de Porquinhos, com os dados reais dos indígenas não sendo computados ou nem coletados (sendo inexistentes). Contribui para essa hipótese o fato de que nenhum dos entrevistados, mesmo aqueles do sexo masculino, com mais de 30 anos e maior experiência

no trato com os não-indígenas e o Estado, soube responder a respeito da existência de qualquer condicionalidade para participar do PBF ou continuar recebendo o benefício.

e) *Aspectos do pagamento e recebimento do benefício e sua logística* – O cartão do Programa Bolsa Família de praticamente todas as famílias Apanyekra está nas mãos dos “patrões”. Um patrão é um agiota que empresta dinheiro a taxas de juros altas (não há notícia de patrão que cobre menos que 20% de juros sobre o montante emprestado) e, em troca, toma os cartões dos beneficiários, algumas vezes pegando também seus documentos. O patronato não se limita ao Programa Bolsa Família, havendo patrões que também sacam as aposentadorias ou auxílio-materno de seus “clientes”. O consultor identificou existirem diferentes patrões trabalhando junto aos Apanyekra. Parte deles possui algum comércio, outra parte se tornou patrão por trabalhar junto aos índios e realizar o trânsito entre cidade – aldeia com frequência. Os patrões que possuem cantina ou comércio conseguem que os “clientes” gastem seus benefícios preferencialmente junto a eles. Outros patrões são menores e mantêm menos cartões em seu poder. O patronato surge também como uma forma de acesso ao crédito.

O PBF faz as pessoas saírem da aldeia mais vezes dado que, havendo a possibilidade, eles sacarão o benefício todos os meses, nunca o deixando acumular. Apesar dos

problemas do deslocamento, a maioria da população indígena deseja ter acesso às “invenções dos kupon”, para não mencionar as situações em que o deslocamento é feito com fins de adquirir alimentos.

São apontados pelo consultor, como principais problemas enfrentados pelos indígenas na cidade, os seguintes: preconceito e racismo sofrido pelos índios; violência (ameaças e agressões); e alto consumo de álcool, que atinge uma crescente parte da população masculina adulta e também algumas mulheres, porém em menor medida. As dificuldades com o retorno estão ligadas à ausência de carros para realizar os deslocamentos. Há apenas um carro da própria comunidade, dirigido por um indígena que já foi motorista da FUNAI. Este carro foi tomado da FUNAI, pois era utilizado anteriormente para trabalhar na TI e não estava mais sendo empregado para nenhum fim, abandonado em uma oficina da cidade. Os Apanyekra têm dificuldade em manter este carro, que quebra frequentemente e lhes dá muitas despesas, fazendo com que ele passe períodos inativos, aumentando com isso a dependência dos indígenas junto ao transporte dos patrões.

Como os benefícios não são sacados diretamente pelos próprios Canela, eles não puderam responder à questão “que tipo de dificuldade você já teve para sacar o benefício”, tampouco se já tiveram alguma. Os beneficiários são alienados de todo o processo de recebimento de seu

dinheiro e muitos sequer sabem, exatamente, o valor atual de seu benefício, dado que nem todos os patrões aceitam entregar o extrato de saque para o “cliente”. Existem pessoas que sequer sabem mais sua senha de saque, estando esta em domínio do patrão. Os Canela informaram, ainda, que os saques dos patrões são feitos preferencialmente na lotérica e no mercado, mas não excluíram que os saques também sejam realizados na própria agência da Caixa Econômica. Narram nunca terem visto ou ouvido falar que um patrão teve problemas para sacar o PBF de seu “cliente” em qualquer estabelecimento de Barra do Corda.

Segundo o consultor, os Apanyekra estão discutindo informalmente, e nas suas instâncias internas de tomada de decisão coletiva, uma estratégia para romper o círculo vicioso de dependência do patronato. Muitos disseram ao consultor que pretendem cancelar seus cartões que estão de posse dos patrões e solicitar uma nova via, para que eles mesmos os operem. Contudo, observa o consultor, em situações semelhantes, anteriormente, os cartões novos acabaram voltando para as mãos dos patrões, seja por haver ainda uma “dívida em curso” que levava a ameaças ao beneficiário, seja por dependência econômica do patrão, que vai assegurar em um primeiro momento que as pessoas na cidade não passem fome ou voltem para a aldeia, dado que o valor do benefício muitas vezes é insuficiente para manter uma família em Barra do Corda por vários dias e pagar o “frete” de cada passageiro no traslado.

f) Relações com o poder público, comércio e sociedade local – Em geral, os Apanyekra não

conhecem o gestor municipal do PBF e, nas entrevistas formais, apenas em uma o interlocutor (homem adulto com pouco mais de 30 anos) respondeu seguramente à questão “quem é o responsável pelo Programa Bolsa Família na cidade”. Ainda neste caso, ele o fez em referência a cidade de Fernando Falcão (onde mantém seu benefício) e não tinha a mesma informação em relação à Barra do Corda (cidade que visita com muito mais frequência, inclusive em virtude do aporte financeiro provido pelo benefício). Em outros casos os homens adultos especularam quem poderia ser o responsável, mas não demonstraram segurança na resposta. Por vezes, a pergunta causava confusão e a resposta era que o próprio patrão era “o responsável pelo PBF na cidade”.

Como já foi informado anteriormente, em geral os indígenas sofrem grande preconceito negativo na cidade e se sentem desconfortáveis frequentando vários espaços, como lojas de maior porte (em especial aquelas que vendem eletrodomésticos) e, principalmente, bancos. Nas entrevistas e conversas realizadas pelo consultor com os Apanyekra, em apenas uma ocasião eles informaram terem sentido “bem tratados” pelo vendedor. Algumas vezes, inclusive, pediram que o consultor conversasse com o negociante por eles, para evitar que fossem enganados. Em dada ocasião, a gerente de um mercado frequentado pelos Apanyekra disse ao consultor não gostar de índio, porque eles pioram a imagem de Barra do Corda: “não trabalham e só bebem”.

Todos os relatos recolhidos em campo indicam que os Apanyekra desconhecem “espaços de discussão entre governo e

sociedade para tratar do PBF" (*as Instâncias de Controle Social - ICS*). Ninguém na aldeia participa da fiscalização nas ICS do Programa Bolsa Família. Adicionalmente, os Canela não expressam nenhuma confiança na capacidade de resolução de problemas das administrações municipais de Barra do Corda e Fernando Falcão. Este quadro se agravou especialmente após o início do processo demarcatório, quando passaram a evitar ir à cidade e passaram a sofrer constrangimentos quando nela estiveram.

g) PBF na perspectiva de Gênero – Os cartões do Programa Bolsa Família estão na maioria das vezes no nome das mães. Uma família é constituída aos olhos dos Apanyekra a partir do momento em que o casal tem filhos. Não obstante, os filhos são vistos como indiscutivelmente ligados à mãe, com a qual permanecem no caso de separação. Os Canela não veem problema no cartão ser feito no nome da mulher. Pelo contrário, homens e mulheres questionados a este respeito responderam positivamente a esta diretriz do Programa, explicitando a conexão realizada no pensamento nativo entre o benefício e a criança. Apesar de o saque ser feito pelo patrão e da principal pessoa a se relacionar com o patrão ser o homem (caso o haja), as mulheres é que tendem a decidir como o recurso deve ser prioritariamente gasto. A economia doméstica é gerida por elas e os homens tendem a reconhecer a distribuição no núcleo familiar como de domínio feminino; assim, frequentemente

o consultor diz ter escutado dos homens que precisavam levar determinados produtos "para suas esposas", mesmo quando os objetos em questão não as teriam como destino final (exemplo: cadernos para crianças estudarem, vestimentas para outros membros da família, etc.). As decisões acerca do emprego do benefício, apesar de compartilhadas pelo casal, são vistas como mais legitimamente femininas. As mulheres, contudo, se queixam muitas vezes de que seus maridos não estão seguindo tudo o que elas definiram. O consumo intendo de álcool é visto como a principal causa disto. Coincidemente, esse consumo é também a principal causa de separações e divórcios na aldeia, sendo visto como principal causa de ruptura das relações sociais e colocando o alcoolista em condição semelhante ao dos "animais valentes" (*hobré*)²¹.

h) Produção e segurança alimentar e nutricional – Não foi registrado casos de abandono de atividade produtiva em virtude do PBF; todas as famílias possuem um setor de roça (ligado à casa) e o trabalho nele parece estar mais condicionado à disponibilidade de transporte para percorrer a área (dado que existem plantações bem distantes da aldeia) e de mão-de-obra na

21. O uso do termo "alcoolista" não corresponde a um diagnóstico clínico, mas apenas descreve a pessoa que apresenta comportamento e tendência a um consumo excessivo de álcool. Sobre esse assunto cf. COUTINHO, 1992. Sobre processos de alcoolização entre povos indígenas no Brasil cf. SOUZA (2013).

família. O que mais afeta a capacidade de produção nativa é a ação de madeireiros e caçadores, que destroem grandes porções da mata (dificultando, por exemplo, a produção de novas casas com a palha do buriti) e acabam com os animais em certas regiões da área indígena. Como não há qualquer combate sistemático a estes crimes por parte do Estado (pelo contrário, os Canela apontam grande conivência dos funcionários públicos, dizendo desconhecer qualquer denúncia que estes já tenham feito a respeito da depredação conhecida por todos), os Apanyekra são cada vez mais prejudicados em sua produção tradicional.

O dinheiro do PBF é utilizado para comprar alimentos produzidos fora da aldeia e, raramente, para comprar alimentos dentro da aldeia. A base da alimentação indígena é constituída de arroz e mandioica (carboidratos), carne de caça ou peixe (proteínas) e frutas. O montante maior de alimentos adquiridos na cidade com os recursos do benefício corresponde a carboidratos, como o arroz ou a farinha, ou proteínas, principalmente a carne de boi. Também compram feijão, fava, leite em pó, café, sal, açúcar e óleo de soja regularmente, para complementar a alimentação cotidiana, aumentando a variedade dos alimentos consumidos, porém elevando também - segundo fontes da comunidade e conversas com as enfermeiras da aldeia, o número de diabéticos e hipertensos é crescente e muito superior ao de uma década atrás (infelizmente não foram encontrados registros quantitativos desse fato). Em menor quantidade, adquirem biscoitos e refrigerantes, que não são vistos como parte da

alimentação cotidiana, mas que estão sempre presentes nas festas e rituais.

O acesso à alimentação é assegurado pela produção da aldeia e pelo Programa Bolsa Família. Contudo, a permanência na cidade pode levar a população Canela a passar fome, uma vez que o benefício não é suficiente para garantir a alimentação de toda a família por um período longo e o acesso a ele depende do patrão, que pode estar indisponível ou se recusar a entregar o recurso devido à dívida já acumulada por seu "cliente". O "medo de passar fome" certamente diminuiu após a entrada no PBF, porém a mitigação da fome no contexto aldeão não é o principal uso do Programa para a maioria da população indígena de Porquinhos. Os Canela não utilizam barcos para pesca, mas se valem do dinheiro do Bolsa Família para adquirir instrumentos de pesca, em especial anzóis e linha. Este recurso também é empregado na compra de itens para a lavoura, como facões, foices e outros instrumentos para auxiliar no plantio e na colheita.

i) *Utilização do benefício e usos do PBF* – O dinheiro do benefício é prioritariamente utilizado para dois fins básicos: (a.) a subsistência por meio da aquisição de alimentos, que servem para complementar a comida da aldeia, aumentando a variedade disponível, ou para evitar a fome nos períodos passados na cidade (servindo também para bancar o transporte entre os trechos); (b.) aquisição de bens necessários para as festas e rituais, especialmente comida, mas também bermudas, panos e sandálias novas (para "estar bonito" - mpej), além de outros itens de higiene e

beleza (como sabonetes, xampus e cremes para cabelo). Apesar de as peças de vestuário e os artigos de higiene e beleza serem consumidos independentemente da existência de festas, a perspectiva de algum *amekin* ("festa" ou "ritual") faz com que a aquisição destes itens seja mandatória, tornando o seu consumo muito mais frequente durante os períodos de rituais. A aquisição de eletrodomésticos é mais rara e geralmente só é feita por famílias que possuem aposentados ou um número grande de cartões do PBF com o mesmo patrão, permitindo acesso a um "crédito patronal" maior.

j) *Acesso aos serviços e benefícios socio-assistenciais* – Os Canela não conhecem os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Apesar de terem noção de que existem e eventualmente serem levados até estes locais por não-indígenas (sejam membros da Funai ou patrões) para buscar resolver qualquer problema referente ao PBF, não foi encontrado um único *mehin* (como os Canela se denominam) que se dirigisse espontaneamente a estes locais ou sentisse que lá era o lugar para resolver seus problemas e conseguir ser bem atendido. Durante todo o período em que o consultor esteve entre os Apanyekra, apenas uma vez a equipe volante do Centro de Referência de Fernando Falcão foi a Porquinhos. Há relatos de que estes funcionários chegaram armados e declararam que estavam "preparados para a

guerra". Alojaram-se em uma construção ao lado do posto de saúde e passaram a noite inteira bebendo. Pela manhã, com a chegada do pessoal da FUNAI a Porquinhos, os técnicos do Centro de Referência foram solicitados a abandonar a aldeia, o que prontamente atenderam. A percepção existente a respeito dos órgãos ligados à assistência social é negativa, dado o atendimento precário e à má vontade em lidar com os indígenas, que não sabem exatamente o que se faz naqueles locais, concebidos apenas como "onde nos levam caso haja problema no benefício".

3.3 Terra Indígena Takuaraty/ Yvykuarusu (ou Aldeia Paraguasu)

a) *Percepções e conhecimento do PBF* – O Programa Bolsa Família é concebido como um benefício que deve ser usado 'para as crianças' e que, portanto, é visto como uma forma de que as crianças permaneçam na escola, em boas condições. A consultora crê que, mesmo sem a condicionalidade da educação, o dinheiro continuaria sendo "das crianças". Há dois aspectos que contribuem para isso: o primeiro é o fato que o dinheiro do PBF tenha "encaixado" numa concepção segundo a qual não se pode frustrar a vontade dos jovens. O segundo, que reforça ou até incentiva o primeiro, é que diversos agentes (principalmente os da escola, e mais ainda os da escola na cidade) associam sistematicamente o PBF à presença das crianças na escola e à sua boa aparência – é exemplo disso a seguir:

te fala: "vocês não recebem PBF? Podem comprar sapatos novos para seus filhos"... e assim por diante. Difícil é estabelecer o que condiciona o quê; o que é causa do quê. O mais provável é que os dois aspectos funcionem juntos: é para as crianças e, portanto, também (e hoje, principalmente) para a escola. Se o benefício não atinge sua meta, o jovem prefere (ou é incentivado a) sair para trabalhar. O dinheiro é considerado como sendo de uso exclusivo das mulheres, e especificamente destinado aos filhos. Ele cumpre um papel de inclusão desses jovens nas escolas, principalmente nas escolas urbanas, pois permite em certa medida que eles adquiram bens materiais equivalentes aos dos brancos. A consultora observou que o dinheiro também cumpre um papel importante nas relações entre pais e filhos, já que ele permite (ou impossibilita) a realização dos desejos de consumo das crianças e dos jovens.

b) Pobreza e escassez – A consultora constatou que a noção de *bem viver* é compreendida pelos indígenas como viver juntos - com alegria, jovialidade, e podendo compartilhar e dividir alimentos, afetos e relações. Essa noção aparece relacionada ao *porã*, i.e., o "belo", o "bom", conceito nativo ligado à fertilidade, à reprodução e continuidade e também vinculado à concepção da pessoa guarani e do bem viver, e se contrapõe diretamente à noção de pobreza, cujos predicados o RBC se propõe identificar. Assim, "ser pobre é não poder satisfazer os filhos" (ver abaixo *Utilização do benefício e usos do PBF*).

As atividades produtivas da aldeia Paraguasu giram principalmente em torno da

produção agrícola para consumo interno. A pesquisadora relata que, hoje em dia, essa produção depende estreitamente da assistência do Estado (Prefeitura para trator e FUNAI para obtenção de algumas sementes), deixando de ser realizada plenamente quando o trator não é cedido para preparar a terra.

c) Cadastro Único – O CadÚnico não é bem conhecido pelos Guarani e Kaiowá. Apesar de ouvirem falar no assunto e de saberem de sua existência, seu funcionamento e seu propósito não são percebidos de forma clara. A consultora constatou que a maioria associa o CadÚnico apenas ao PBF e mais especificamente às atualizações frequentes para as quais são convocados no CRAS.

O relacionamento com os atendentes do CRAS de Paranhos é alvo de muitas críticas. A primeira é que os atendentes "paraguaios"²² se recusam a atender em guarani, o que dificulta muito a compreensão e fluidez das informações dos dois lados. Por outro lado, na hora das entrevistas aos beneficiários, a qualidade das perguntas, o tom sobre o qual são feitas, a paciência relativa e até a boa ou má vontade do entrevistador incidem fortemente sobre a qualidade e veracidade das respostas. A grande maioria dos beneficiários afirma que não esteve à vontade na hora da entrevista, ou que foi levado a responder

22. Segundo a consultora, a categoria "paraguaio", tal como é usada pelos Kaiowá e Guarani nessa terra indígena, designa todo e qualquer não indígena (independente de sua nacionalidade) falante da língua guarani.

certo tipo de questão, incitado a assumir uma renda mensal quando na prática o que a pessoa recebe são pagamentos eventuais por serviços pontuais, irregulares, e assim por diante.

Os problemas de comunicação podem acarretar erros e mal-entendidos que afetam diretamente o valor do benefício (tanto para cima quanto para baixo). Foram registrados pela consultora mais de vinte casos nos quais os valores do benefício diminuíram ou oscilaram após a última atualização do cadastro e outra dezena de casos em que famílias em princípio sem renda estão apenas recebendo o BF, sem o BSP (Benefício de Superação da Extrema Pobreza). A análise de um desses casos, com auxílio da SENARC, permitiu à consultora identificar que havia uma declaração de renda no cadastro que a família afirmava não ter. Na medida em que não se trata de um caso isolado, caberia se perguntar se o que está ocorrendo é que os operadores locais do CadÚnico não reconhecem as informações declaradas pelos beneficiários e pressionam por outras, diferentes, que lhe pareçam aceitáveis. Parece ser caso de verificação ou que alguma medida seja tomada para que não ocorra mais esse tipo de abuso.

d) *Condicionalidades* – A consultora constatou que a maioria das famílias está ciente de que o recebimento do benefício está vinculado ao cumprimento das exigências de saúde e educação. A questão da escola neste caso é indissociável da percepção

que os Guarani e Kaiowá têm hoje do PBF. O grau de informação dos habitantes da aldeia Paraguasu sobre as condicionalidades se explica por duas razões. A primeira é que os agentes de saúde e a equipe volante da Sesai fazem visitas domésticas (mesmo que ainda existam queixas nesse sentido, principalmente daqueles que moram no “fundo” da aldeia) e recebem de forma regular a população no Posto de Saúde. Eles são os principais intermediários e informadores das questões ligadas ao PBF na aldeia, atuando na *interface* entre o Programa e a população indígena. É por meio deles, por exemplo, que chegam as chamadas para atualização dos Cadastros. A segunda razão é a insistência por parte de todos os atores públicos, assim como dos funcionários da lotérica e de mais interlocutores não indígenas, sobre o perigo do “bloqueio” do cartão ou da perda do benefício.

Mas as condicionalidades podem se tornar rapidamente uma “caixa preta”, quando obrigações misteriosas impostas aos indígenas aparecem. Uma dessas “obrigações” identificada pela consultora foi o caso da compra de “cartão protetor” para o cartão do PBF, imposta pela lotérica, afirmando tratar-se de uma exigência de Brasília (“se não, vai bloquear o cartão”).

Entre os problemas identificados pela consultora como limitadores do cumprimento das condicionalidades pela população beneficiária estão a partidarização e as descontinuidades na gestão municipal

da educação, com incidência sobre as rotinas da escola. A Escola Municipal Pancho Romero é hoje palco de uma disputa interna entre os professores, e externa com a direção da escola e a Secretaria Municipal. Por conta da briga política que opôs dois candidatos à Prefeitura nas últimas eleições a escola deixou de ser bilíngue e diferenciada, e diversas novas rotinas burocráticas foram impostas. As mudanças vêm provocado insatisfação no corpo docente, se refletindo no controle de fluxo de presença dos alunos, não mais feito de maneira sistemática, entre outras consequências.

e) Aspectos do pagamento e recebimento do benefício e sua logística – Constatou-se que a falta de transporte público ou coletivo subsidiado para que os Guarani e Kaiowá possam sacar o benefício, acaba deixando grande parte das mulheres à mercê dos comerciantes (“patrões”) de Paranhos – eles vêm quotidianamente até a aldeia para levá-las até a Lotérica e até seus estabelecimentos comerciais. O beneficiário que aproveita a “carona” é obrigado a fazer a maior parte de suas compras na loja do comerciante que o transportou. Caso contrário, deverá voltar por seus próprios meios ou de fato pagar a volta (R\$ 30,00). Caso o beneficiário tenha uma dívida com o comerciante, este confiscará seu cartão do Programa Bolsa Família, ou algum de seus documentos de identidade até ele saldar sua dívida. Esses “patrões” não só são aparentados entre si como integram a elite política do município, alguns ocupando cargos na prefeitura, o que torna mais complexa a situação.

Foi identificada uma série de problemas e irregularidades praticadas pela Lotérica de

Paranhos, única alternativa local para a retirada do benefício. Como exemplo, a consultora menciona a imposição da compra do referido “cartão protetor”. Em muitos casos ele foi automaticamente atribuído aos beneficiários e descontado (R\$ 2,50) do valor do benefício. Assim, em poucos dias, praticamente todas as mulheres com as quais a consultora conversou disseram terem sido obrigadas a comprá-lo.

f) Relações com o poder público, comércio e sociedade local – No que diz respeito ao uso do dinheiro, a consultora constatou que a situação de fronteira (Paraguai-Brasil) é evidentemente um lugar próprio para as atividades dos comerciantes (os “patrões”). Assim, estes possuem comércios dos dois lados da fronteira. Esses comércios não são exatamente comércios como conhecemos, e sim depósitos que permanecem fechados e são abertos apenas para receber os fregueses indígenas trazidos das aldeias. Do lado paraguaio, por exemplo, um desses comércios só apresenta preços afixados em guarani (moeda paraguaia), enquanto outros dois comércios, situados do lado brasileiro, simplesmente não têm preços afixados. Quando os patrões retêm cartões, estes ficam guardados em lugar seguro, do lado paraguaio, invariavelmente. Os Guarani e Kaiowá são unânimes sobre isso.

g) PBF na perspectiva de Gênero – Segundo a consultora pode perceber, é possível dizer que as mulheres são consideradas as responsáveis pelo dinheiro e por sua gestão doméstica. Assim, praticamente todo o dinheiro obtido pela família é administrado pela mulher. Isso foi observa-

do entre a grande maioria das famílias entrevistadas e que se pode acompanhar no dia-a-dia, o que não significa que seja uma regra aplicável sem exceções a todas. De forma geral, os homens costumam entregar grande parte do dinheiro de seu trabalho para a esposa. Ela é responsável pela compra do que a família precisa em termos de alimentos, vestimentas e demais bens de consumo. Foi notado, ainda, que o dinheiro obtido pelos homens com o trabalho temporário nas fazendas da região é usado principalmente para comprar comida e fazer as compras regulares da família, enquanto o dinheiro recebido como benefício do PBF destina-se à compra de calçados, vestimentas e material escolar para as crianças e os jovens.

As mulheres guarani e kaiowá se surpreendem com o fato da renda dos homens incidir na composição dos valores do benefício do PBF, que elas consideram ser exclusivo “para as crianças”. Poderíamos dizer que há certo sentimento de injustiça envolvido nessa incompreensão geral da composição dos valores. A incompreensão também se explica pelo fato de que essas duas fontes de renda (a das diárias dos homens e a do benefício do PBF) não serem concebidas da mesma maneira. A primeira (renda dos homens) é fruto de trabalho e se destina a alimentação. A segunda (benefício do PBF) é resultado de uma exigência do Estado (“do governo”, “de Brasília”) de que as crianças frequentem a escola. Em resumo, para as mulheres Guarani e Kaiowá o dinheiro do PBF é

das mulheres (“para uso com as crianças”) e nesse sentido seu valor não deveria ser afetado pela renda dos maridos.

h) Produção e segurança alimentar e nutricional – Os dados levantados pela consultora indicam que praticamente todas as famílias da aldeia possuem roçados. Nestes roçados, costumam plantar principalmente milho e mandioca e, em alguns casos, feijão, melancia, abóbora, arroz. As famílias da aldeia recebem cestas de alimento, algumas tanto do governo do Estado, quanto da FUNAI. A cesta do governo é distribuída a cada dois meses e a da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é entregue de forma irregular, o que acarreta alguns problemas, principalmente para as famílias que contam quase exclusivamente com elas para se sustentar. A cesta de alimentos (tanto da ADA como do governo do estado) serve, no ano de 2013, como base alimentar da família. A produção agrícola – que em 2013 foi exclusivamente de mandioca– e eventuais compras extras de alimentos (principalmente de “carcaça” – subproduto do frango) completam o cardápio.

Algumas famílias insistem em fazer seus roçados, mesmo na enxada, mas muitas vezes recorrem então ao uso de agrotóxicos para combater os capins, que são praga na região. Uma mulher chegou a comentar coma pesquisadora que não conseguia dormir à noite por causa de cheiro forte do veneno aplicado em massa

por seu vizinho na lavoura. Há também as fazendas das redondezas, que costumam pulverizar as lavouras com agrotóxicos. Um exemplo é a Fazenda Paraná, cujos proprietários fizeram aplicação de agrotóxico na sua lavoura de soja no final de novembro e início de dezembro. Foi possível identificar o cheiro da substância a vários quilômetros, principalmente à noite e de madrugada.

O mesmo problema do capim como praga, com efeito limitante à atividade agrícola e, por consequência, à sustentabilidade e soberania alimentar foi identificado no estudo de caso da TI Dourados (cf. mais a frente). De fato, há informações de que o problema atinge várias Terras Indígenas no MS, a indicar a necessidade de uma ação mais abrangente e não somente nessa e/ou naquela TI.

Algumas famílias também plantam roças com intuito de comercializar parte de sua produção, principalmente a de milho e mandioca. Essa produção é escoada diretamente junto a algum fazendeiro da região, ou é comercializada em estados vizinhos, principalmente no Paraná.

Os Guarani e Kaiowá da aldeia, que não são assalariados, dependem quase que exclusivamente das cestas de alimentos para a base de sua alimentação. Essa base é eventualmente completada com produtos da roça, como a mandioca (principalmente no ano 2013 que foi realizado a pesquisa). Todos afirmam que antigamente essa produção era mais abundante e que comercializavam parte dela. Explicam que essa perda de interesse pelas roças

tem várias causas, entre elas que as novas gerações mudaram e não respeitam mais o jeito antigo de viver e de se relacionar com a terra e com seus frutos. A rezadora explicou à consultora que os jovens de hoje estão acostumados demais com os alimentos dos brancos e por isso se recusam a trabalhar nas roças. "Eles estão viciados na merenda", como disse. Possivelmente, ao lado da péssima qualidade e variedade da merenda escolar, que varia entre arroz com (pouquíssima) carne moída e macarrão com (pouquíssima) salsicha, nos melhores dias, esteja ocorrendo (como efeito colateral) a erosão dos saberes, práticas e estéticas alimentares tradicionais indígenas.

Outra causa seria a necessidade cada vez maior de obtenção de dinheiro, o que leva praticamente todos os homens a trabalharem nas fazendas vizinhas. A consultora adverte que o trabalho em fazendas vizinhas é intenso e mal remunerado. As diárias oscilam entre 30 e 45 reais, segundo o tipo de trabalho realizado (carpina, plantio/ "tratoragem", instalação de cerca). Além disso, a dedicação ao trabalho na fazenda limita a disponibilidade dos homens a se dedicarem ao trabalho na roça.

Essa transformação e a perda de interesse pela alimentação tradicional afeta diretamente na qualidade da alimentação. Assim, as refeições básicas em uma família que dispõe de algum tipo de renda (além do PBF) são quase que exclusivamente compostas por carboidratos (arroz, macarrão ou mandioca, nessa ordem) e um pouco de carne (frango, boi, sardinha ou salsicha). A cesta da ADA distribuída em

novembro de 2013 era composta por 7 pacotes de feijão, 5 pacotes de arroz branco, dois pacotes de açúcar, 4 litros de óleo e 2 pacotes de leite em pó de 500 gr. É importante ressaltar também que ela não é distribuída proporcionalmente à composição familiar. Isso significa que as famílias mais numerosas recebem a mesma cesta que as famílias mais reduzidas. Em algumas casas, uma cesta de alimentos não chega a durar uma semana.

i) Utilização do benefício e usos do PBF –

O principal aspecto observado pela consultora no que diz respeito ao uso do benefício do Programa Bolsa Família pelos Guarani e Kaiowá da Terra Indígena T/Y é que ele é exclusivamente usado pelas mulheres, para comprar principalmente calçados, roupas e material escolar para as crianças. Trata-se de uma regra geral, mesmo se as famílias mais extensas também compram sabão e/ou algum alimento com o que “sobra” depois da aquisição principal de roupas e calçados.

Essa priorização do uso do benefício para a compra de roupas, calçados e material para as crianças levou a consultora a sugerir que duas questões devem ser pensadas em conjunto visando entender o que estaria acontecendo em um nível mais profundo e que estaria operando na formação desta motivação. A primeira é a questão da pressão social (seja ela interna ou externa) sobre as crianças e os adolescentes no que diz respeito a sua aparência física e símbolos exteriores (material escolar e acessórios em geral). Este

ponto também deve ser relacionado com a questão segundo a qual muitas beneficiárias concebem o PBF como um benefício destinado a ajudar a população a fazer cumprir uma ordem do governo: “eles querem que as crianças fiquem na escola, por isso nos dão dinheiro para as roupas, os calçados e o material”. Isso aponta para uma futura reflexão: sobre o papel da política pública no combate aos preconceitos, assim como sobre o papel da política pública como também criadora de novas “necessidades” de consumo para as populações.

São as mulheres, em sua grande maioria, que retiram o benefício (registrou apenas 5 beneficiários homens na aldeia) e, de maneira mais geral, são elas que controlam a economia doméstica, mesmo quando uma parte da renda familiar vem do trabalho masculino. Por outro lado, a falta de opções de transporte e limitações logísticas diversas (incluindo aí a relativa ausência da FUNAI nessa sub-região do estado), praticamente obriga os Guarani e Kaiowá a recorrer aos comerciantes para poder receber e usufruir do benefício, e essa dependência em relação aos comerciantes compromete fortemente o livre usufruto do benefício.

j) Acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais – Em Paranhos, o CRAS local atende quase 700 famílias indígenas e conta apenas com três entrevistadores (mais o gestor), dos quais dois são falantes de guarani. Essas 700 famílias formam quase 40% do total de famílias atendidas ali.

A consultora constatou que os Guarani e Kaiowá não sabem o que é o CRAS e o CREAS. Os beneficiários do PBF consideram que o CRAS é hoje o responsável pelo PBF e os termos CRAS, CadÚnico e PBF são vistos quase como sinônimos. Essa relativa confusão se deve a que o PBF dispõe hoje, dentro do CRAS de Paranhos, de uma sala específica para receber os beneficiários e realizar as entrevistas para cadastramento e atualização do CadÚnico. Portanto, o contato dos Guarani e Kaiowá da aldeia Paraguasu com o CRAS e CREAS, limita-se em grande medida aos momentos de realização do cadastro e de atualização do CadÚnico. Uma responsável do CRAS explicou à consultora que apesar da proximidade e do entrosamento do PBF com os assistentes sociais do CRAS, as ações realizadas por este último limitam-se atualmente ao perímetro urbano de Paranhos. Segundo ela, isso se deve principalmente a três fatores. O primeiro depende estreitamente da vontade política da Prefeitura. O segundo está vinculado ao problema logístico de falta de pessoal e meios de transporte para constituir um verdadeiro CRAS volante, que poderia circular pelas aldeias e ter mais agilidade para trabalhar fora dos limites da cidade. O terceiro diz respeito à capacitação dos assistentes sociais e demais funcionários do próprio CRAS que, segundo ela, não estão preparados para trabalhar com populações indígenas. Para explicar isso, ela deu um exemplo com o qual estava trabalhando naquele momento, do caso de uma indígena guarani do Paraguai que teria se instalado em um assentamento do MST à proximidade de Paranhos e que teria sérios problemas para conseguir alimentar os filhos (mulher viúva, cega, sem vínculos

de parentesco em nenhuma das aldeias próximas). Essa funcionária evocou assim as dificuldades que como funcionários do CRAS enfrentam para entender (cultural e sociologicamente) a resistência da mulher tanto em voltar para o Paraguai, quanto em se instalar em uma das aldeias vizinhas.

k) Outros aspectos observados – A questão do PBF em uma situação de fronteira, neste caso a fronteira político-administrativa entre Brasil e Paraguai, agrupa outros elementos à já complexa situação analisada. A título de exemplos, a migração de famílias indígenas entre um e outro país; a migração de famílias oriundas do Paraguai, que se instalam nos arredores das cidades, em acampamentos, ou mesmo nas Terras Indígenas na região; a atividade dos comerciantes (“patrões”), alguns com comércio em ambos os lados da fronteira; e os atritos dentro da TI em relação ao uso da terra para plantio e a sua ocupação para moradia. A isso, agraga-se a retenção e guarda dos cartões pelos “patrões” do outro lado da fronteira - lado paraguaio. Uma situação considerada pela consultora de extrema gravidade que está merecendo uma ação, inclusive, de polícia.

3.4 Terra Indígena Dourados

a) Percepções e conhecimento do PBF – A referência mais comum ao PBF na TI Dourados é como o “dinheiro das crianças”, ou seja, um recurso que é repassado pelo governo para ser utilizado com os filhos. Se as famílias não observam esse padrão, em geral isso decorre de estarem em situação de vulnerabilidade.

O estudo de caso de Dourados aponta que o PBF chegou a Dourados no exato momento em que se aprofunda a crise do sistema de controle e dominação dos indígenas baseado na figura do “capitão” (ou “capitão da aldeia”), criado no período do Serviço de Proteção do Índio (SPI). Desde os tempos do SPI, o Estado escolhia essas figuras como intermediárias na relação com os grupos indígenas, sendo em geral uma pessoa (homem) com certa capacidade de liderança local²³. Segundo o consultor, alguns elementos desse sistema ainda persistem, e essa figura é atualmente chamada de “cacique”.

A partir do PBF e a entrega de cestas de alimentos diretamente a cada família, dá-se, pela primeira vez, uma distribuição massiva de recursos do Estado sem nenhuma intermediação dos “capitães”. Essa parece ser a grande novidade introduzida pelo PBF, considerando-se o histórico de relações dos indígenas de MS com o Estado brasileiro e a estrutura de intermediação instalada no interior da TI.

De outro lado, para boa parte dos beneficiários da TI Dourados, o PBF é uma espécie de “caixa-preta”; seu funcionamento é algo misterioso para as pessoas entrevistadas. O consultor sustenta esta afirmação nos inúmeros relatos de pessoas que obteve dizendo que os seus benefícios foram bloqueados por alguns meses no passado, e que depois voltou a ser disponibilizado sem que se tivesse a menor ideia dos motivos. Além disso, para sua surpresa e

estranhamento, ao consultarem os funcionários do CRAS ou do PBF na cidade, esses orientaram as pessoas a terem paciência que num prazo de três ou quatro meses a situação estaria regularizada e o dinheiro voltaria a ser depositado.

b) *Pobreza e escassez* – O consultor relata que o Programa Bolsa Família é hoje essencial para um grande número de famílias kaiowa e guarani: em vários lares, pode ser a única renda disponível por períodos consideráveis. Grande parte dos homens da TI Dourados sobrevive

23. A criação da figura do “capitão” nas aldeias indígenas no Mato Grosso do Sul remonta aos primeiros anos de atividade do Serviço de Proteção Indígena (SPI), órgão indigenista oficial na época, criado em 1910. No caso da Reserva de Caarapó, por exemplo, o primeiro “capitão” foi nomeado em 1920 (BRAND, 2001; MARQUES, 2011). O papel desse personagem está potencialmente carregado de conflito e ambivalências, pois tem de atender pressões e demandas vindas simultaneamente de duas direções: dos seus parentes e da comunidade indígena de abrangência da “sua administração” e da administração estatal, que exerce por meio dele o que vem a ser chamado na antropologia da política de “governo indireto”. A expressão “governo indireto” é uma tradução do inglês indirect rule, que foi utilizada originalmente para denotar o sistema político-administrativo descentralizado praticado nas colônias africanas controladas pelo Reino Unido (particularmente no Quênia e na Nigéria), entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Ele está baseado no estabelecimento de “intermediários nativos” (uma espécie de “administrador nativo”) situados entre a população local e os administradores britânicos. Política semelhante foi implementada nos Estados Unidos entre os anos 1930 e 1940 (BLANCHETTE, 2010). O indirect rule foi um momento geral que exprimiu a necessidade dos colonizadores redefinirem os seus postulados assimilaçãoista (LECLERC, 1973), e que no caso da África britânica tomou a forma do que Mahmood Mamdani (1998) chamou de “despotismo descentralizado”.

de um trabalho informal, ganhando temporariamente diárias em fazendas ou em setores como a construção civil. Qualquer pequeno acidente, qualquer doença na família pode romper um frágil equilíbrio e, nesses momentos, só sobrará o Programa Bolsa Família para impedir o pior. Mas nem sempre a assistência social na região parece ter consciênciade dessa importância do Programa Bolsa Família. Não são poucas as histórias de famílias (às vezes com cinco, seis filhos) que, justamente em momentos delicados – em que o marido está enfermo, ou a mulher está grávida –, veem seu benefício ser bloqueado. Durante meses, elas peregrinam entre o CRAS da aldeia e o escritório do Programa Bolsa Família na cidade, buscando saber, por que o dinheiro foi bloqueado e quando poderão voltar a contar com ele. Dado que para os Guarani o PBF constitui uma espécie de segurança social básica, há um alerta aos responsáveis pelo Programa: que prevejam dispositivos para impedir o bloqueio ou desligamento automático de famílias em situação de vulnerabilidade temporária, como doenças, acidentes de trabalho ou em período de gestação, pós-parto ou amamentação.

c) *Cadastro Único* – Em 2006 foram cadastradas 2.300 famílias na TI Dourados. No ano seguinte (2007), criou-se, dentro da TI, o CRAS Bororó. Segundo dados levantados, na TI Dourados estão incluídas, atualmente, 2.128 famílias no Cadastro Único, constando como beneficiadas pelo Programa Bolsa Família 1.842 delas em fevereiro de 2014.

A presente investigação considera que uma parte significativa das famílias não

tem reclamações substanciais sobre o PBF. A questão, porém, é que ainda persiste na comunidade um grupo de famílias excluídas, algumas inclusive da cesta básica da FUNAI. Tudo indica que isso ocorra em decorrência das excessivas exigências de documentação, relacionadas às limitações logísticas e linguísticas de parte das famílias da TI. De outro lado, o consultor pode observar que há famílias indígenas que recebem o PBF, mas que se as regras fossem seguidas a risca, não deveriam estar recebendo.

Foi identificado haver um evidente descompasso entre as exigências locais de documento para obter o PBF (“a excessiva exigência de documentação são queixas recorrentes”) e o que é efetivamente indicado pelo MDS. Segundo relatos recolhidos em campo, anteriormente o RANI ou a Certidão Administrativa de Casamento do Índio eram suficientes para dar acesso aos indígenas a cestas básicas, aposentadorias, entre outros. Hoje, com a ascensão dos benefícios sociais, há uma lista grande e variada de documentos que são exigidos pelas instâncias governamentais. É muito comum encontrar relatos de verdadeiras peregrinações entre o CRAS e o escritório do PBF – passando por escolas, FUNAI e outros órgãos responsáveis por conceder às mulheres indígenas os documentos que lhes são exigidos. Em alguns casos, há gente que está há mais de dois anos tentando solucionar problemas relacionados ao PBF, sem sucesso.

d) *Condicionais* – À primeira vista, a amplitude da presença dos sistemas de saúde e educação na TI Dourados garan-

te o acesso geral dos habitantes do local aos equipamentos e serviços relacionados às condicionalidades do PBF: saúde, educação, assistência social. Por outro lado, a qualidade dos serviços de saúde nas TIs de Mato Grosso do Sul tem sido alvo de fortes protestos, o que tem levando a questionamentos sobre a validade da cobrança feita às pessoas das condicionalidades de saúde.

Há quatro postos de saúde na TI e uma quantidade insuficiente de agentes de saúde comunitários – todos indígenas – encarregados de visitar as famílias. Lideranças locais avaliam que o ideal seria a relação 60 famílias por agente, mas hoje se chega a mais de 80/1. Enquanto o pesquisador constatou muitas reclamações de bloqueio do benefício inexplicadas, a pesquisa sobre condicionalidades de saúde realizada pela empresa NC Pinheiro (2013) para o MDS, por sua vez, nos dá pistas para constatar que parte desse problema pode estar relacionada a falhas na informação repassada por esses agentes ao CRAS²⁴.

Ainda segundo resultados da pesquisa realizada pela NC Pinheiro, apenas cerca de três meses antes da pesquisa, as equipes dos CRAS que atuam na TI Dourados passaram a visitar as famílias com certa sistematicidade. A Secretaria de Assistência Social de Dourados é a responsável pela gestão dos recursos financeiros vindos do PBF. A maior parte dos recursos é destinada à área de assistência social, sendo

aplicada na estrutura dos CRAS e central do Cadastro Único. Não existe uma verba específica para as áreas de educação e saúde. O recurso é repassado na forma de custeio, de acordo com a necessidade de cada área; normalmente a área de saúde recebe computadores, material de expediente e materiais de divulgação, adquiridos com estes recursos.

Em levantamento realizado pela NC Pinheiro junto a Divisão de Atenção à Saúde Indígena (DIASI), o acompanhamento das condicionalidades de saúde das famílias beneficiárias do PBF em áreas indígenas na maioria dos municípios de sua área de abrangência é realizado pelos EMSI (Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena), mas há casos como nos municípios de Campo Grande, Corumbá e Antônio João onde o acompanhamento é realizado por equipes municipais de saúde. Foi dito, também, que as EMSI procuram se articular com os agentes de medicina tradicional das aldeias para que os indígenas aceitem mais facilmente os serviços de saúde. Além de associar o uso de fármacos com a medicina tradicional indígena, seria comum acontecer de os agentes das EMSI

24. Segundo a pesquisa realizada pela NC Pinheiro (2013), o acompanhamento social das famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento é ainda uma prática incipiente em Dourados. O que em parte parece estar relacionado com a situação encontrada em campo pelo consultor, ou seja, com a falta de equipes volantes e de funcionários no CRAS interessados e qualificados, entre outros problemas.

levarem rezadeiras e benzedeiras aos hospitais. Os depoimentos reunidos pelo consultor e seus muitos anos de experiência de pesquisa presencial na região não lhe permitem reconhecer a existência efetiva de uma tal estratégia, ao menos na TI Dourados. Assim, é plausível supor que, de ocorrerem fatos como os relatados nessa pesquisa, seriam isolados ou associados a outras terras indígenas de MS. Além disso, existem informações circulando na TI a respeito das orientações que algumas famílias evangélicas pentecostais receberiam, em suas igrejas, de não aplicar, de nenhuma forma, o planejamento familiar, ainda em se tratando simplesmente da recomendação de espaçar as gestações a fim de não gerar maiores complicações para a saúde de mães e filhos pequenos. Também há comentários sobre lideranças pentecostais que orientariam as famílias a evitar a procura do sistema de saúde, mesmo em casos envolvendo desnutrição de crianças. Informações como essas requerem, evidentemente, uma apuração específica.

De nossa parte, cabe-nos destacar que as duas pesquisas adotaram abordagens e metodologias distintas, o que certamente pesa no resultado alcançado. No caso da pesquisa realizada pela NC Pinheiro, ela toma por base, unicamente, a fala dos prestadores de serviços de saúde, obtida em entrevistas formais, que poderiam ter adotado um discurso politicamente correto na descrição do que fazem. Já as constatações das pesquisas que este trabalho consolida, levantaram seus dados desde a perspectiva dos usuários, fazendo uso das diferentes modalidades de entrevista e

do convívio e observação prolongada do dia-a-dia de usuários e da relação desses com os prestadores de serviços²⁵.

No campo da educação escolar, o consultor identificou que há um tratamento demasiado inflexível – no sentido de rigidez cultural - em tornar a escolarização uma condicionante às famílias. Em diálogo com a população indígena, constatou que há de parte dos operadores do Programa uma visível dificuldade de compreensão com famílias que têm um entendimento diverso daqueles que estabeleceram e aplicam as regras a respeito da escola, além das dificuldades específicas pelas quais muitas passam em decorrência da atual situação da TI. Há famílias que não dão a importância que o governo dá à escolarização e que deixam de mandar a criança à escola com a esperada assiduidade. Outras consideram mais importante que, em certo período, uma criança participe do plantio ou da colheita de uma roça familiar, em vez de ir à escola. Além disso, é comum entre os Kaiowá e Guarani que qualquer compromisso seja desmarcado se amanhece chovendo. Há também os problemas propriamente logísticos, por exemplo, o lamaçal que se forma nas estradas de terra da TI nos períodos de chuvas continuadas, trazendo dificuldade de deslocamento das crianças à escola. Noutros casos as crianças moram a mais de um quilômetro do

25. Como a NC Pinheiros entrevistou a DIASI, cuja ação se estende a todas as TIs de Mato Grosso do Sul, é possível que esse tipo de conduta, de alguma cooperação com agentes tradicionais de cura, ocorra de maneira mais efetiva em outras TIs. Tratar-se-ia de um objeto a ser aproximado mediante pesquisa específica.

local onde estudam. Outro efeito da distância entre moradia e a escola é que nem sempre as mães e pais – principalmente os que têm um número grande de crianças em casa – conseguem se assegurar de que seus filhos efetivamente chegaram à escola. Segundo comentaram diversos interlocutores, a primeira reação dos pais e mães quando há o bloqueio do PBF é deixar de mandar as crianças à escola – possivelmente em decorrência dos custos que a frequência escolar adiciona à economia doméstica. “A escolarização parece ser, por vezes, compreendida como uma concessão que se faz ao governo, por receber o PBF, e não um efetivo caminho de ‘ascensão social’”, conforme afirma o consultor. Outro problema identificado pelo consultor foi o excesso de alunos em sala de aula, assunto que apareceu de maneira recorrente nas reuniões - envolvendo pais, lideranças e professores - que ocorreram na aldeia durante a sua estada²⁶.

e) *Aspectos do pagamento e recebimento do benefício e sua logística* – O consultor constatou não haver muita variação na forma como os indígenas costumam receber o dinheiro do PBF: ou as pessoas recorrem às próprias agências da Caixa Econômica Federal - CEF na cidade, ou às lotéricas. Não foram registradas queixas significativas em relação à dinâmica de pagamento em si, e ao serem questionadas sobre o possível inconveniente de ter de ir à cidade para receber o dinheiro, as mulheres da TI responderam, de modo geral, que isso não é novidade para elas, tendo em vista

que na região, há várias décadas, em função da pequena dimensão das terras indígenas, as famílias já se deslocam até a cidade periodicamente para fazer compras. A dificuldade que existe se relaciona aos meios de transporte: “não há linhas urbanas de ônibus que entrem na TI”.

Foi constatada pela investigação que uma parcela dos cartões está retida por comerciantes – não só mercados, mas também lojas de roupas e mesmo vendedores informais, que fazem negócio com os indígenas, vendendo-lhes itens como roupas (femininas, infantis) e materiais escolares. A pessoa nessa situação não se desloca até a cidade, o saque é feito no caixa eletrônico da CEF - e não nas lotéricas, pois estas têm exigido a documentação pessoal de quem retira o dinheiro. Os cartões do PBF são assim utilizados como *instrumento de crédito*: o cartão é entregue ao comerciante como forma de “parcelar” uma compra de valor maior do que o benefício mensal. O fato é que as pessoas com menor conhecimento de matemática financeira acabam, com frequência, sendo ludibriadas, pagando muito mais do que deveriam. “Se você deixa o cartão, o gas-

26. O Movimento de Professores Indígenas Guarani e Kaiowá foi criado nos anos 90 e vem realizando encontros anuais, entende-se que as capacidades e conhecimentos neles desenvolvidos e acumulados deveriam ser mais bem aproveitados, por exemplo, na redefinição, ou melhor posicionamento do papel da educação escolar no âmbito do PBF; ou ainda, em como tornar o sistema escolar em nível local mais ajustado à realidade sociocultural da população alvo.

to que fez lá sobe no mês seguinte – você nunca paga tudo”, comentou uma pessoa entrevistada pelo consultor. Além disso, comenta-se na TI que os vendedores, sobretudo os que trabalham de maneira informal, abusam dos preços propostos aos indígenas.

Os indígenas com *dependência alcoólica* são os especialmente vulneráveis aos abusos dos comerciantes. Comenta-se que certos comerciantes oferecem frequentemente bebidas alcoólicas aos indígenas. É uma forma de conseguir a “fidelidade” dos clientes, segundo o consultor, calando questionamentos a respeito dos preços que estão sendo praticados ou da qualidade dos produtos oferecidos.

Outra das “vantagens” oferecidas aos indígenas em troca da retenção do cartão é o *transporte* até a cidade para as compras. Há pelo menos um mercado que, segundo foi relatado, mantém um micro-ônibus destinado a buscar os “consumidores indígenas” em suas casas, para leva-los ao estabelecimento – situado num bairro periférico da cidade e distante da reserva – e retornar até suas casas, com suas compras.

A atual dificuldade de transporte na TI Dourados, sobretudo de idosos – mas também para as crianças em idade escolar e as mulheres que preferem sacar elas mesmas o dinheiro na cidade – torna essa situação (a retenção dos cartões e as diferentes maneiras de garantir a “fidelização” dos indígenas) nada simples de ser enfrentada. Ainda que a contragosto, para muitos que “optam” por essa via talvez isso lhes pareça ser a via mais segura, ou mais cômoda.

O consultor pode identificar discussões internas entre os guarani, nos diversos fóruns que congregam as lideranças locais, a respeito da necessidade da instalação de um caixa eletrônico no interior da TI, para recebimento de benefícios. Para se ter uma ideia da importância dessa alternativa para a população, considere-se o seguinte quadro: alguns lugares da TI ficam distantes mais de 20 quilômetros do ponto mais próximo de saque; não há linhas urbanas de ônibus nem transporte interno percorrendo a TI – os ônibus urbanos passam pela MS-156, a pista asfaltada que atravessa o Jaguapiru; o deslocamento das pessoas é geralmente feito em bicicletas ou carroças; e só uma pequena parte dos habitantes da TI dispõe de veículos automotores, sobretudo motocicletas. Idosos e mulheres com crianças pequenas são a parcela da população mais prejudicada com essa situação. Para ilustrar o drama vivido pela população, o consultor menciona o caso de uma criança de três anos que morreu após uma queda da mãe, que ia de bicicleta para a cidade com ela na garupa.

f) *Relações com o poder público, comércio e sociedade local* – Se em outros tempos o órgão indigenista, seja o SPI ou a FUNAI, era o principal agente estatal a relacionar-se com os indígenas na qualidade de órgão tutor, hoje esta interlocução se dá por múltiplos meios. No caso dos indígenas da TI Dourados, como há muitos eleitores, eles são cortejados pelas administrações locais e contam com um vereador na Câmara de Dourados, um guarani. Em 2013, a prefeitura de Dourados criou a Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas, órgão estabelecido a pedido do referido vereador.

Em relação ao apoio dos órgãos públicos às roças familiares, o consultor esclarece que há hoje uma divisão de trabalhos entre diversos órgãos que pertencem a instâncias distintas de governo: a FUNAI fornece o óleo diesel e sementes, mas é a prefeitura a responsável pelos tratores e por disponibilizar tratoristas. O detalhe é que os tratores que a prefeitura fornece são, na verdade, oriundos de um programa federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que, por sua vez, repassou, há alguns anos, essas “patrulhas mecanizadas” às prefeituras. As máquinas devem atender, além das aldeias, os assentamentos da reforma agrária e também comunidades remanescentes de quilombos. Fontes locais informaram ao consultor que a situação está complicada não somente com as aldeias indígenas, que têm tido dificuldade para terem acesso aos serviços proporcionados pelos tratores, quilombolas e assentados também reclamam da falta de “pontualidade” da prefeitura. Considerando-se o fato de que o governo do estado e vários prefeitos da região se pronunciam publicamente contra a demarcação de terras indígenas e quilombolas, além de não apoiarem políticas de reforma agrária, há mesmo quem desconfie na região que se trata de uma ação coordenada, com claras intenções de inviabilizar a economia familiar em favor da ocupação das terras das famílias indígenas, quilombolas e assentados com outras culturas agrícolas. No caso dos indígenas da TI Dourados, a falta de assistência técnica e apoio à produção familiar têm

levado várias famílias a aceitarem “contratos de parceria” com produtores de soja na região. Há décadas, certo número de indivíduos, sobretudo da aldeia Jaguapiru, estabelece contratos com não indígenas, dividindo o dinheiro gerado com a venda de soja plantada em terrenos dentro da TI – inclusive, também no Bororó. Antigamente, esses contratos eram amplamente conhecidos como “arrendamentos”. Hoje, são chamados de “parcerias”, sendo que a FUNAI e o MPF vêm buscando regularizar essa atividade, por meio de Termos de Ajustamento de Conduta.

O consultor verificou que a falta de assistência à agricultura familiar tem favorecido a concentração de renda, produzido e agravado diferenciação entre indígenas dentro da TI. Hoje há um número considerável de famílias que vive em terrenos emprestados ou alugados. Há comércio de lotes e casas dentro da TI e mesmo denúncias (que, precisariam ser investigadas) de que certos indivíduos acumulariam a propriedade de dezenas de casas.

E mais, essas parcerias e o uso dado a terra têm gerado um sério problema de saúde pública: a aplicação de herbicidas e inseticidas na soja, muitas vezes em terrenos situados bem próximo das residências das famílias indígenas e sem observar critérios básicos como a direção do vento, por exemplo. O que, muitas vezes, levam as crianças pequenas de saúde mais frágil a sofrer em situações como essa.

Uma peculiaridade da TI Dourados é que há no seu interior cerca de 20 estabelecimentos comerciais - a maioria está no Jaguapiru - que vendem gêneros alimentícios e que pertencem aos próprios moradores da comunidade (aos Terena e a mestiços terena/guarani ou terena/kaio-wa ou terena/não indígenas). O consultor relata ainda que além de mercados/mercearias (*bolichos*, como são conhecidos regionalmente), há, hoje, no interior da TI uma série de outros tipos de estabelecimentos, como venda de gás, borracharia, xerox, lanchonete, pizzaria, lava-rápido e até um espaço para festas. Alguns bares dentro da TI têm anúncios de bebidas alcoólicas em vias públicas de ampla circulação, inclusive de estudantes. Nesses mesmos espaços, há mesas de sinuca e fliperamas. Além dos estabelecimentos situados dentro da TI, há dezenas de outros em seu entorno, pertencentes a não indígenas, mas frequentados principalmente por indígenas.

Atualmente, os comerciantes do entorno da TI vêm sendo alvo de operações coordenadas pelo Ministério Público Federal, que procura coibir práticas ilegais e promover a regularização dos mercados que vendem aos indígenas. O foco tem sido principalmente a qualidade dos produtos vendidos – a Vigilância Sanitária foi peça-chave na primeira ação de campo desse trabalho, executada no fim de outubro/2013. Outros órgãos participaram da operação, que contou com apoio da Força Nacional: FUNAI, Inmetro, PROCON, Vigilância Sanitária e Secretaria Municipal de Finanças. Há uma expectativa de que os comerciantes indígenas obtenham al-

varás para seus estabelecimentos e que se submetam a fiscalizações de órgãos como a vigilância sanitária. Na reunião entre o MPF e os comerciantes indígenas, lideranças da TI expressaram a expectativa de que esse processo seja conduzido não de forma repressiva, mas por meio de uma conscientização e capacitação progressiva dessas pessoas, a partir da assistência de órgãos como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

São inúmeras as reclamações sobre a postura dos comerciantes – indígenas e não indígenas – na hora de estabelecer os preços das suas mercadorias. Várias pessoas manifestaram a desconfiança de que as contas são manipuladas se o cliente não estiver bem atento. Contribui para essa desconfiança o fato de os produtos não conterem etiquetas de preço afixadas, dando margem a esse tipo de procedimento. Há, também, muitas queixas de gente que entra de carro na aldeia e oferece de casa em casa produtos com origem incerta, qualidade duvidosa e preços idem (comerciantes informais).

Como nas outras TIs investigadas, também em Dourados há denúncias de retenção do cartão magnético das famílias indígenas por comerciantes locais para recebimento do benefício. O consultor informa que já houve ações da gestão local do PBF, que ao menos no caso desta TI, acionou o Conselho Municipal de Assistência Social para que este formalize denúncia junto ao Ministério Público Federal.

O consultor também menciona o estrago que as denúncias anônimas por supos-

tos maus tratos envolvendo as crianças têm causado nas famílias indígenas na TI Dourados. É fato – e muitos funcionários públicos indígenas reconhecem – que existe um número significativo de famílias problemáticas. Porém, afirma o consultor, o mecanismo das denúncias anônimas, da forma como é manejado hoje por órgãos como o Conselho Tutelar, já provocou episódios lamentáveis do ponto de vista dos direitos indígenas. Como as diferenças étnicas e religiosas estão combinadas de modo intrincado na TI, fazendo com que as disputas políticas, econômicas e culturais apareçam mescladas, fazer uma “acusação de abuso ou agressão contra uma criança ou adolescente” pode ser a forma mais fácil, hoje, de obter a vingança contra um inimigo ou concorrente; também como meio para afetar alguém cujos costumes pareçam ofensivos a seus dogmas religiosos – evangélicos, no caso. O consultor ouviu sobre várias situações de acusações injustas que chegaram, inclusive, a gerar a prisão de moradores da TI.

Quando o sistema de assistência social age dentro das aldeias, os equívocos acentuam, como, por exemplo, o fato de a adoção, entre os Kaiowá e Guarani, não ser pensada como algo necessariamente definitivo, que se necessita formalizar. É comum que os avós ou tios de uma ou mais crianças assumam temporariamente os cuidados com elas. Isso pode acontecer, por exemplo, quando um núcleo familiar passa por problemas econômicos. Para que uma criança passe a ser reconhecida

como parte de uma família – para receber a Bolsa Família, por exemplo –, é preciso gerar documentos “de guarda”. A tramitação desses papéis costuma ser longa e custosa, pois se exige um processo que passa pela sempre lenta Justiça da cidade. Em alguns casos essa tramitação exige se deslocar por longas distâncias e por várias vezes, com datas marcadas, para comparecer diante de pessoas em instituições – como por exemplos tribunais – com ausência de servidores que falam a língua guarani, e que ficam querendo muitos detalhes sobre a vida familiar. Tudo isso, para os idosos, que são os que comumente adotam as crianças, costuma ser muito difícil. O resultado é que, frequentemente, as mais prejudicadas são as crianças. Para o consultor, a solução para todo esse imbróglio talvez seja relativamente simples: bastaria que a FUNAI, o Ministério Público Federal e as lideranças da TI abrissem um diálogo e desenvolvessem um mecanismo apropriado para manter a consulta permanente à comunidade, e que os gestores do PBF se baseassem na construção de acordos com o sugerido órgão local de consulta para que esses arranjos familiares autônomos não impliquem na exclusão das crianças (como beneficiárias principais dos recursos do PBF) ao acesso a políticas públicas.

Na avaliação de alguns indígenas da TI, lideranças que têm se destacado no debate sobre os programas sociais, a criação de um órgão de consulta à comunidade para assuntos de família poderia resolver uma

série de temas que hoje são encaminhados de forma morosa e ineficiente, dando margem a conflitos e insatisfação generalizada - além de potenciais injustiças, como relatado.

Segundo a NC Pinheiro (2013), a gestão municipal do Programa está situada na Secretaria Municipal de Assistência Social de Dourados, e o gestor do Programa é funcionário público municipal, formado em filosofia e ocupa o cargo de gestor desde o ano de 2011. O gestor é também o coordenador do Cadastro Único. Até o final de 2013 não havia sido constituído um Comitê Intersetorial do Programa, embora houvesse ao que parece uma interlocução constante entre a gestão municipal e os coordenadores de saúde e educação por meio de reuniões bimestrais para discutir os resultados de cada área e para planejamento de ações. Não se tem notícias de participação de representantes da saúde indígena nestas reuniões. Foi declarado que "o controle social" do Programa é realizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, entretanto não se informa se há participação nele de representantes indígenas da Reserva de Dourados. Segundo o consultor, "em Dourados, os indígenas em geral, inclusive as lideranças, desconhecem qualquer espaço em que possam dialogar sobre o controle social do PBF. Diferente do que acontece em áreas como a saúde, em que existem pessoas dentro da TI que são reconhecidas pelas pessoas em geral como representantes indígenas diante dos órgãos públicos, na área da assistência social as únicas referências são os próprios indígenas funcionários do CRAS Bororó".

g) PBF na perspectiva de Gênero – O consultor constatou ser senso comum na população indígena, em Dourados, a ideia de que o benefício deve ser administrado pelas mulheres e destinado a cuidar das crianças. Também encontrou entre mulheres entrevistadas o entendimento de que o Estado poderia ser mais coerente em termos de relações de gênero. Por exemplo, calculando o valor do PBF sem considerar a renda do marido, associando o valor somente à quantidade de filhos que existe na família.

Também foram relatados ao consultor casos de violência doméstica associados com cartões de benefícios apropriados por membros da família, não os do PBF, mas os cartões de saque da aposentadoria de mulheres idosas, fisicamente mais frágeis e com maiores dificuldades para denunciar as agressões.

No que concerne aos Kaiowá e Guarani, o consultor sugere uma maior aproximação do Programa com o movimento de mulheres que se articula na *Kuña Aty Guasu*, a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, criada em 2012. Ele avalia que a *Kuña Aty Guasu* pode se converter numa importante parceira nesse momento de reflexão e de definição da atuação do PBF entre povos e comunidades indígenas, particularmente no MS.

h) Produção e segurança alimentar e nutricional – Conforme atestam várias etnografias já produzidas na região, incluído o acúmulo de conhecimento do consultor entre os Kaiowá e Guarani, as relações no âmbito da parentela (*te'yí*) estão fortemen-

te relacionadas à agricultura familiar, com destaque para o milho, cultura em torno da qual se organizam elementos fundamentais da cosmologia indígena, bem como as suas principais cerimônias. Tradicionalmente, as reuniões festivas (genericamente chamadas de *guaxire*, em alusão a um tipo de dança circular que comumente ocorre nessas ocasiões) dependem, sobretudo, da fartura de alimentos, que somente uma família com uma boa roça consegue proporcionar. Há, portanto, uma relação direta entre o aumento da produção de alimentos na agricultura familiar e o reforço dos laços sociais.

Grosso modo, uma família estará satisfeita com: 1) uma roça de subsistência de dimensões suficientes; 2) o acesso adequado a benefícios sociais (seja o Programa Bolsa Família, a aposentadoria, o BPC ou a pensão por morte ou invalidez – além das cestas básicas); 3) a possibilidade de, em alguma medida, o marido realizar trabalhos fora da aldeia (a “*changa*”). O consultor pode observar que as famílias nucleares que conseguem um equilíbrio entre esses três fatores são aquelas que apresentam maior satisfação, em termos de qualidade de vida. Todavia, é pequeno o número de famílias que têm uma roça suficientemente grande para poder viver somente dela (complementado pelo apoio dos benefícios sociais). As pessoas que dispensam a *changa* não são numerosas, em função da escassez de espaço na TI, sobretudo.

Outro fator que dificulta a dedicação à roça é a já histórica – e muito atual – in-

consistência das políticas de apoio à agricultura familiar indígena em Dourados, e na região sul do MS em geral, que se manifesta na demora ou na ausência do poder público no auxílio ao preparo da terra; no atraso na distribuição de sementes; na impossibilidade de tomar crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); e na falta de uma assistência técnica adequada. Mesmo quem tem alguma terra disponível para o cultivo, em decorrência desses fatores, muitas vezes não consegue fazê-lo, tendo de apelar para a “parceria” com os plantadores de soja (de dentro da aldeia ou não).

Uma boa parte dos trabalhadores que antes iam às usinas agora está empregada em uma diversidade de ramos de trabalho, incluindo até mesmo os supermercados da cidade. Mas os empregos mais recorrentes são a construção civil (como serventes ou pedreiros), os serviços públicos (limpeza, manutenção de vias) e os frigoríficos – estes, empregando um número crescente de jovens mulheres indígenas. O consultor recomenda a realização de uma pesquisa quantitativa, com outra metodologia, para captar em detalhes a atual situação de emprego indígena na região e a diversidade de possibilidades para o trabalho remunerado fora da aldeia.

A dificuldade de acesso à água é outro problema identificado entre algumas famílias na TI. Mesmo entre famílias em que os três citados fatores estão equilibrados

(roça/benefícios/changa) há casos de sérias dificuldades. O consultor constatou que em certas áreas da TI chega a faltar água nas residências por mais de um mês. Em novembro/2013, em várias casas que visitou no Bororó lhe diziam que ali não havia água já fazia mais de 40 dias.

Também há falta de lenha, isso em função da escassez de matas, o que impõe às famílias a necessidade de comprar gás. Dentro da TI há quem cobre mais de R\$ 65 por um bujão (enquanto na cidade se encontra o mesmo gás por R\$ 45). Finalmente, a escassez de áreas/matas também impõe a necessidade de compra de itens como madeira e telhas para construção das casas, cercas etc.

O conjunto de ações sociais que inclui cestas de alimentação, Programa Bolsa Família e merenda escolar, entre outros elementos, não basta para solucionar o problema da insegurança alimentar vivida cotidianamente por muitas famílias na TI, conclui o consultor. Além do acima indicado, uma parte significativa da TI Dourados—em áreas que poderiam ser utilizadas para cultivos familiares — está hoje totalmente ocupada por capins invasores, sobretudo a braquiária e o colonião, ambos de origem africana.

Mas nem tudo são dificuldades e problemas. Uma experiência desenvolvida por um grupo que varia entre dez e vinte pessoas, trabalhando em cerca de 20 hectares na produção e processamento de mandioca para venda na cidade do produto embalado e descascado, além de outras culturas agrícolas como abóbora e milho,

vem se mostrando bem exitosa. Trata-se do projeto coletivo Comunidade Vida Kaiowá (CVK), instalado no Bororó desde 2007, que contam com o apoio de uma pequena equipe técnica ligada à Igreja Católica local.

i) Utilização do benefício e usos do PBF – Como dito acima, na TI Dourados o benefício do PBF é visto como o “dinheiro das crianças”, ou seja, um recurso que é repassado pelo governo para ser utilizado com os filhos. Gastar o dinheiro “com as crianças” é comprar coisas que serão usadas diretamente por elas, como roupas, materiais escolares, brinquedos etc. Em termos de alimentação, é muito comum indicarem que o PBF deve ser utilizado especificamente para comprar “algo mais” que é usado diretamente pelas crianças, como frutas. Itens considerados femininos, como roupas e calçados, parecem também entrar nesse rol, embora as pessoas não costumem frisar esse fato, talvez por receio de que alguém (o pesquisador, p.e.) identificasse alguma possibilidade de que o dinheiro não estivesse sendo gasto devidamente. O que parece não fazer muito sentido, pois não existe nenhuma proibição quanto a esse tipo de gasto por parte do Programa Bolsa Família.

Grosso modo, constatou o consultor, se uma família gasta o dinheiro do PBF predominantemente com alimentos básicos, isso pode estar indicando que enfrenta uma situação de vulnerabilidade maior, que na maioria das vezes se relaciona com problemas com a renda “masculina” da casa, oriunda, geralmente, do trabalho dos homens fora da aldeia. O PBF constitui

hoje, aos Guarani de Dourados, uma espécie de segurança social mínima, e é nesse espírito que o programa deveria prever dispositivos para impedir o bloqueio ou desligamento automático de famílias em situação de vulnerabilidade temporária, como doenças, acidentes de trabalho ou em período de gestação, pós-parto ou amamentação.

j) *Acesso aos serviços e benefícios socio-assistenciais* – O Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas da Grande Dourados teve sua criação oficial em 2007, mas já atuava desde maio de 2005 na região quando a TI Dourados foi palco de um “boom” midiático, associado a mortes de crianças por desnutrição. Entre as ações que provocou, esteve a promoção, em 2006, do cadastramento massivo dos moradores da TI Dourados. Além disso, em 2007, com apoio do Comitê, criou-se, dentro da TI, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Bororó.

O CRAS Bororó é um equipamento em pleno funcionamento e cotidianamente lotado de indígenas, sobretudo mulheres – sempre acompanhadas de muitas crianças–, que frequentam o local para participar de atividades (palestras, grupos de discussão, cursos), receber alimentos (cestas doadas, ou vegetais que são comprados dos produtores indígenas pela prefeitura, via o projeto Mesa Brasil) ou buscar os mais variados auxílios em relação a benefícios sociais – sobretudo o PBF. Próximo há um posto de saúde, uma esco-

la e um pequeno centro de serviços que inclui um posto dos correios. Há também igrejas evangélicas e pequenos comércios nos arredores.

Pelos dados levantados pela pesquisa, o CRAS pode chegar a realizar mais de 500 atendimentos em um mês. Para isso, conta com um número de funcionários francamente insuficiente. Hoje são nove, sendo seis para atendimento direto – três assistentes sociais, um psicólogo, uma pessoa especializada em Previdência Social, e uma no PBF; reivindicam ao menos mais seis, sendo três para atendimento direto ao público. A falta de funcionários tem sido a justificativa para que não se crie uma equipe volante para o CRAS – que seria fundamental para atender as áreas mais distantes, incluindo os acampamentos indígenas em volta da TI.

Como ação imediata do MDS, o consultor sugere a implantação de internet e telefone fixo público (orelhão) no CRAS Bororó: a falta de conexão do equipamento com o sistema de informações do PBF, bem como a inexistência de um aparelho telefônico que possibilite o acesso a canais como o “0800” do PBF, ocasiona uma série de dificuldades para os beneficiários do programa. A disponibilização desses novos meios de comunicação poderia diminuir consideravelmente os inconvenientes para as famílias indígenas. Atualmente, o usual é que, diante de qualquer pedido de informação que demande a consulta ao cadastro da beneficiária, a pessoa seja

encaminhada a outro local, a mais de 10 quilômetros do CRAS Bororó, o chamado “escritório do Bolsa Família”, no centro da cidade de Dourados, no endereço: rua João Rosa Góes, 395 – Centro.

O modo de funcionamento do escritório do PBF em Dourados também gera outros transtornos para a população indígena do município. Além da TI Dourados, o município também abriga a TI Panambizinho, habitada praticamente só por Kaiowá, que fica a cerca de 25 km do escritório do PBF, na sede do município. Segundo as lideranças dessa TI, para chegar ao escritório a tempo de conseguir uma *senha*, as pessoas têm duas alternativas: ou conseguem pegar um único ônibus que passa às 6h da manhã, na rodovia que corta o distrito de Panambi – distante mais de um quilômetro de boa parte da TI; ou pagam passagem de R\$ 40 a um transportador que vive no distrito de Panambi. Outro complicador do encaminhamento dos beneficiários ao escritório do PBF na cidade é que no local não há funcionários falantes da língua guarani – isso é mais problemático no caso das mulheres, que na maioria dos casos são pessoas que mantêm o guarani como primeira língua e têm pouco domínio do português. Além da incorporação de pessoal qualificado, inclusive no domínio da língua guarani, o consultor pensa que a produção de materiais informativos e impressos (*tipo banner*) em Guarani ajudaria em muito a relação com os Guarani e Kaiowá.

Em síntese, os principais problemas (“problemas típicos”) enfrentados hoje pela população em relação às duas unidades do SUAS são: 1) dificuldades com a língua

para obter o acesso ao PBF ou entender problemas como bloqueios no pagamento; 2) dificuldades com a documentação exigida para o acesso ao PBF (há um evidente descompasso entre as exigências do MDS e as que são preconizadas pela Prefeitura de Dourados); 3) embaraços criados pela falta de infraestrutura de comunicação no CRAS Bororó, aliados ao despreparo dos funcionários do escritório do PBF na cidade de Dourados para lidar com o público indígena.

Em relação às ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) na TI Dourados, uma quantia considerável vem sendo investida, nos últimos anos, em cursos profissionalizantes, oferecidos no CRAS a partir de uma contratação que é definida pela prefeitura local. Não há notícia de que tenha havido efetivas consultas a população na TI, o que tem gerado uma oferta incompatível com as demandas locais, além de desperdício de dinheiro público. Na avaliação de algumas lideranças da TI que acompanham as atividades do CRAS, cursos aparentemente simples, voltados à agricultura familiar e a questões domésticas, entre outros, mais próximos da realidade atual da maioria da população, poderiam gerar efeitos bem positivos no curto e médio prazo.

Por fim, destaque-se uma demanda expressa em vários documentos de lideranças da comunidade a criação de um CREAS na própria TI Dourados; a criação de um segundo CRAS, no Jaguapiru; e a criação de um CAPS, considerando a extensão do problema dos suicídios, principalmente de jovens, e o alcoolismo.

3.5 Terra Indígena Alto Rio Negro

a) *Percepções e conhecimento do PBF* – a consultora constatou haver uma percepção positiva entre a população indígena em relação ao PBF, em particular no recebimento do recurso em si mesmo, apesar dos múltiplos descaminhos que se interpõem entre famílias potencialmente beneficiárias e seu efetivo recebimento do recurso em São Gabriel da Cachoeira (SGC).

Nas entrevistas realizadas pela consultora, o acesso ao PBF apareceu associado a “viagens”, ou seja, com a necessidade dos beneficiários indígenas terem que “viajar”. Os dados levantados pela consultora indicam que uma “viagem rápida” varia entre dois e oito dias, isso com o mínimo de paradas e a depender da comunidade considerada. Somando as estimativas mais rápidas de viagem ao tempo mínimo de estadia na cidade, sem contar com possíveis demoras no atendimento e/ou recebimento, estas viagens podem variar entre uma semana a um mês. A experiência da consultora indica que muitas famílias simplesmente não têm condições de fazer tal percurso, ainda mais se considerada a frequência de idas à cidade exigidas pelo Programa Bolsa Família. Outras sequer têm canoas ou motor rabetas²⁷ para os seus deslocamentos – situação verificada comumente entre as famílias Hupd’däh.

Outra associação simbólica identificada pela consultora na população ao se referir ao Programa é a da obrigatoriedade da relação com

a “cidade, os bens e os brancos” que ele impõe - isso tanto entre aqueles que vivem na TI Alto Rio Negro, quanto entre os que estão na cidade de São Gabriel. A isso poderíamos associar as noções de “despesa” e “gasto”, uma vez que os deslocamentos das pessoas até SGC inevitavelmente exigem ou envolvem itens cujo acesso e utilização exige ou ter o dinheiro necessário para pagá-los ou a abertura de um “crédito” (e consequente endividamento) junto a um comerciante ou agiota no local de origem ou de destino. Os valores estimados de gasto exclusivamente com combustível nas viagens realizadas em canoas de madeira, com motor “rabetas”, que são o meio usual de transporte utilizado pela maioria das famílias indígenas da TI Alto Rio Negro, podem variar entre R\$ 190 (comunidade Vila Nova, rio Xié, com uma distância da cidade de SGC variando entre 4 e 5 dias, ida e volta) e R\$ 500 (em Iauaretê, rio Parupi, com uma distância da cidade de SGC variando entre 11 e 13 dias, ida e volta). O resultado final, na maior parte dos casos, é que o recurso acaba por ser financeiramente muito pouco significativo, porém desejado e positivamente qualificado. Pesam para isto as estratégias de manejo nativas, adotadas para o recebimento e uso do recurso financeiro²⁸.

27. Pequeno motor de popa, isso é, colocado na parte de trás de uma embarcação pequena, tipo canoa, muito utilizado na região.

28. Estes valores, como os tempos de viagem, são aproximações fornecidas à consultora pelos próprios indígenas, podendo haver variações.

A consultora identificou entre as mulheres uma percepção particular do PBF: entendem que os recursos do Programa são sua responsabilidade, mais como “mães” de crianças e também jovens do que como “mulheres” - isso inclui também muitos casos em que as avós “criam” seus netos, como seus “filhos” ou tendo sua guarda, o que apareceu muitas vezes entre as comunidades e famílias pesquisadas. Para as mulheres, além de serem elas as responsáveis por seu manejo, o benefício é percebido como “das crianças” – essa compreensão apareceu tanto entre as mulheres indígenas das comunidades quanto da cidade SGC.

Outro resultado comum encontrado na investigação entre os indígenas é a completa incompreensão do Programa. Este foi o dado mais incontestável do trabalho de campo em SGC. O que todos desejavam, quando o PBF estava em questão, era “informação” e, sobretudo, alguém capaz de resolver seus muitos problemas. Se não, pelo menos indicar o porquê deles e como resolvê-los. A pesquisadora também encontrou um desencontro de informação e uma considerável falta de clareza em relação ao programa, suas regras e procedimento, entre aqueles que não deveriam tê-las: os funcionários das instituições operadoras do PBF em São Gabriel da Cachoeira. Além da ausência de informação pontual nas instituições públicas, constatou haver falta de campanhas de informação que sejam planejadas e executadas em conjunto com e especificamente para povos indígenas no município. Também não foram encontrados exemplares das cartilhas nas línguas indígenas elaboradas

pelo MDS nas comunidades pesquisadas e as pessoas, ao serem questionadas, responderam nunca tê-las visto.

Por fim, a consultora encontrou disseminada entre as famílias a noção de que quem trabalha com “carteira assinada” não pode ser beneficiário do Programa, nem sequer ser cadastrado. Quando isso acontece, as pessoas sentem-se “burlados” ou preteridos. Muitos indígenas ficam indignados quando há casos em que agentes de saúde ou professores recebem o benefício, porque eles “têm carteira assinada”.

b) Pobreza e escassez – O termo “pobreza” não foi encontrado sendo utilizado pelas famílias, seja nas entrevistas ou no dia-a-dia. Muitos depoimentos recolhidos pela consultora enfatizaram o quanto são privilegiados e verdadeiramente “ricos” e o quanto efetivamente “comem”, apesar da situação de escassez de alimentos, notadamente de fontes proteicas, em algumas comunidades. Quando chegam a acionar o termo “pobreza” segundo as conceituações de não indígenas, com a qual são constantemente confrontados na relação com os “brancos”, o fazem dentro de um quadro de compreensão específico. Um exemplo disso é a maneira como atribuem significado e se relacionam com o “dinheiro”. Ele é visto como algo necessário, notadamente quando as pessoas estão na cidade; nesse contexto, ter ou não ter “dinheiro” traz efeitos importantes e sua ausência pode causar sofrimento, como “sede” e “fome”. O “auxílio” (dinheiro) recebido do governo é visto quase que como um dever: ou porque as pessoas não têm trabalho (no sentido de emprego)

como os brancos, então não têm “dinheiro” para comprar coisas para as crianças ou algum “ranchinho”; ou porque moram longe e precisam de auxílio; ou ainda porque os filhos precisam estudar, precisam comer (“merendar”), seja em São Gabriel da Cachoeira, em outras comunidades ou nas cidades do país onde estejam. Para a consultora, isto parece indicar a necessidade de um Programa específico para populações indígenas, formulado em outras bases conceituais que não as de “pobreza” ou de “extrema pobreza”.

c) *Cadastro Único* – À incompreensão em relação às regras e ao funcionamento do PBF entre a população somam-se exigências documentais e maneiras de dar explicações que nem sempre são compreensíveis aos beneficiários ou potenciais beneficiários. A consultora pôde constatar que além dos desencontros de informação e da falta de clareza identificada entre funcionários operadores locais do Programa, os procedimentos por eles indicados nem sempre estão acessíveis às pessoas, como fazer ligações telefônicas ou acessar a sistemas de internet. Procedimentos concebidos para outras circunstâncias, mais comuns no sul do país, são simplesmente exigidos, sem a devida consideração do contexto do norte amazônico e da condição sociocultural e linguística do interlocutor.

É disseminada a ideia entre os indígenas de que apenas aqueles que possuem “documentação completa” podem acessar o Programa. Mas qual é exatamente essa

“documentação”, isso não apareceu claro nas conversas com os indígenas. Um funcionário do CRAS disse que bastaria RG e CPF, e se possível o título de eleitor. Enquanto isso, algumas mulheres disseram que não puderam ser as titulares do PBF justamente pela ausência de “documentação completa”. Na prática, verificou-se que o RANI não tem validade efetiva para o acesso a praticamente nenhuma política pública em SGC, quando direcionada a povos indígenas. Quando muito, ele pode ser mais um dos documentos a ser exigido, mas sendo por si só insuficiente à completude do processo burocrático.

Apesar das várias campanhas de documentação realizadas na região, foram verificadas inúmeras situações de ausência de algum ou até de todos os documentos básicos exigidos ao cadastramento. Um exemplo disso são os indígenas Hupd’äh entrevistados, que possuíam título de eleitor, mas não CPF. Por outro lado, foram também recolhidos muitos relatos sobre documentos perdidos ou “alagados” durante os longos percursos por igarapés e rios até chegar a São Gabriel da Cachoeira. Falta de condições financeiras, dificuldades logísticas e adversidades das viagens e permanência na cidade são alguns dos agravantes deste quadro.

A consultora constatou que as famílias indígenas na cidade são, em sua maioria, cadastradas no próprio CRAS. As visitas domiciliares, ao menos no bairro do Dabará, que é o mesmo do CRAS, eram minoritárias. Foi mencionado que as assistentes

sociais “ameaçam” uma visita, para verem como elas vivem, mas que dificilmente isto acontece. Muitas famílias souberam da existência do PBF por vizinhos, parentes e agentes comunitários de saúde.

d) Condicionalidades – A população pesquisada mostrou desconhecer o termo “condicionalidade”. A ideia de que o recebimento do recurso é condicionado a tomar determinadas atitudes é algo difusa, notadamente com relação à “saúde”. Apenas uma minoria dos entrevistados pela consultora sabia, devido ter sofrido bloqueio ou cancelamento do benefício, tendo descoberto existir esta “obrigação” neste momento.

Considerando os objetivos estabelecidos no PBF para o mecanismo “condicionalidades”, foi constatado que esses não vêm sendo seguidos adequadamente, ou seja, pareceu estar havendo certa distorção entre os objetivos como formalmente definidos (como meio para garantir direitos) e sua operacionalização na prática das instituições em nível local. Ao invés de atuar com instrumento de identificação, acompanhamento, promoção e de auxílio às famílias beneficiárias em situação vulnerabilidade, a prática local tem lhe dado uma feição punitiva, como algo negativo e não de promoção social. O quadro se agrava quando o bloqueio não resolvido gera o cancelamento do acesso ao benefício do Programa, situação nem sempre revertida, apesar da família possuir perfil adequado ao PBF.

Utilizar as “condicionalidades” para ter incidência ou coagir indígenas a agir de determinada forma foi uma ocorrência bastante marcada nas narrativas indígenas e

de outros atores locais sobre o Programa. Foram reunidos vários depoimentos com relatos sobre usos abusivos das “condicionalidades” por parte de representantes de órgãos públicos, como o próprio CRAS e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), e mesmo espaços não oficiais, como a casa lotérica. Muitos pais demonstraram preocupação com a notícia que receberam dos Coordenadores de Escolas, supostamente vinda da SEMEC, de que teriam o benefício suspenso caso seus filhos repetissem o ano ou tirassem notas baixas. Também houve casos em que, no momento do cadastramento, foi dito aos pais que o recebimento do benefício estava condicionado a manter seus filhos “limpos” e não comprar alimentos sem valor nutricional.

Em relação ao acompanhamento das condicionalidades de saúde das famílias que moram em comunidades, foi informado que isso é feito em fichas preenchidas pelos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) ou pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), contratados pela prefeitura, e que essas fichas são entregues no PAC (Programa de Agentes Comunitários) duas vezes ao ano – mas que isso não tem se traduzido em consolidação destes dados, com vistas a acompanhamento e possíveis intervenções. Nas comunidades pesquisadas, a estrutura dos postos de saúde, quando existentes, mesmo onde estes são considerados polos-base, é pequena e fisicamente precária. Há uma visível falta de articulação entre a gestão municipal do PBF e o DSEI Alto Rio Negro.

Segundo informa o produto final do estudo realizado por NC Pinheiro (2013), em São

Gabriel da Cachoeira, a gestão municipal do PBF está situada na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo que a secretaria de assistência social e também primeira-dama do município ocupa o cargo de gestora do Programa. A coordenação de saúde do PBF está situada na Secretaria Municipal de Saúde e a coordenadora em dezembro de 2013, que possui curso superior em Nutrição e está no cargo desde o ano de 2010, dedica-se à função em meio período durante três a quatro dias por semana. Segundo os dados produzidos por ocasião da pesquisa, além de uma *equipe volante*, composta por uma assistente social e dois auxiliares de nível médio, havia 220 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) contratados pela Prefeitura Municipal prestando serviço ao DSEI Alto Rio Negro. Mas esses ACS estão presentes em apenas parte das aldeias da área de abrangência do município. Nas demais comunidades locais onde existem Agentes Indígenas de Saúde (AIS) contratados pelo DSEI Alto Rio Negro, o acompanhamento não é realizado. Segundo a gestora do Programa na gestão passada (até 31.12.12), o acompanhamento das condicionalidades de saúde das famílias indígenas aldeadas não era realizado pela gestão municipal nem pela coordenação de saúde. Além da falta de interlocução com a Saúde Indígena, a gestão municipal do PBF enfrenta problemas de toda ordem. Segundo as responsáveis pelo estudo, os recursos financeiros e humanos não são suficientes, há um grande dispêndio financeiro na aquisição de combustível para movimentar a única embarcação dis-

ponível, que não é suficiente para fazer a cobertura de todas as aldeias (em número superior a 400) - existem aldeias aonde o tempo de deslocamento chega a mais de 40 dias considerando o percurso entre ida e volta. Também foi percebido não existir um fluxo de informações sobre o acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF entre o nível municipal e o nível estadual²⁹, nem qualquer tipo de interlocução com a esfera federal sobre o acompanhamento das condicionalidades de saúde.

Segundo foi apurado em campo pela consultora, o controle da condicionalidade de "educação", no caso das escolas estaduais é feito por meio da "declaração de frequência", que os próprios pais devem solicitar na unidade e entregar em São Gabriel da Cachoeira ou quando há algum mutirão de serviços na própria comunidade³⁰.

29. A educação escolar indígena está sob a égide da administração municipal, no caso do ensino fundamental, e estadual no caso do ensino médio. Ambas instâncias estão carecendo de uma reciclagem sobre o PBF, incluindo população indígena, e maior informação sobre as bases conceituais da política pública e sua interface com os direitos fundamentais de educação e saúde.

30. De acordo com o Censo Educacional 2012, MEC/INEP – existem em SGC 245 escolas públicas de ensino fundamental, de 1^a a 8^a série (com 11.564 alunos e 711 docentes), cuja efetivação é de responsabilidade municipal, e 13 de ensino médio estaduais (com 193 docentes e 4.766 estudantes) responsáveis pelo ensino médio. (Cf. IBGE, link: <http://cod.ibge.gov.br/APZ>). A pesquisa de campo aponta que, até dezembro 2013, não tinha sido construído nenhum acordo entre a instância estadual e o município para criar um fluxo oficial de informações sobre frequência escolar destinado ao sistema de informações referentes às condicionalidades de educação do PBF.

Em entrevista realizada com o Diretor da escola estadual de Iauaretê, esse afirmou que sabia quase nada do Programa e que não sabia quais alunos são beneficiários do Programa em sua escola - disse que gostaria de saber e de participar mais.

A pesquisa também identificou casos em que diferenças e conflitos intersubjetivos no espaço intracomunitários podem ter efeitos negativos sobre o controle e a informação repassada às instâncias superiores de controle do cumprimento das condicionalidades. Assim, professores podem "acusar" pais de não levarem os filhos à escola, em face de idas à cidade ou mesmo por ocasião do trabalho nas roças, notadamente das meninas. Ao mesmo tempo, pais podem "queixar" da não qualificação de determinado professor, de sua falta ou abuso de poder, por legislar sobre seus filhos, das notas que deveriam ter dado, ou ainda da não aprovação do filho ou filha no final do ano. Algo semelhante pode ocorrer com agentes de saúde. Foram comuns tanto reclamações de que pais não levavam os seus filhos para ser pesados e medidos, quanto dos pais com relação, por exemplo, aos agentes de saúde, dizendo que esses não realizavam a pesagem ou nem visitas domiciliares.

Ao mesmo tempo em que há de parte dos indígenas um questionamento da "condicionalidade" da frequência escolar e outras demandas que o ambiente escolar impõe a pais e crianças, as conversas e depoimentos tidos pela consultora indicam que se espera que as escolas sejam mais bem estruturadas, com currículos diferenciados, merendas adequadas e mesmo

condições materiais mínimas capazes de acolher seus estudantes.

e) Aspectos do pagamento e recebimento do benefício e sua logística – Na cidade de São Gabriel está o único CRAS que atende às mais de 6.000 famílias que integram o Cadastro Único de todo o município. É também o local onde está situado o terminal financeiro ativo de pagamento do Agente Operador (a casa lotérica) que, até novembro de 2013, era o único responsável pelo pagamento dos recursos do PBF às cerca de 5.000 famílias beneficiárias, das quais aproximadamente 1.100 são famílias indígenas da TI Alto Rio Negro.

A possibilidade de adesão crescente a programas sociais do Estado, entre eles o PBF, bem como o acesso a posições assalariadas de professores e agentes de saúde indígenas tem representado, segundo a consultora, um estímulo cada vez maior aos movimentos e à intensificação das relações dos indígenas com as instituições públicas, atores políticos e estabelecimentos comerciais instalados em SGC. O afluxo das famílias para a cidade ocorre em determinados momentos do mês ou dos semestres do ano, em determinados casos gerando condições calamitosas devido às condições de permanência na cidade. O Programa, enquanto algo que tem como condição a relação com o espaço da "cidade", tem se mostrado ser um importante incrementador deste trânsito cada vez mais intenso e de permanência na cidade. Vão mais à cidade, diretamente em razão do Programa, mas também porque podem ir à cidade, inclusive com outros fins, justamente porque recebem ou es-

peram receber os recursos do Programa, efetuar compra de mercadorias ou levar farinha para um filho que esteja estudando na cidade. É bastante comum a ocorrência de viagens à cidade em decorrência do calendário escolar, para aqueles que têm seus filhos estudando, ou de festas relacionadas com o calendário católico – destaque aos meses de julho, dezembro e janeiro.

O trabalho de campo da consultora apurou que, idealmente, as idas à cidade são feitas por toda a família em canoas/ embarcações próprias. Isto, contudo, nem sempre é possível, mas os indígenas desdobram-se para que a viagem aconteça desta maneira. Viagens compartilhadas são descritas como problemáticas, desconfortáveis e até como fonte de conflitos ou desentendimentos entre parentes ou co-viajantes. Em alguns casos a ida para a cidade pode levar até 34 dias, sob as condições mais adversas. Os indígenas vêm pelo caminho alimentando-se de farinha, frutas e algum peixe que consigam pescar ou trocar por combustível ou outros produtos. Dormem acampados na beira do rio ou em suas canoas. Levam algumas latas de farinha para consumo e, muitas vezes, para a venda. Produtos como artesanatos e frutas são também transportados para serem vendidos.

Uma vez na cidade, as condições de permanência não são muito melhores. Alguns podem possuir casas na cidade ou em áreas periurbanas, ou serem acolhidos em

casas de parentes. Os relatos apontam, em geral, para uma situação de má recepção e o desconforto que sentem ao serem recebidos por parentes na cidade. São poucos aqueles que têm condições de pagar por vagas para estender a rede em algum quarto na casa de parentes ou outras “pousadas” informais. Muitos aportam em frente à cidade, cozinhando em fogões de barro e dormindo ou na própria embarcação ou em barracas de lona. Outros, como os Hupd'äh e Yuhup'd'eh, com baixo conhecimento da língua portuguesa e cujo contato com a cidade é muito recente, dormem em barracas de lona montadas nas areias do rio Negro, preferencialmente no porto de Parauari, lugar considerado como um dos principais focos de transmissão de malária no município.

Não foram poucos aqueles que disseram à consultora desejar ter um “caixa eletrônico” na própria comunidade. Algo que, por ora, é inviável, considerando que a imensa maioria das mais de 700 comunidades locais da TI Alto Rio Negro não possui energia elétrica. A consultora sugere a instalação de uma máquina em Iauaretê, onde há uma central de energia termoelétrica e até uma agência da companhia de energia do estado do Amazonas, isso poderia ajudar na solução de alguns dos problemas acima relatados, ao menos para aquelas famílias que preferirão esta opção a ter de ir até SGC. Além dessa, penso que poderia se pensar na utilização dos distritos administrativos municipais e pelotões de fronteira, de modo a que sejam instalados

pontos com tais “caixas”, numa distribuição geográfica que conte cole de forma equitativa a distribuição das comunidades por toda a área de abrangência municipal. Além de Iauaretê, há Pari-Cachoeira, Cucui, Taracuá e alguma comunidade do Içana que são referência como polos de articulação indígena³¹ no interior da TI.

Em decorrência das distâncias e custos do deslocamento, aliado à impossibilidade de acúmulo do benefício por mais de três meses, sem que ele seja devidamente sacado algumas famílias têm optado por entregar o cartão para familiares que vão à cidade ou mesmo que lá residem. Também pode acontecer de haver algum filho estudando em escolas de nível médio ou cursos, incluindo os do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Neste caso, o cartão pode ser deixado com o/a jovem e o recurso é aplicado para que possam se manter durante o mês.

Foi constatado pela consultora que um número significativo de famílias tem recebido exclusivamente comprovantes de saque padrão da Caixa Econômica Federal. Privadas de acesso ao extrato ou comprovante de pagamento de benefício social, importante veículo de informação na relação do MDS com os beneficiários, as pessoas são privadas da oportunidade de acesso às informações regularmente enviadas sobre condicionalidades e outros assuntos, além da garantia de um saque controlado pelo Programa.

A consultora observou também que na hora do saque na loja lotérica, em geral os indígenas entregam o cartão nas mãos do

funcionário. Este fica separado dos beneficiários ou seus “representantes” por um vidro, onde ficam também, estranhamente, as máquinas de registro de senha. É ele quem opera o registro da senha. A consultora observou situações em que os cartões podem conter as senhas e, às vezes, valores inferiores aos que efetivamente o beneficiário deve receber. Quando não, juntamente com o cartão, os beneficiários entregam ao funcionário do estabelecimento um papel com o número de senha. Quanto ao valor sacado, as descrições dos indígenas indicam que, usualmente, os funcionários perguntam aos beneficiários quanto eles têm a receber. Muitas famílias relataram que o valor do benefício pode ser diferente de mês a mês ou conforme a época do ano, notando que estas variações não se devem ao acúmulo de benefícios por mais de um mês. A ocorrência de dar troco em balinhas, mas principalmente, em “raspadinhas” acontece com regularidade. Os que se recusam a receber a “raspadinha”, em geral, sofrem assédio neste sentido, quando a entrega não é já automática. Muitos supunham também que faziam parte do benefício social, sendo obrigatorias. Deste modo, têm sido, em um ou outro caso, sistematicamente impelidos a aceitar as raspadinhas como parte do pagamento do benefício social. Aqui caberia até acrescentar que os indígenas associam a uma pessoa da Lotérica a função de intermediar a a segurança social, as aposentadorias, se colocando como uma espécie de “procurador” para receber

31. Sobre a noção de “polos de articulação indígena” cf. MELATTI, 1979.

o dinheiro dos aposentados. Muitas descrições de indígenas e situações observadas em campo indicam que os indivíduos referidos como “procuradores” pelos indígenas têm atuado oficiosamente como se fossem os próprios indígenas. Retém seus documentos, utilizando seus cartões magnéticos e senhas, sacando seus recursos integral ou parcialmente, beneficiando-se, de vários modos, destas operações.

Atualmente, o benefício financeiro repassado pelo Programa aos indígenas está encampado pelo sistema de *patronagem*. Ou seja: por relações fundamentalmente assimétricas entre indígenas e comerciantes, por meio das quais ocorre a captura desse benefício em favor dos não indígenas. O ato de deixar o cartão magnético com o comerciante tem sido tanto uma exigência quanto a condição do fornecimento de mercadorias por parte dos “patrões”. Informação semelhante foi colhida pela equipe da NC Pinheiros (2013) quando da sua estada em São Gabriel da Cachoeira para realização da pesquisa. A seguir reproduzimos o trecho do seu relatório sobre o assunto:

“a maioria dos cartões magnéticos para recebimento do benefício está de posse dos comerciantes locais. Se para o indígena esta é a forma encontrada para usufruir do benefício financeiro, pois como não há possibilidade de deslocar-se freqüentemente à área urbana, seja devido ao custo de deslocamento, seja pela

longa distância, para os comerciantes é a garantia de que irão receber pelos produtos disponibilizados. É prática comum as famílias realizarem compras de mantimentos para vários meses de subsistência e os comerciantes realizarem o saque mensal dos benefícios. Os preços praticados costumam ser abusivos e muitas das famílias sequer conhecem o valor de seus benefícios, pois contraem dívidas que sempre são arroladas.” (p. 56).

Foi constatado que o mesmo acontece com famílias indígenas e jovens que vivem em área urbana: seus cartões vão parar nas mãos de comerciantes locais (os “patrões”) e “agiotas”. Na prática, parte significativa do recurso financeiro repassado pelo Programa é canalizada para as mãos destes sujeitos.

No caso dos Hupd’äh, a consultora observou que, apesar da pouca e recente cobertura pelo Programa e a retenção de cartões por comerciantes, os depoimentos ressaltam outras dimensões do “estar na cidade”. Isto é descrito como uma espécie de rito de queima de recursos e celebração da autonomia, onde se leva a vida com tudo o que se deseja, ainda que por uma semana, e mesmo que seja para retornar endividado às aldeias. Ir à cidade e adentrar no “mercado” têm significado o acesso a recursos de diversas ordens, que de outro modo só aconteceria muito mais precariamente e pela intermediação de outros povos, como os Tukano e Tariana.

f) *Relações com o poder público, comércio e sociedade local* – A desarticulação das instituições competentes – situação também constatada pelo estudo da NC Pinheiro (2013) - redunda e contribui negativamente na execução das diversas fases do Programa, do cadastramento ao recebimento do recurso. Constatou-se haver pouco conhecimento sobre o funcionamento do Programa no município, o que é agravado pela segmentação das unidades que operam o PBF no município, localizadas em bairros díspares da cidade, com constantes mudanças de endereço e de funcionários da linha de atendimento. A desinformação encontrada pela consultora entre indígenas e não-indígenas foi tamanha, que inclusive a agência lotérica e seus funcionários são percebidos e indicados pelos indígenas como parte do sistema de gestão do Programa, em nível municipal.

A implementação e os recursos dos Programas Sociais, salários de professores e agentes de saúde, como aqueles advindos da venda de produtos “indígenas” são aqueles que abastecem significativamente o mercado local formal e informal. Embora alguns indígenas possuam atividade comercial, sobretudo no mercado informal, tanto esse quanto o mercado formal são maioritariamente geridos por não indígenas. É ponto pacífico que os indígenas movimentam o comércio local e incrementam o mercado eleitoral. Todavia, o deslocamento crescente de indígenas para a cidade e seu estabelecimento relativamente permanente no espaço urbano não deixa de ser pensado, em alguns momentos, como um problema pela administração pública.

A feira municipal é um dos lugares onde é visível a expressão indígena do município e da cidade de São Gabriel da Cachoeira. Isso também não passa despercebido nas diferentes instâncias, secretarias e espaços do poder público municipal. Na administração passada o prefeito era um indígena pertencente ao povo Tariano. Agora, o cargo voltou às mãos do filho de um comerciante.

As redes locais de patronagem, que se estendem por gerações, conferem o tom das relações interétnicas locais contemporâneas. A desigualdade, a exploração, a dependência e o endividamento tornaram-se, assim, circunstâncias como que naturalizadas e usuais das interfaces que põem em relação indígenas e não indígenas. Isto pode se expressar não apenas nas relações formalmente comerciais e que envolvem o “fornecimento” de mercadorias, mas em outras relações que envolvam direta ou indiretamente não indígenas, regionais e o “dinheiro” pertencente a indígenas. A consultora pode perceber que essas redes podem envolver tanto proprietários quanto funcionários de estabelecimentos comerciais, de serviços públicos, bancos e agências de correios, ou ainda pessoas com cargos e funções políticas. Algumas dessas pessoas são oriundas de famílias que mantiveram vínculos comerciais-exploratórios com os indígenas há mais de duas gerações. Podem ter tido a função de regatões que circulavam por comunidades das várias calhas de rios, hoje nos limites formais da TI Alto Rio Negro, como também de donos de estabelecimentos comerciais diversos, na cidade de São Gabriel da Cachoeira.

Foram ouvidos vários depoimentos dos indígenas indicando apropriação indevida de recursos por parte de funcionários da lotérica, uma vez que esses têm acesso à senha do “cartão do PBF” ou “caixa fácil”. Houve um caso em que a pessoa teve quatro meses de recursos “desaparecidos”, não encontrando valores disponíveis para saque na casa lotérica, única responsável pelo pagamento do PBF em São Gabriel da Cachoeira, até meados de novembro de 2013. Um funcionário do estabelecimento lhe dizia, mês a mês, que não havia dinheiro para receber. Quando finalmente o beneficiário resolveu procurar o CRAS, constatou que seu benefício havia sido pago e sacado regularmente, mas não por ele. Foram relatadas iniciativas de mutirão de cadastramento diretamente acompanhadas ou que foram associadas pelos indígenas a candidatos a vereadores ou outros representantes de políticos locais. Alguns indígenas disseram que ouviram de um candidato a vereador que ele prometia aumentar o valor do Programa Bolsa Família ou, pelo contrário, cortá-lo, caso não fosse eleito. Ameaças semelhantes teriam sido feitas a mulheres indígenas da cidade, no caso de não fazerem o cartão Caixa Fácil, sob a ameaça de que teriam seus benefícios cancelados. Microexercícios de poder subordinador como os implícitos nesses exemplos podem ser encontrados aqui e ali, parcialmente expressos no tratamento dispensado aos indígenas por forças policiais, por funcionários de serviços públicos em geral, notadamente no contexto urbano, como por parte de políticos locais.

A consultora encontrou uma sensível tendência da gestão municipal atual em substituir funcionários indígenas por “esposas de militares”, mediante processo seletivo curricular simplificado, com perdas na qualidade do serviço. Ações deste tipo aconteceram no PETI, tendo sido a responsável indígena de nível médio, substituída por uma esposa de militar, com formação em pedagogia. O mesmo aconteceu com a responsável pelo CadÚnico, contratada há três meses, sendo esposa de militar e especialista em processamento de dados. Em geral, estas pessoas desconhecem totalmente a realidade da região, bem como ignoram as disposições constitucionais relativas a populações indígenas e a diferenciação de políticas públicas que lhes sejam direcionadas.

Ainda com relação à gestão municipal, houve relatos de que o prefeito descendente de uma linhagem de regatões (comerciantes) com atuação na região há mais de três gerações. Sendo de família que possui diversas atividades comerciais em São Gabriel da Cachoeira, o prefeito já foi funcionário da FUNAI, tendo sido denunciado pelo MPF por desvio de verbas enquanto exercia este cargo – condenado no final do processo. A consultora soube por indígenas que comerciantes de sua família são os responsáveis, atualmente, por parte da merenda escolar fornecida às escolas municipais da TI Alto Rio Negro.

g) PBF na perspectiva de Gênero – A divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres é marcante e é um atributo consolida-

dor e por vezes dissociador de boa parte das relações sociais no Alto Rio Negro: mulheres são fundamentalmente hortícolas e responsáveis pela produção de comidas em geral, inclusive das comidas rituais; homens caçam, pescam, fazem a derrubada e o preparo das roças. Este papel feminino tem se demonstrado atuante e fundamental contemporaneamente, cabendo ser associado com a perspectiva que estas beneficiárias têm do PBF e a maneira como utilizam seus recursos.

Segundo a consultora, a alocação dos recursos do Programa como sendo responsabilidade das mães, tanto quanto seu emprego na educação dos filhos são, de fato, a tônica da maior parte dos depoimentos coletados durante o trabalho de campo. A relação do recurso e seu uso com a educação é considerado por muitas mães um valor máximo e motivo de orgulho pessoal. Mas o recurso também pode ter outros usos, que não aqueles diretamente relacionados às crianças, pela ordem: comida; combustível para ir à roça ou alimentar motores de ralar mandioca; depois aparecem pratos ou outros utensílios e mesmo o pagamento de tarifas de energia elétrica. Muitas mães manifestaram à consultora o desejo de que o Programa se estenda também aos jovens indígenas em universidades.

h) Produção e segurança alimentar e nutricional – As investigações desenvolvidas pela consultora indicam que a participação no Programa não tem alterado significativamente as atividades produtivas locais voltadas à subsistência cotidiana. Notadamente quando considerado o sis-

tema agrícola do alto rio Negro, baseado na horticultura, sobretudo no cultivo de mandioca para a produção de farinha e outros derivados.

O peixe é o alimento preferencial dos povos do alto rio Negro, o que se soma também a pouca produtividade da caça, em bacias de águas pretas. Ecologicamente falando, a TI Alto Rio Negro caracteriza-se por conter diversos micro-ecossistemas, mesmo dentro de uma mesma calha de rio. Em determinados trechos de rio, pode haver lagos e peixe, enquanto carecem de terras firmes. Em contrapartida, em outros trechos de um mesmo rio, pode haver terra firme e escassez ainda maior de peixes. Estas diferenças podem dar o tom das migrações e viagens para a cidade, quando contam com trocas ou vendas de produtos com parentes ou moradores indígenas ao longo dos cursos de rios, nos longos trajetos até a cidade.

No que concerne ao trabalho nas roças, muitos depoimentos de mulheres, em geral titulares do benefício, destacam e qualificam a dissociação entre o recebimento de recursos do Programa e o desempenho de suas atividades produtivas, o que pode incluir a produção de farinha para a venda ou troca e, minoritariamente, artesanatos. Alguns depoimentos destacam, entretanto, que antes do Programa precisavam trabalhar incansavelmente, de modo a criar seus filhos com suficiência, dando-lhes roupas e pagando taxas e materiais escolares. Algumas famílias relatam ter ouvido, inclusive, da Secretaria Municipal de Educação, que pelo fato de serem beneficiárias do Programa não apenas podiam, mas

deveriam usar o dinheiro para pagar taxas escolares, diante da precariedade dos recursos do município que chegam até os indígenas. O que é mais importante, é que havia um forte empenho destas mulheres em qualificar seu trabalho cotidiano intenso e contínuo nas roças, no sentido de demonstrar que não dependem e não poderiam depender apenas dos recursos do PBF. São depoimentos enfatizando problemas, sofrimentos, incompreensões e expectativas, mas sempre com uma visão que deixa clara a importância, de seu ponto de vista, de receber o recurso.

Grandes concentrações populacionais podem tornar terras para cultivo a distâncias viáveis escassas. A consultora pôde constatar que ocorre em Iauaretê e com boa parte das famílias que para lá migraram, a partir do rio Papuri, alto e médio rio Uauapés. A escassez de peixe, por outro lado, parece atingir a Terra Indígena como um todo, sendo poucas as comunidades onde o recurso é apontado como “suficiente”. Esta deficiência também é potencializada, na medida do crescimento populacional das comunidades.

Por fim, a consultora destaca que a organização social do alto rio Negro não pode ser compreendida sem referência à ideia de hierarquia (entre não indígenas e indígenas; e entre os diferentes povos indígenas), com múltiplas expressões e negociações locais. Especificamente com relação aos Hup'däh, o trabalho de campo demonstrou que seu acesso a benefícios

sociais acaba por submeter-se à lógica regional. São “empurrados pra trás”, como uma mulher Hup qualificou, referindo-se às filas para atendimento quando há mutirões de cadastramento e documentação em Iauaretê. Isto pode e tem inviabilizado seu acesso tanto à documentação necessária a Programas como o Programa Bolsa Família, e outras iniciativas de políticas públicas a que se tornem elegíveis. Muitos outros povos, vindos, sobretudo, do rio Papuri, como os Piratapuia, ou do alto Uauapés, como os Wanano, podem também ter seu acesso dificultado ou considerado não preferencial sobre outros indivíduos que pertencem a povos considerados como oriundos de Iauaretê e/ou estão situados em posições hierárquicas superiores.

i) *Utilização do benefício e usos do PBF* – no tocante a utilização do recurso do PBF, a consultora constatou haver uma clara associação com crianças e jovens, o que se reflete em seus modos de apropriação. A compra de roupas, materiais escolares, pagamento de taxas escolares e algum “rancho”³², quando isso é possível. Em muitas comunidades, a construção de igrejas, a reforma de escolas, centros comunitários e até malocas são feitas através de mutirões e contribuições das diversas famílias, algumas delas financeiras, o que pode incluir os recursos do PBF. Também o consideram em

32. Expressão regional para se referir a alimentos não produzidos localmente, mas comprados ou fornecidos.

muitos casos, no fim das contas matemáticas e extraídos os gastos com viagem e estadia na cidade, de muito pequeno valor.

O emprego do recurso em fins que direta ou indiretamente propiciam a educação dos filhos generalizou-se nas comunidades estudadas. Ai, o recurso é tido, ou como ajuda a jovens estudantes na cidade ou como modo de comprar algum rancho, mesmo que pequeno, e coisas para as crianças. A noção de que o benefício é "para ajudar as crianças" e sua "educação escolar" foi encontrada disseminada entre a população. A consultora percebeu que tanto meninos quanto meninas mais velhas, pré-adolescentes, tentam polarizar o recurso para fins que consideram supérfluos, sendo eventualmente contemplados. Assim, moças de uma família beneficiária podiam tentar convencer suas mães de comprarem roupas ou cadernos de preços que tornariam, naquele mês, inviável contemplar filhos menores, com alguma compra.

O manejo do recurso por parte das mães é algo bastante comum entre as famílias beneficiárias pesquisadas. As mães tentam, assim, dividir o dinheiro entre necessidades coletivas e de cada um dos membros da família. Muitas vezes optam por destiná-lo àqueles filhos que estudam na cidade ou adotam também rodízio de cartão/recurso, bimestral ou trimestralmente, entre filhos nas comunidades e filhos na cidade.

j) *Acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais* – Os relatos recolhidos apontam para a ausência do CRAS nas comunidades. Não foi raro a consultora ouvir alguém se referir à lotérica como sendo

o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS). Essa situação é tão marcante que as pessoas, em geral, procuram antes este estabelecimento comercial, para solução de seus problemas ou esclarecimentos, que o próprio CRAS ou outras instituições relacionadas ao PBF. O mesmo acontece quando estão em questão outras políticas públicas locais, como por exemplo, as previdenciárias. A pesquisadora identificou que tanto o CRAS quanto as demais unidades onde o Programa é praticado no município são percebidas pela população apenas como "lugares" onde entregam documentos, pegam cartões etc.

Em todas as comunidades pesquisadas, bem como junto a famílias beneficiárias urbanas, não se teve qualquer notícia da existência da Instância de Controle Social (ICS) do Programa, nem qualquer outro mecanismo de participação e fiscalização comunitária na gestão municipal do PBF. Segundo a NC Pinheiro (2013), até o final de 2013 também não havia sido instituído um *Comitê Intersetorial* do PBF.

Por fim, registre-se que a capacitação das equipes do CRAS, quando realizada, acontece na cidade de Manaus e, ao que tudo indica, não são mencionados aspectos relacionados às especificidades de cadastramento e relacionamento com populações indígenas.

3.6 Terra Indígena Parabubure

a) *Percepções e conhecimento do PBF* – O Programa Bolsa Família, ou "o Bolsa" como é chamado pelos Xavante é percebido

como um “dinheiro” a mais e que faz parte do conjunto de rendas que são auferidas pelos moradores de cada aldeia: as aposentadorias, o auxílio maternidade, os salários de professores, de agentes de saúde indígena e de agentes indígenas de saúde ambiental. Isso é importante reter, segundo a consultora, pois ajuda a entender uma série de outras representações e comportamentos deles em relação a diferentes aspectos do Programa.

Segundo a consultora, o conceito de *pobreza* e a importância do acesso das famílias às transferências monetárias; a ausência de apoio dos serviços socioassistenciais para o caso de filho deficiente; e os valores atuais do PBF e as dificuldades para atualizar os dados cadastrais tiveram lugar de destaque nas entrevistas realizadas. Em todos os depoimentos não foram encontradas evidências de que os Xavante relacionam o PBF com os temas da educação, saúde e serviços socioassistenciais. Isso parece decorrer da associação direta do PBF com dinheiro em espécie.

No que se refere ao acesso ao PBF, os Xavante demonstram insatisfação e ansiedade com o quadro de bloqueio constante do “Bolsa”, situação que tem causado stress e tensões no interior das aldeias visitadas. Para os Xavante, os bloqueios causam muita “dor de cabeça” e são o resultado de “roubos” ou do tratamento discriminatório a eles dispensado por parte dos agentes públicos locais.

Outra fonte de tensão tem sido o aumento e redução dos valores a serem recebidos (em decorrência da inclusão e posterior exclusão de famílias indígenas no Plano Brasil Sem Miséria). Para além do total desconhecimento acerca do Plano Brasil Sem Miséria, não conseguem entender porque tiveram os valores do “Bolsa” aumentados e, após um certo período de tempo, diminuídos. Com frequência, iniciaram os depoimentos para esta pesquisa com a pergunta “por que baixou?”, feita com indignação.

Outra pergunta frequente feita à consultora foi “por que tá bloqueado?”, seguida de uma série de interrogações a respeito do tempo em que o próprio benefício ficará bloqueado e de explicações a respeito das providências que foram tomadas no sentido de reverter o processo de bloqueio e dos resultados, nem sempre positivos, dessas ações. Segundo a consultora, os bloqueios têm implicações de ordem financeira e nas rotinas das aldeias, pois as famílias passam a ter despesas extra com fretes, pagos para viagens até a sede do município e também para o vizinho município de Barra do Garças; realizam deslocamentos que ao final se mostram desnecessários, incluindo as mulheres e suas crianças; pagam despesas com alimentação fora da aldeia, nas pensões e bares locais; e, sem alternativas, acabam se endividando durante esses processos de deslocamento. “Essas são algumas das razões de “muita dor de cabeça” que o “Bolsa” causa aos Xavante”.

Por outro lado, o fato de ter outra fonte de dinheiro (para além das citadas anteriormente) é motivo de contentamento para os Xavante e a pergunta mais comum que a consultora ouviu foi “o Bolsa vai aumentar?”, numa demonstração clara de que gostariam de poder dispor de mais recursos financeiros e ampliar o leque de rendas monetárias presente hoje nas aldeias.

Sobre a noção que os Xavante têm a respeito da origem do dinheiro do Programa Bolsa Família, a consultora verificou que há algum conhecimento, embora desigualmente distribuído, de que o dinheiro é disponibilizado pelo Governo Federal. Nas entrevistas e em conversas ouviu frases como a que segue: “Brasília que manda, né, para todo o mundo, todas as famílias do Brasil, pro índio também”.

b) Pobreza e escassez – Em relação ao conceito de pobreza, foram encontradas percepções a respeito. Para alguns, a situação em que se encontram é de pobreza, para outros a riqueza maior está no fato de que continuam a praticar suas festas e rituais e que continuarão a ser Xavante, não importando “as coisas que branco foi trazendo pra gente”. A pobreza é entendida como algo que veio de fora, foi trazido pelos “waradzu” (“não índios”) e existe na medida em que é associada aos brancos, pois os Xavante não podem adquirir itens de vestuário, por exemplo, “por essa parte somos pobres”, ou seja, são pobres porque não dispõem de recursos para adquirir as roupas que foram introduzidas nas aldeias pelos brancos: “os brancos, assim, vestiram os índios, antigamente, né? Dearam roupas pra se vestir porque eles tinha

vergonha de ver os índios pelados, na época. Mas agora eles falam, mas porque agora os índios só usa roupa? Eles dão e agora cobram, né?”. Produto das relações de contato, a pobreza é relacional e assimétrica, cabendo aos brancos a responsabilidade de minimizá-la, pois foram eles que trouxeram para as aldeias certas necessidades. Não se justifica, portanto, que os não indígenas questionem a existência de carências, de ordem financeira, nas aldeias Xavante.

c) Cadastro Único – Os Xavante desconhecem o CadÚnico enquanto meio de acesso a outros programas sociais e sua função de banco de dados e sistema de informações. As referências recolhidas pela consultora são indiretas e surgem em situações em que eles buscam levar os documentos de identificação civil na “assistência” para receberem o “Bolsa da criança mais nova, o caçula” uma vez que para isso é necessário “levar os documentos, lá na assistência, para cadastrar”. Perguntados se conhecem o CadÚnico dizem que sim, que trata-se do “cadastro do Bolsa Família”, mas mesmo fazendo essa associação não têm clareza a respeito da necessidade regular de informar as alterações na renda e na composição familiar como forma de atualizar o banco de dados e a concessão de benefícios. As atualizações cadastrais são realizadas apenas sob demanda, quando solicitadas pelo operador local do PBF, devido a situações de bloqueio dos benefícios ou durante os períodos em que a atualização cadastral torna-se obrigatória. Vários comprovantes de atualização cadastral foram apresentados à consultora, como prova de que estavam respondendo, inclusive

com bastante antecedência, aos prazos estipulados pelo responsável por operar o PBF, para “fazer o cadastro”. Entretanto, pôde-se verificar, mesmo após as atualizações, que avisos nos extratos da CAIXA continuavam a ser entregues solicitando que essas atualizações, que já tinham sido realizadas, fossem feitas. Outra queixa bastante comum, ouvida pela consultora, foi de que não adianta levar os documentos solicitados (no caso do nascimento de crianças, por exemplo) uma vez que não percebem qualquer alteração no valor do benefício recebido.

d) Condicionalidades – A educação, no sentido da escolaridade na língua portuguesa, não é percebida pelos Xavante como diretamente associada ao Programa Bolsa Família. Ao contrário, diz a consultora, são comuns os depoimentos de chefes de grupos familiares que apontam para a possibilidade de retirarem suas crianças da escola como forma de se verem livres “dessa dor de cabeça, essa frequência escolar. Só pede lá na assistência”. Ao que parece, diz a consultora, a frequência escolar é mais um documento para ser levado para a “assistência”. Questionados sobre a importância das crianças frequentarem a escola, eles retrucam “naquele calor, não aprende nada, precisa ventilador, isso precisa” - uma indicação de que percebem claramente que diante das condições extremamente precárias das escolas das aldeias não faz sentido manter ali as crianças com regularidade uma vez que não conseguem se concentrar devido

aos níveis extremos de calor que lá experimentam. Outra situação relatada por ela é a das aldeias localizadas em áreas distantes daquelas onde existem escolas. As crianças precisam caminhar durante horas tanto para chegar como para retornar das escolas: “meus filhos, caminham no sol, na chuva, duas horas, fica com dor de cabeça, fica doente, tirei da escola, não pode ficar doente, não! Por que bloqueia o Bolsa, por quê? Por que recebo esta carta? Não tá certo, não!”.

Quanto às condicionalidades da Saúde (vacinação e acompanhamento da curva de desenvolvimento das crianças de 0 a 7 anos de idade), seu cumprimento por parte dos Xavante seria de ordem pragmática, uma formalidade a ser cumprida para desbloquear o benefício, “leva lá na assistência, o peso e a altura para desbloquear”. De qualquer forma, foi constatado que a vacinação e a pesagem das crianças são realizadas com regularidade e já fazem parte das rotinas das mães e das crianças. Entretanto, essas ações são anteriores à chegada do PBF nas aldeias, não tendo ocorrido qualquer alteração significativa na execução dessas atividades em função do PBF. Essas observações decorrem de acompanhamento e informações colhidas pela consultora desde o ano de 2006 em Parabubure. De outra parte, a equipe da NC Pinheiro (2013) colheu depoimentos indicando que as ações de saúde nas aldeias no DSEI Xavante não ocorrem de maneira integral e extensiva. Há problemas de integração entre a coordenação

do PBF em Barra do Garças (situada na Secretaria Municipal de Assistência Social), a Secretaria Municipal de Saúde e a coordenação de saúde (DSEI), o que agrava o quadro de precário acompanhamento das condicionalidades de saúde e o fluxo das suas informações - não há um Comitê Intersetorial do Programa formalmente instituído. A seguir, destacamos um trecho do relatório da NC Pinheiro onde seus autores buscam dar uma ideia de como a informação sobre as condicionalidades de saúde das famílias indígenas aldeadas estão sendo tratadas em Barra do Garças (situação semelhante foi encontrada em Campinápolis):

"as famílias indígenas precisam deslocar-se com seus próprios recursos até um posto de saúde da rede do SASISUS [Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS] dentro das aldeias (importante lembrar que apenas parte das aldeias dispõe de um posto de saúde). No posto de saúde o enfermeiro ou técnico pesa, mede e checa a carteira de vacina, estes dados são anotados em um cartão (papel comum onde há campos para preenchimento dos dados), este cartão é entregue ao indígena que deve levá-lo pessoalmente até a sede da coordenação de saúde do PBF localizado no centro de Barra do Garças. Na coordenação de saúde os dados dos cartões entregues pelos beneficiários, são utilizados para preencher os mapas de acompanhamento que posteriormente são digitados no Sistema de Gestão do PBF na Saúde pela coordenadora." (pp. 108-109).

Ou seja, além da responsabilidade pelo fluxo da informação do nível local aos níveis superiores do sistema recair fundamentalmente nos ombros das famílias indígenas, preocupadas com as possíveis consequências que a desinformação pode gerar, como, por exemplo, o bloqueio do dinheiro, a coisa é tratada de maneira meramente burocrática nas instâncias institucionais. Não foi identificado qualquer tipo de monitoramento, controle ou busca ativa pelas famílias beneficiárias, e os registros de acompanhamento são praticamente inexistentes. É sintomático ouvir do coordenador de saúde do PBF em Barra do Garças falar que os casos de descumprimento das condicionalidades estão associados às dificuldades que estas famílias enfrentam para se deslocarem de suas aldeias e entregar a documentação que comprova que cumprem a sua parte (p. 111).

A gestão municipal do Programa responsável pelas ações de atenção e promoção da população Xavante de Parabubure está localizada na Secretaria de assistência Social de Campinápolis. Segundo NC Pinheiro, o gestor é responsável por todos os procedimentos ligados ao Programa, desde o cadastramento e recadastramento das famílias, digitação dos cadastros, atendimento dos beneficiários, entre outras atividades. Ou seja, a gestão do Programa concentra-se em uma única pessoa. Da mesma forma, a coordenação de saúde do PBF conta apenas com a coordenadora para realizar todas as tarefas que surgem de um universo formado pelas 853 famílias indígenas beneficiárias (dados de 2013) e outras tantas que querem sê-lo.

e) Aspectos do pagamento e recebimento do benefício e sua logística – O recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família só é possível por meio do deslocamento das mulheres, com seus maridos e filhos, para a sede do município; e que esse deslocamento implica, necessariamente, no pagamento de “frete”. Há, portanto, uma associação direta do dinheiro do Programa Bolsa Família com o pagamento do frete. Em outras palavras, trata-se do recebimento de um dinheiro que já vem associado a uma despesa: “o Bolsa Família é pouquinho, paga o frete, não dá pra nada.”

Os “freteiros” chegam às aldeias na noite anterior e, pela manhã, “carregam” as cariocerias de seus veículos com a lotação alcançando o limite máximo, tendo sido observado situações perigosas, como o transporte de pessoas ocorrendo juntamente com o transporte de botijões de gás de cozinha. Ainda, que em geral os índios retornam no mesmo dia para a aldeia, geralmente no período da tarde, e então os caminhões já podem receber uma nova “carga”, pois encontram outros grupos familiares prontos para seguirem até a sede do município para receber o “dinheiro do Bolsa”.

Relatos colhidos pela pesquisadora indicam que diante da insatisfação dos Xavantes em relação à necessidade de deslocamento das mulheres até a sede do município e da tentativa dos chefes de família para sacar os benefícios, emprega-

dos da Lotérica já chegaram a cobrar entre R\$10,00 (dez reais) e R\$20,00 (vinte reais) como meio de efetivar o pagamento dos benefícios aos não titulares dos cartões do Bolsa.

f) Relações com o poder público, comércio e sociedade local - Os relatos obtidos e observações feitas levam a concluir que os Xavante estão descontentes com a prestação dos serviços de todas as instâncias locais e do poder público relacionadas com o PBF: “a Assistência”, a Lotérica, “o Postinho” (Posto de Saúde), a Escola. No caso da Lotérica e da Assistência, se referem a ela como sendo instituições onde as pessoas se relacionam com base no preconceito demonstrado: “eles não gostam do Xavante não”, “eles têm preconceito”, “tá sempre bravo com a gente”, “não dá um sorriso, não!”. Houve situações de constrangimento de mulheres Xavante e de grande irritação e nervosismo dos funcionários no atendimento aos indígenas. Foram relatadas várias situações de retenção de cartões e documentos pessoais por comerciantes locais. Em todas essas situações as detentoras dos cartões possuíam dívidas acima do valor do benefício do PBF. Notas de vendas, emitidas pelos próprios comerciantes, com os valores das compras efetuadas e de quanto os Xavante estavam devendo foram apresentadas pelas mulheres como forma de comprovar os próprios relatos. Mercados locais mantêm uma forma peculiar de se relacionar com os eles – trata-se da cobrança sistemática de um “sobre-preço”: na venda

para os Xavante, todos os itens da cesta básica de alimentos são acrescidos de um valor adicional. Os Xavante conhecem essa prática, mas se sentem impotentes para reclamar devido à ausência de preços nas mercadorias (nas prateleiras) e/ou a não emissão de nota fiscal, com preços unitários, valor total e itens das compras devidamente discriminados. De modo geral, observou a consultora, o atendimento às mulheres, no balcão, é realizado de maneira tensa, por um atendente e um auxiliar e as desconfianças são publicamente anunciadas, em voz alta.

Segundo a NC Pinheiro, até o final do ano de 2013 não havia sido criado o comitê intersectorial de gestão do PBF ou a denominada Instância de Controle Social (ICS). Praticamente não existia qualquer interlocução entre a gestão e a coordenação de saúde, nem realizadas reuniões ou discussões entre as áreas para planejamento das ações de gestão do Programa. Também não existia interação entre a gestão municipal de saúde do PBF e a saúde indígena sobre o acompanhamento das condicionalidades de saúde dos beneficiários indígenas aldeados.

g) PBF na perspectiva de Gênero – Muitas mulheres se mostraram contentes com a titularidade do cartão do Programa Bolsa Família, pois, segundo elas, é possível “comprar um pouco de mistura”³³, “vai para Campinápolis”, “compra mochila para o filho”. Ao mesmo tempo, com os dados e observações obtidos, não é possível afirmar que tomam autonomamente as decisões a respeito dos itens adquiridos com o dinheiro do PBF. Isso porque os homens acompanham e estão presentes nos mo-

mentos em que as compras são efetuadas e porque elas dizem apenas “ele compra”.

Como em outros lugares, aqui a titularidade dos cartões é majoritariamente das mulheres, sendo raros os casos de cartões no nome dos chefes de família, fato que é revelado com constrangimento. Para as mulheres, a maior dificuldade advinda da titularidade dos cartões refere-se à necessidade de deslocamentos para a sede do município durante os últimos meses de gravidez ou no período em que estão amamentando, para receber o dinheiro do Programa Bolsa Família. O incômodo maior refere-se às condições de transporte (e das estradas) a que tem que se submeter durante o percurso. Queixam-se ainda que devido às longas esperas na Lotérica, muitas vezes ficam com fome juntamente com suas crianças, e se sentem impotentes diante da situação, pois precisam aguardar para receber o dinheiro, do qual dependem para se alimentar. Muitas mulheres mencionaram ainda a preocupação com o uso de bebidas alcoólicas por parte de seus filhos e parentes adultos enfatizando o incentivo e facilitação do comércio local para que esse consumo ocorresse.

h) Produção e segurança alimentar e nutricional – São comuns os depoimentos de que o “Bolsa” é “pouco”, “pouquinho” e serve apenas para comprar “alguma mistura”.

33. A expressão “mistura” é utilizada regionalmente para designar o acréscimo de alguma quantidade de carne na alimentação cotidiana. Por se tratar de pequena quantidade e para que todos que partilham da mesma refeição possam ter acesso a essa carne é necessário que ela seja “misturada” com os outros alimentos.

Foi observado que durante os dias em que se deslocam para a cidade para receber os benefícios do PBF os Xavante realizam compras de alimentos na rede de comércio local. A cesta adquirida, segundo eles, “acaba e não tem dinheiro para comprar”, ou seja, termina em alguns dias e não é possível repô-la. O único alimento comprado em grande quantidade é o arroz branco e não há comercialização de alimentos no interior das aldeias, uma vez que a produção das pequenas roças dos grupos familiares destina-se apenas para o consumo próprio. Há consumo (alimentos comprados) de arroz branco, pães e refrigerantes. Além desses alimentos, eles adquirem massa para macarrão, óleo, açúcar e sal.

Com o advento das primeiras chuvas, entre os meses de dezembro e janeiro, os Xavante estiveram bastante ocupados com a preparação de suas roças para o plantio da mandioca, feijão e arroz. A colheita de abóboras era abundante e muitos esperavam igual resultado na colheita do milho que, à época da pesquisa, ainda “está pequeno”.

i) *Utilização do benefício e usos do PBF* – De maneira geral, os recursos do Programa Bolsa Família são utilizados para a compra de alimentos. Como os deslocamentos para a cidade e as compras nas mercearias e mercadinhos locais são feitas em conjunto, não foi possível identificar quem decide a respeito dos itens adquiridos. As mulheres costumam dizer “é ele quem compra”, em referência aos próprios mari-

dos e recusam-se a responder se interferem nas prioridades da lista de compras.

j) *Acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais* – Para os Xavante, o CRAS é a “assistência” e desconhecem os serviços e outros benefícios socioassistenciais para além do PBF. É para lá que levam os documentos da família, “leva documento e recebe o Bolsa”. É ainda o lugar onde são realizados os desbloqueios dos benefícios – “vai na Lotérica, tá bloqueado, vai na assistência, fala com X, pra desbloquear. Demora, não desbloqueia logo não”. Para os Xavante, o CRAS está ligado tanto ao recebimento do dinheiro do Bolsa quanto a todas as ações que se fizerem necessárias para que esse recebimento ocorra. Mas apesar de possuir instalações novas, amplas e adequadas, do ponto de vista da estrutura física, os Xavante não reconhecem ser esse o lugar de acolhimento de suas demandas. Ao contrário, são comuns os relatos recolhidos pela consultora de que não são bem atendidos e de que estão sendo enganados com relação aos valores dos benefícios recebidos. Outro dado relevante levantado é que nos comentários dos Xavantes, os termos “assistência” e “CRAS” são intercambiáveis. Por outro lado, diz que aos Xavante não está clara a relação dessa instância de serviço público com o ato de desbloqueio do recurso, ao mesmo tempo em que para alguns o lugar onde são realizados os desbloqueios é na “assistência”, outros atribuíam isso a Lotérica – a lotérica e seus funcionários apareceriam em cena como agentes com poder de decidir sobre

o bloqueio e o desbloqueio do recurso. Por fim, ressalta que os Xavante gostariam de ter atendimento diferenciado, pois pensam que o não atendimento das demandas apresentadas aos funcionários da “assistência” decorre fundamentalmente do desconhecimento absoluto desses funcionários em relação à língua Xavante.

Em relação à aplicação dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) que vai para o município de Campinápolis, a NC Pinheiros verificou que esse é decidido pela Secretaria de Assistência Social do município e a coordenação do CRAS; que não chegam quaisquer recursos para a Secretaria Municipal de Saúde; e que o gestor municipal do PBF não participaria das discussões sobre a aplicação dos recursos e desconhece onde são aplicados ou se há distribuição destes recursos para as áreas de saúde e educação.

3.7 Terra Indígena Jaraguá

a) *Percepções e conhecimento do PBF* – Com relação à percepção e significados do PBF para a população pesquisada, o mais marcante é que o PBF é visto como “o dinheiro das crianças” e, na medida do possível, a aplicação do recurso deve estar a elas dirigido. A consultora especula que isso pode ser decorrência da exigência de cumprimento das condicionalidades de saúde e educação que envolve as crianças. Por outro lado, pode contribuir para isso a centralidade que as crianças têm na vida da comunidade. Sobre os significados do Programa e as mudanças que ele pode acarretar no cotidiano da comunidade, a consultora diz que o PBF não inaugura a

relação da população Guarani do Jaraguá com dinheiro. Cita, por exemplo, o fato dos programas de transferência de renda não serem novidade para essa população que vive na periferia da cidade de São Paulo.

Os entrevistados pela equipe da NC Pinheiro (2013) acreditam que, para os Guarani, o PBF é considerado essencial. Isso tanto pelo recurso financeiro oferecido pelo Programa para a subsistência das famílias, que não possuem outras fontes de renda, quanto pelo reforço que o programa trouxe aos serviços de prevenção e tratamento de doenças, ao associá-lo com condicionalidades de saúde e aportar recursos complementares.

A percepção da maior parte dos moradores de Jaraguá, entretanto, é de que é difícil acessar o PBF. A percepção comum é a de que os problemas de bloqueio ou suspensão do benefício se relacionam com atualizações cadastrais ou a mudanças de endereço e situação familiar. Os fatores que contribuem para a consolidação dessa percepção são: a consciência de que muitos têm documentos considerados inconsistentes pela burocracia e a existência de cadastramentos que emperram, ocasionando demora no recebimento dos cartões de benefícios. Há também um caso de beneficiária que recebeu o cartão há meses, mas que ainda não recebeu nenhuma renda. Esses casos provocam insatisfação com o processo de acesso ao PBF e acarretam uma sensação de injustiça e de falta de critérios objetivos.

O grau de conhecimento dos moradores das comunidades sobre os critérios de acesso ao PBF é o seguinte: sabe-se que

ele é dirigido às pessoas de baixa renda, mas não se tem clareza sobre os limites de renda per capita familiar; e diz-se que é para aqueles que possuem filhos, sendo o nascimento de primeiro bebê o momento certo para a família recorrer ao benefício. Os moradores veem o PBF como um direito que eles têm, assim como os não índios e demais cidadãos. Mas é visto como um direito que se tem a partir do nascimento dos filhos.

Os moradores da TI consideram os programas sociais incapazes de solucionar seus problemas e a principal sugestão apresentada pelos(as) beneficiários(as) foi a de aumento no valor mensal do benefício como meio para aumentar o impacto do PBF na vida das famílias. Esta percepção de que o valor é baixo não causa desinteresse na demanda pelo Programa. O que impacta negativamente a demanda são as percepções relativas à falta de solução para problemas de acesso ou de gestão do PBF.

b) Cadastro Único – Todos os interlocutores indicaram saber da necessidade de recadastramento ou atualização cadastral. Informaram, ainda, que recebem correspondência pelos Correios avisando sobre prazos e necessidade de atualização. Por outro lado, dizem que os problemas com o cadastro único são muitos e variados, sendo esse o principal “gargalo” percebido. Problemas relacionados à documentação são apresentados como o principal óbice

na etapa de cadastramento do processo de acesso aos programas sociais.

c) Condicionalidades – A consultora diz que o cumprimento das condicionalidades de educação e de saúde referentes às crianças não é um problema para os moradores da TI Jaraguá. Como nas outras duas Terras Indígenas situadas no interior do perímetro do município de São Paulo, em Jaraguá existe uma unidade básica de saúde (UBS). O posto de saúde da aldeia atende a todas as crianças com vacinação, pesagem e medição, sendo isso de responsabilidade das agentes indígenas de saúde - elo entre a comunidade e as equipes de saúde - que se mostraram bem familiarizadas com as regras referentes ao calendário vacinal e pré-natal. O posto de saúde da aldeia atende a todas as mulheres gestantes e há o exame de pré-natal disponível.

Segundo os pesquisadores da NC Pinheiro (2013), as equipes multidisciplinares costumam se articular com os pajés (agentes responsáveis tradicionalmente pela manutenção da saúde individual e coletiva entre os Guarani), o que resultaria numa melhor aceitação das ações de saúde e uma maior proximidade com a comunidade. Mas, ao que parece, baseado nos depoimentos reunidos e conversas tidas ao longo da presente investigação de campo, essa articulação é ainda incipiente. Há conversas nesse sentido, em torno da chamada Rede Cegonha, por exemplo,

mas nada ainda está efetivado em termos de apoio concreto da SESAI à presença de rezadores e parteiras no sistema de saúde nos hospitais.

Os filhos vão à escola todos os dias, a escola é indígena, há material didático na língua, há distribuição de material escolar e não falta merenda. As diferenças foram relacionadas a eventuais bloqueios de benefícios por descumprimento da condicionalidade de educação e os relatos apontavam para problemas quando há mudança de aldeia, o que demonstra que o sistema de acompanhamento de matrículas e frequência escolar não é sensível o suficiente de modo a incorporar um traço bastante documentado da cultura e religiosidade Guarani, qual é a sua grande mobilidade³⁴. No perímetro da aldeia há duas escolas: uma de educação infantil e outra de ensino fundamental, e aparentemente não há problemas de acesso ou transporte de alunos. O mesmo não ocorre em relação aos egressos do ensino fundamental e que deveriam cursar o ensino médio, isso apesar da existência de escolas em bairros acessíveis por transporte público. A pesquisa não conseguiu verificar se as dificuldades sentidas são principalmente a discriminação “nas escolas de branco” e o custeio do transporte público ou outros fatores.

d) Aspectos do pagamento e recebimento do benefício e sua logística – À exceção de uma pessoa que prefere fazer suas compras no bairro da Lapa, todos os interlocutores disseram que vão até a lotérica e comércio próximos para saque do benefício e compras. Estes distam aproximadamen-

te três quilômetros da aldeia e são acessíveis por caminhada ou por transporte público de ônibus.

e) Relações com o poder público, comércio e sociedade local – Aparentemente, há uma legítima desconfiança na aproximação com os gestores federais, estaduais ou municipais, em especial com a área de regularização fundiária, vista como permeável a interesses econômicos e/ou empresariais.

Ninguém sabe quem é o responsável pelo PBF no município. Ao serem questionados sobre se houve mudança na relação com os comerciantes a partir do Programa Bolsa Família, muitos disseram que sim e indicaram como razão o fato dos comerciantes e ambulantes saberem que eles têm dinheiro. Há inclusive uma pessoa que oferece cesta básica na aldeia para pagamento posterior em caso de beneficiário do BF. Afirmaram que não há retenção de cartão como garantia no caso. Também não há conhecimento sobre espaços de discussão entre governo e sociedade civil como as *Instâncias de Controle Social* (ICS). A totalidade das pessoas disse que não sabe do que se trata e não citaram alguém que faça esse papel entre os indígenas. Diz-se sobre a prática de “procurar as lideranças” em caso de problema. Mas não é atribuído a ninguém o papel de fiscalização ou de Controle Social.

34. Sobre a relação mobilidade, cultura e religiosidade entre os Guarani cf. SCHADEN, 1974; PISSOLATO, 2007.

Em relação ao acesso aos serviços públicos, não há saneamento básico nas residências e o abastecimento de água é público, mas insuficiente e não chega a totalidade das residências. Uma grande preocupação é a poluição da lagoa que há no território da aldeia. Ela já foi piscosa e hoje é visivelmente insalubre. Há coleta pública de lixo. Lideranças da aldeia envolvem jovens na promoção de ações de limpeza de lixos e detritos, oportunidade em que falam sobre como toda aquela sujeira vem das mercadorias e do modo de vida do *juruá* ("branco") e que, portanto, são signos de uma economia predatória que contamina o *tekoá* (também grafado *tekoha*, significa "o lugar do modo de ser guarani") e o modo de vida guarani.

f) *PBF na perspectiva de Gênero* – O PBF é visto como destinado às mulheres. Por outro lado, ouviu de atores externos à comunidade relatos sobre a existência de conflitos e violências dirigidas às mulheres. Mas, pelo que a consultora relata, há uma organização política delas na forma de uma espécie de conselho que participa das Assembleias e que exige soluções para alguns casos de violência contra a mulher.

g) *Produção e segurança alimentar e nutricional* – A Terra Indígena Jaraguá não oferece o mínimo necessário em terra e água para qualquer projeto de autonomia produtiva. Não há produção de alimentos na Terra Indígena. O padrão de segurança alimentar é absolutamente insatisfatório

visto que se alimentam principalmente de doações e não tem controle sobre o que lhes é doado. As famílias dependem dos empregos relacionados à comunidade (como agentes de saúde, professores e outros), da venda da mão-de-obra em serviços instáveis, e do comércio de artesanato. Há uma baixíssima inserção da população no mercado de emprego formal. As atividades remuneradas, quando existem, são precárias e de baixo assalariamento. Isso se deve a incompatibilidade entre os saberes dos mais velhos e os requeridos por um mercado de trabalho urbano. Lideranças levantam a preocupação, ainda, com o destino dos mais jovens que não estão passando por um aprendizado com relação à produção de uma boa vida nos moldes indígenas, e tampouco do aprendizado de novas habilidades compatíveis com a vida de uma aldeia em meio ao urbano (seja de formação para os trabalhos relacionados com a comunidade e executados por não-índios atualmente, por exemplo).

Além dos programas sociais, a fonte de renda mais comum é a venda de artesanato. Mas os moradores afirmam que o valor conferido a esses artesanatos pela população de São Paulo é ainda menor do que em aldeias de outras regiões. Há também os trabalhos remunerados na aldeia que estão distribuídos por diferentes residências: merendeiros/cozinheiros (cinco) que cuidam do Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI), além dos cargos de coordenadores (dois), educadores (seis) e vi-

gias (três em cada escola). Existem ainda os cargos de limpeza (quatro, nas duas escolas). Existem três agentes indígenas de saúde (AIS), um agente indígena de saneamento (AISAN) e dois motoristas que trabalham na equipe da Unidade Básica de Saúde da aldeia. Há, ainda, os professores da escola de ensino fundamental. Outro trabalho constante é a apresentação do coral de crianças e de instrumentistas, por meio do qual recebem, na maior parte das vezes, pagamento em doação de alimentos. A consultora também menciona como fonte de renda a venda de picolé de sanguinho e uma pequena venda mantida por um casal.

h) Utilização do benefício e usos do PBF – Quando questionado como é utilizado o recurso do PBF, a resposta é sempre pró-

xima a “comprar o que está faltando” e os exemplos dados de maneira monossilábica são remédios, chinelos e comida. Frequentemente são citados os gastos com as crianças.

i) Acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais – As famílias indígenas conhecem o CRAS e já foram atendidas nessas unidades. O motivo dos atendimentos relatados foi sempre o CadÚnico. Não houve qualquer referência a outra atividade desenvolvida pelo CRAS específica para os indígenas. Na percepção dos entrevistados, o CRAS está localizado em lugar de fácil acesso e não relataram nenhuma resistência a serem atendidos. Relataram visita de técnicos do CRAS (ou equipe volante) por ocasião do primeiro cadastramento e em contextos de atualização cadastral.

ANALISANDO OS ACHADOS POR BLOCO TEMÁTICO

Num esforço de síntese, a seguir reunimos e comentamos os “achados” apresentados na seção anterior reunidos considerando a divisão temática estabelecida por ocasião da elaboração do Roteiro Básico Comum (RBC). Os nove blocos temáticos constituídos serviram de referência dos estudos de campo por, ao menos, oitenta dias nas Terras Indígenas selecionadas.

4.1 Percepções e significados acerca do PBF

A proposta de repasse de recursos financeiro é bem aceita pela população. Podemos dizer que há uma forte associação do dinheiro repassado pelo Programa com a parcela infantil e jovem da população, como sendo o dinheiro “das crianças”, devendo ser destinado prioritariamente a dar-lhes condições principalmente para frequentar a escola. Também como um dinheiro destinado às mulheres, para que fique responsável por esse objetivo, e a outros associados ao bem estar das crianças.

A pesquisa também aponta para um “baixo conhecimento” da população indígena em geral sobre o PBF. No plano discursivo não foram encontradas pessoas que pudessem definir, descrever e explicar o programa – ou seja, seus objetivos, regras, procedimentos, como obter ajuda para a resolução de problemas no percurso que vai do cadastramento ao saque do recurso financeiro etc. – nos mesmos moldes como ele é compreendido, descrito e explicado discursivamente pelos seus operadores, por exemplo, no MDS em Brasília, ou expresso nos textos dos manuais e documentos oficiais. Mas isso não significa que as pessoas não tenham suas explicações e que no dia-a-dia não busquem se comportar e aja de forma a acessar e garantir a continuidade do acesso ao recurso. Isso poderá ser compreendido nos blocos temáticos que seguem.

O processo investigativo também revelou que há diferentes níveis de conhecimento dentro das comunidades sobre a relação do recurso financeiro e o MDS e

o Governo Federal. A ponto de haver sido identificada certa “confusão de compreensão” sobre o papel das lotéricas e dos comerciantes na operacionalização do sistema social constituído para viabilizar uma renda mínima às famílias e o seu acesso a direitos básicos, especialmente à saúde e a uma educação escolar de qualidade. Para além das limitações na/da capacidade humana para conhecer o conjunto das causas e consequências ramificadas das atividades em que está empenhada, isso pode ser explicado quando se olha contextualmente, para o tipo de integração social que se dá no plano local, e que produz e reproduz significados e relações “naturalizadas” ao

longo do tempo. Tentar compreender essa “confusão” pressupõe a incorporação no quadro explicativo da análise do tipo de interação face a face e das práticas recíprocas de busca de autonomia e dependência entre os atores e coletividades em cena, especialmente entre os indígenas e os comerciantes e agentes públicos ao longo do tempo. Como veremos mais a frente, esta situação também é fruto da forma como vêm operando contextualmente os agentes responsáveis locais dos CRAS e CREAS.

Há uma crítica generalizada sobre o valor do PBF ser insuficiente, sobretudo das famílias com grande quantidade de filhos.

TERRA INDÍGENA	PERCEPÇÕES E SIGNIFICADOS ACERCA DO PBF
Porquinhos	<ul style="list-style-type: none"> Baixo conhecimento sobre o PBF. Além de ser um meio para se relacionar com os <i>kupen</i> (não-indígenas) e para adquirir os bens feitos por eles, receber o benefício é considerado fundamentalmente um direito. Ou melhor, um dever daqueles (os <i>kupen</i>) em relação aos indígenas (<i>mehin</i>).
Takuaraty/Yvykuarusu	<ul style="list-style-type: none"> O PBF é concebido como um benefício concedido à população para as crianças e jovens, o que é associado fortemente à garantia da permanência deles na escola o maior tempo possível e em boas condições. O dinheiro é considerado de uso exclusivo das mulheres e destinado aos filhos. O dinheiro do PBF é percebido como sendo “das crianças”, ou seja, um recurso que é repassado pelo governo para ser utilizado com os filhos. Se as famílias não observam esse padrão, em geral isso decorre de estarem em situação de vulnerabilidade.
Dourados	<ul style="list-style-type: none"> A partir do PBF e do novo esquema das cestas de alimentos, diretamente às famílias, dá-se, pela primeira vez, uma distribuição massiva de recursos do Estado sem nenhuma intermediação dos capitães introduzidos pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Para boa parte dos beneficiários da TI Dourados, o PBF é uma espécie de “caixa-preta”, de funcionamento misterioso. Baixo conhecimento sobre o funcionamento do PBF, agravado pela segmentação das unidades que operam o Programa no município, em bairros dispareis da cidade, com constantes mudanças de endereço e de funcionários da linha de atendimento.
Alto Rio Negro	<ul style="list-style-type: none"> O PBF e o recebimento do recurso em si são valorizados positivamente pela população indígena, isso apesar dos altos custos que implica o acesso à maior parte das famílias beneficiárias (gastos com combustível e manutenção física durante os longos percursos fluviais e com estadia na cidade) e os múltiplos descaminhos que se interpõem entre a família beneficiária e o efetivo recebimento do recurso. Encontrada completa incompreensão do Programa, de por quê e como resolver os tantos problemas que vão se acumulando sem resolução.

-
- | | |
|--------------------|--|
| <p>Parabubure</p> | <ul style="list-style-type: none"> • "o Bolsa", como é chamado pelos Xavante, é percebido por eles como um dinheiro a mais e que faz parte do conjunto de rendas que são auferidas pelos moradores de cada aldeia, como as aposentadorias, o auxílio maternidade, e os salários de professores, de agentes de saúde indígena e de agentes indígenas de saneamento. • Para além do total desconhecimento acerca do Plano Brasil Sem Miséria, não conseguem entender porque tiveram os valores do "Bolsa" aumentados e, após um certo período de tempo, diminuídos. • Ter esta fonte de dinheiro é motivo de contentamento e a pergunta mais comum ouvida foi "o Bolsa vai aumentar?" • A respeito da noção de origem do dinheiro do PBF, foi dito por alguns entrevistados e ouvido em conversas frases como a que segue: "Brasília que manda, né, para todo o mundo, todas as famílias do Brasil, pro índio também". |
| <p>Barra Velha</p> | <ul style="list-style-type: none"> • O dinheiro do PBF é pouco, mas "é certo" e tem continuidade. A família pode planejar. Gera um estado, um sentimento de "segurança monetária". • Tirando as "lideranças" que andam por Brasília, que participam dos debates e reuniões sobre políticas públicas para povos indígenas etc., as demais pessoas não associam o PBF com Brasília. • Manifestam curiosidade especialmente com a forma como é feito o cálculo do benefício e porque ou como ocorrem reduções. Querem compreender como pode haver diferença de valor entre famílias com características semelhantes. • Não se identificam como pessoas em situação de "pobreza" ou "pobres". |
| <p>Jaraguá</p> | <ul style="list-style-type: none"> • O PBF é considerado um continuador da política do programa "Renda Mínima" do governo estadual. • O BF é visto como algo "do Governo". • É algo positivo, bem visto, mas sua operação é vista como dependente da vontade e dos humores dos gestores governamentais. • É geralmente associado como destinado às mulheres. • A utilização do recurso é essencialmente familiar; não há uso coletivo, não reúnem o dinheiro para algo maior do que atender às necessidades individuais das famílias. |
-

4.2 Cadastro Único

Há pouco conhecimento disseminado entre a população sobre o que é o Cadastro Único (CadÚnico) e que ele é a porta de entrada para outras políticas além do PBF. Parece estar havendo, no mínimo, uma falha

na forma de comunicação e de repasse de informação sobre o Programa e o Cadastro na TI, e que isso passa pela não priorização desse assunto pelas unidades do SUAS que estão em contato direto com a população.

A exigência demasiadamente rígida de documentação feita pelos agentes locais do PBF à população está comprometendo o acesso desses ao Programa. No Alto Rio Negro, como em outras Terras Indígenas, não está sendo aceito o RANI como documento que credencia a pessoa a ter acesso ao Cadastro. São exigidos documentos que para o contexto local cria mais barreiras que proporciona o acesso da população alvo aos benefícios do Programa.

A análise de um desses casos, com auxílio da SENARC, permitiu a uma consultora identificar que havia uma declaração de renda no cadastro que a família afirmava não ter. Pelas entrevistas que realizou e a observação direta que fez da abordagem

feita aos indígenas pelos operadores locais do CadÚnico, pode-se afirmar que ocorrem falhas no reconhecimento das informações declaradas pelos beneficiários. O caso analisado com a SENARC não parece ser isolado, pois faz parte de uma categoria de situações recorrentes, em que os operadores pressionam os declarantes com perguntas que lhes causam constrangimento, até obterem respostas que lhes pareçam aceitáveis. Assim uma declaração forçada com tal procedimento, referente a um ganho eventual (temporário ou pontual) pode ser registrado como renda permanente, podendo implicar em prejuízo para o declarante. Parece ser caso de verificação ou que alguma medida seja tomada para que não ocorra mais esse tipo de abuso.

TERRA INDÍGENA

CADASTRO ÚNICO

Porquinhos

- O termo "Cadastro Único" é desconhecido, bem como que outros programas sociais poderiam ser acessados via CadÚnico.
- Reclamam que não houve qualquer consulta prévia sobre o PBF ou sobre o CadÚnico e que o CRAS/CREAS não cumpre a função de informar.
- Identificam quando o cartão é bloqueado através dos "patrões", e o motivo sempre é a atualização do Cadastro.

Takuaraty/Yvykuarusu

- O CadÚnico não é bem conhecido pelos Guarani e Kaiowá, apesar de ouvirem falar no assunto e de saberem de sua existência.
- A maioria associa o CadÚnico apenas ao PBF e mais especificamente às atualizações frequentes para as quais são convocados no CRAS.
- O relacionamento com os atendentes do PBF é alvo de muitas críticas. A grande maioria dos beneficiários afirma que não esteve à vontade na hora da entrevista e foi incitado a assumir uma determinada renda mensal. Há problemas de comunicação ao longo dessas entrevistas, que podem acarretar erros e mal-entendidos que afetam diretamente o valor do benefício.
- Dificuldade de tratar o caso dos "filhos de criação" nas regras atuais de funcionamento do Programa Bolsa Família.

	<ul style="list-style-type: none"> • Uma parcela considerável da população continua excluída do PBF e outros "benefícios sociais"; às vezes, nem a cesta básica da FUNAI chega até elas, e tudo indica que um dos principais fatores para que isso ocorra são as excessivas exigências de documentação, além das limitações logísticas e domínio linguístico.
Dourados	<ul style="list-style-type: none"> • Foi identificado um evidente descompasso entre as exigências locais de documento para obter o PBF e o que é efetivamente indicado pelo MDS. O RANI não vem sendo aceito como documento de identificação, e para chegar a tirar o RG civil, alguns indígenas têm que, antes, providenciar três outros documentos, gerando custos adicionais. • Dificuldade de tratar o caso dos "filhos de criação" nas regras atuais de funcionamento do Bolsa.
Alto Rio Negro	<ul style="list-style-type: none"> • A ideia de que apenas aqueles que possuem "documentação completa" podem acessar o Programa é generalizada, apesar das disposições em contrário do cadastramento diferenciado que no caso dos povos indígenas validam o RANI. A exigência de documentação para o cadastramento merece mais atenção de parte do MDS.
Parabubure	<ul style="list-style-type: none"> • Na prática, o RANI não tem validade efetiva para o acesso a praticamente nenhuma política pública, quando direcionada a povos indígenas. Quando muito, ele é um dos documentos a serem apresentados, sendo por si só insuficiente à completude dos processos burocráticos. • Desconhecem o CadÚnico enquanto meio de acesso a outros programas sociais e sua função de banco de dados e sistema de informações. • Perguntados se conhecem o CadÚnico dizem que sim, que trata-se do "cadastro do Bolsa Família", mas mesmo fazendo essa associação não têm clareza a respeito da necessidade regular de informar as alterações na renda e na composição familiar como forma de atualizar o banco de dados e a concessão de benefícios.
Barra Velha	<ul style="list-style-type: none"> • As atualizações cadastrais são realizadas apenas sob demanda; quando solicitado pelo operador local do PBF; devido a situações de bloqueio dos benefícios; ou durante os períodos em que a atualização cadastral torna-se obrigatória. • Não sabem explicar o que é o Cadastro Único, mas sabem que anualmente devem fazer o recadastramento e que só tem acesso ao recurso financeiro do BF quem está cadastrado. • O deslocamento até o local do Cadastramento (ou recadastramento) foi sempre um problema (transporte). Consta que houve um combinado com o pessoal "da Assistência Social" para que todos os anos, no mesmo período, uma equipe vá às aldeias fazer o trabalho de cadastramento e recadastramento. Ainda assim há problemas: porque são muitas famílias em relação ao tempo que os técnicos ficam nas aldeias, e porque não destinam um tempo para dar esclarecimentos, tirar dúvidas etc. Em 2013 a equipe foi um pouco mais prestativa no item esclarecimentos. • Não há reclamações de tratamento em Porto Seguro, o problema maior mesmo são as condições de transporte até lá e o retorno à aldeia. • A FUNAI (CTL na TI) é atuante e prestativa no tocante ao cadastramento de beneficiários.

Jaraguá

- "O cadastramento funciona", disse a consultora a partir dos relatos que diz ter recorrido. Não há problema de transporte (acesso de ônibus, metrô etc.).
- O RANI não é aceito como documento e várias famílias não têm a documentação exigida.
- Recebem visita dos técnicos do BF.
- Não sabiam que o CadÚnico dava acesso a outros Programas.
- As famílias são proativas: quando têm um filho, vão buscar atualizar o cadastro.
- Demonstram clareza sobre a importância de manter os dados atualizados para receberem o recurso ou o valor em conformidade com as regras.
- O RANI não é aceito como documento;
- Várias famílias não têm a documentação exigida, mas a FUNAI estaria buscando solucionar isso.

4.3 Condicionalidades

Os relatos são diversos, não sendo possível chegar a construir um quadro amplo e profundo da perspectiva indígena sobre as condicionalidades. Mas o que se depreende dos relatos é que o tema das condicionalidades é desigualmente compreendido pela população. De qualquer forma, na medida em que ele tem poder de bloqueio sobre o desembolso do benefício, não é possível dizer que seja algo desconhecido.

A obrigatoriedade de "frequência escolar" foi questionada em praticamente todas as TIs investigadas. O cumprimento dessa condicionante aparece como tendo dificuldades operacionais, que passam pela falta de um sistema de registro e acompanhamento eficiente, mas também pelo entendimento dos operadores locais de que há problemas nos recursos ou condições para as crianças frequentarem e terem um aproveitamento satisfatório da escola. Foram citados os problemas de transporte, de pessoal qualificado e interessado e com frequência

regular (me refiro a professores) e a existência de estabelecimentos de ensino (escola e salas) inadequados aos padrões culturais locais, bem como às condições ambientais/climáticos. Há também problemas com a merenda que chega às escolas: baixa qualidade, quantidade insuficiente para cobrir o mês escolar, merenda não entregue ou entregue com atraso, e sem "segurança de consumo" – em alguns casos em visível estado de deterioração.

De diferentes maneiras ficou evidente que é necessário haver uma avaliação específica sobre a situação do sistema local de atenção à saúde da população e, em particular, do atendimento às exigências do Programa – relacionado especialmente com o registro de peso/medida como ações de monitoramento do adequado desenvolvimento das crianças, vacinação, pré-natal e atenção à saúde materno-infantil. O fluxo de informações sobre as condicionalidades de saúde parece não ter alcançado ainda o objetivo estabelecido, ou seja, não alimentam ações

para corrigir as deficiências e vulnerabilidades constatadas entre a população investigada, no que concerne à vigilância de seu estado alimentar-nutricional e de saúde integral. Isso acaba contribuindo ainda mais para a compreensão geral que apareceu por praticamente todos os casos investigados: a de que as condicionalidades são uma "tare-

fa" ou um "pedágio", em muitos casos algo bastante oneroso, que os beneficiários têm de realizar ou pagar para viabilizar e garantir a continuidade do acesso ao benefício. Além disso, em Dourados, Rio Negro, Takuaraty/Yvykuarusu e Parabubure houve reclamações graves sobre o sistema de saúde, a qualidade dos serviços prestados etc.

TERRA INDÍGENA	CONDICIONALIDADES
Porquinhos	<ul style="list-style-type: none"> O controle de frequência escolar inverte. Há problema de transporte para frequentar a escola; a merenda é insuficiente; não há material escolar nas línguas indígenas e há ausência de professores por importantes períodos. Não há notícias de bloqueio relacionado com condicionantes de saúde. Pleiteiam a criação de um DSEI Timbira, pois sofrem com a falta de remédios e o DSEI Maranhão não oferece atendimento médico na aldeia ou hospedagem digna na cidade (para tratamento). Apesar dos reclamos, verificou-se <i>in loco</i> que há pesagem das grávidas e das crianças recém-nascidas, realizada pela única enfermeira, junto ao agente de saúde indígena, que visitam as casas de todos pela manhã. Contudo, não há um acompanhamento mais qualificado da situação de cada gestante ou nutriz ou recém-nascido.
Takuaraty/Yvykuarusu	<ul style="list-style-type: none"> Os beneficiários têm conhecimento e compreendem as condicionalidades relacionadas ao PBF. Dificuldades para o seu cumprimento: problemas de comunicação com agentes de saúde; distância do Posto de saúde em relação ao "fundo" da aldeia; questões ligadas à escola (dificuldade causada pelo caderno de presença que não possui espaço para marcação de faltas). À primeira vista, a amplitude da presença dos sistemas de saúde e educação na TI garante o acesso dos habitantes aos equipamentos e serviços relacionados às condicionalidades do PBF: saúde, educação e assistência social. Por outro lado, a qualidade dos serviços de saúde nas TIs de MS tem sido alvo de fortes protestos, inclusive na TI Dourados. Foram identificados vários casos de bloqueio do repasse do benefício em decorrência de falhas na informação repassada pelo agente de saúde ao CRAS.
Dourados	<ul style="list-style-type: none"> O acompanhamento social das famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento é ainda uma prática incipiente em Dourados. No campo da educação escolar, o problema, mais uma vez, é a inflexibilidade, a falta de diálogo e compreensão, seja com famílias que mantêm entendimentos diversos a respeito da escola ou com certas dificuldades específicas que decorrem da atual situação da TI. O Movimento de Professores Indígenas Guarani e Kaiowá, que existe desde os anos 90 e organiza encontros anuais, tem canalizado as reivindicações que emergem da população e deveria ser mais ouvido quando o assunto é educação escolar na TI Dourados.

- Da perspectiva indígena a “educação” é uma das ideias centrais direta ou indiretamente relacionadas ao Programa.
- O controle da condicionalidade de educação é feito mediante declarações de frequência que os próprios pais devem solicitar e entregar em São Gabriel ou na própria comunidade, quando essa é visitada por equipes vinculadas a programas sociais (mutirões).
- Para além da alfabetização, a ausência de ensino médio dentro da TI tem sido apontada como limitador da escolaridade de jovens indígenas. Este é o tipo central de motivação para migrações que têm como destino a cidade de São Gabriel, ou mesmo outras comunidades. A associação entre o Programa e a “educação” é notável entre os indígenas, tendo impacto importante sobre as modalidades de utilização do recurso (implementos e taxas escolares e suprimentos alimentares).
- Com relação ao acompanhamento de condicionalidade em saúde, o mais importante a assinalar é a desarticulação reinante entre o Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro (DSEI-ARN), instância do Subsistema de Saúde Indígena do SUS e a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência Social de São Gabriel da Cachoeira. A da saúde é responsável pela gestão de Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) que são pagos pelo município e atuantes numa parte das comunidades indígenas. O DSEI, instância federal, é responsável pela atenção e as visitas regulares de suas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) às comunidades indígenas de modo geral. Os Agentes Indígenas de Saúde (AISs) atuam articuladamente com essas EMSI, enquanto os ACS são subordinados à prefeitura municipal e se consideram independentes do DSEI. A produção de dados da pesagem e medição das crianças é tarefa, em geral, atribuída a ACSs e AISs. As EMSI somente transportam essas informações produzidas por esses agentes de saúde para entregá-las na secretaria municipal de saúde – no Programa de ACS, PACS - duas vezes ao ano. Daí supõe-se que seguem para a secretaria de assistência ou ação social de São Gabriel, responsável pelo preenchimento do Sistema de Informações das Condicionalidades SICON. Essa desarticulação reforça a interrogação sobre a eficácia e a efetividade do trabalho feito pelos agentes de saúde, estejam eles vinculados à prefeitura ou a DSEI, sem que tenham tomado providências da alcada dos gestores do DSEI e do município para que haja um envolvimento efetivo das EMSI na oferta qualificada de vigilância alimentar e nutricional, como idealizado com a implantação das condicionalidades.

- A educação escolar na língua portuguesa não é percebida como diretamente associada ao PBF, ao contrário, são comuns os depoimentos de chefes de grupos familiares que apontam para a possibilidade de retirarem suas crianças da escola como forma de se verem livres “dessa dor de cabeça” da frequência forçada das crianças para escolas em condições extremamente precárias e insalubres. Frequência que “só pede lá na assistência”.
- No caso das aldeias localizadas em áreas distantes daquelas onde existem escolas, as crianças precisam caminhar durante horas tanto para chegar como para retornar das escolas: “meus filhos, caminham no sol, na chuva, duas horas, fica com dor de cabeça, fica doente, tirei da escola, não pode ficar doente, não! Por que bloqueia o Bolsa, por quê? Por que recebo esta carta? Não tá certo, não!”.
- Quanto às condicionalidades da Saúde, seu cumprimento por parte dos Xavante seria de ordem pragmática, uma formalidade a ser cumprida para desbloquear o benefício: “leva lá na assistência, o peso e a altura para desbloquear”. De qualquer forma, pode constatar que a vacinação e a pesagem das crianças são realizadas com regularidade e já fazem parte das rotinas das mães e das crianças.

	<ul style="list-style-type: none"> As condições e recursos disponíveis nas aldeias de Barra Velha, Boca da Mata e Meio da Mata são distintas, o que possibilita numa melhor atenção e cumprimento das condicionalidades, tanto de saúde quanto escolar, na primeira.
Barra Velha	<ul style="list-style-type: none"> Em todas as aldeias há problema com a “merenda escolar”. Não é suficiente para atender a necessidade do mês inteiro.
Jaraguá	<ul style="list-style-type: none"> Tratamento do lixo e da água e o saneamento local deveriam ser uma prioridade. Isso promoveria uma melhora substantiva na saúde geral da população e menos casos de verminose e diarreias a serem tratados pelo pessoal de saúde. O cumprimento das condicionalidades não é um problema. Na atenção à saúde, o serviço de atenção básica no local é satisfatório. Faltam condições de acesso aos serviços especializados. O ensino fundamental está na aldeia; quando os indígenas chegam ao ensino médio, o/a jovem ou tem de ir para a cidade, ou se desloca para outra aldeia próxima de estabelecimento de ensino.

4.4 Logística de pagamento/recebimento do benefício

Em todos os relatos foi apontada a presença do “patrão” como agente chave no acesso /recebimento do recurso financeiro destinado pelo Programa às famílias beneficiadas. Em Porquinhos, por exemplo, a investigação concluiu que o cartão de praticamente todas as famílias está nas mãos deste personagem. Em todos os casos relatados eles são comerciantes locais, que “facilitam” o acesso aos locais de saque do recurso do PBF, e que orientam os indígenas a gastar o dinheiro nos seus estabelecimentos comerciais.

O controle sobre os cartões, a título de garantir o pagamento da dívida contraída, é tão grande que as pessoas acabam alienando-se do valor que recebem ou deveriam estar recebendo de acordo com as regras

de cálculo do Programa. Há nisso um forte indício de conluio entre comerciantes e especialmente os estabelecimentos lotéricos. No caso desses últimos, verificou-se que alguns funcionários aproveitam-se das dificuldades de entendimento e de manuseio dos indígenas do sistema de cartão magnético, para dar-lhes somente parte do valor do benefício, ou mesmo dizer-lhes que não há nada para receber, aparentemente apropriando-se desse recurso não repassado aos indígenas. É o caso do “dinheiro desaparecido”, registrado em São Gabriel da Cachoeira.

Para sacar o benefício, as pessoas têm de sair de suas aldeias, o que leva alguns indígenas a dizer que o “PBF faz as pessoas saírem da aldeia”, enfrentando dificulda-

des de transporte e de alimentação, pressão psicológica e constrangimentos vários nos estabelecimentos onde sacam e onde gastam o recurso. No caso dos Xavantes, os constrangimentos envolvem as mulheres e crianças, que seguem até os locais de saque com elas, que muitas vezes esperam por horas na fila do caixa para serem atendidas.

Se no caso da TI Alto Rio Negro a aspiração manifesta pelos indígenas, de haver uma caixa eletrônica em cada comunidade, é algo tecnicamente inviável na atualidade, porque não instalar caixas nos “distritos” administra-

tivos tradicionais de Cucui, Iauareté, Taracuá e Pari Cachoeira ou onde há Pelotões de Fronteira e dispositivos de comunicação e vigilância a serviço do exército? Isso certamente aproximaria o Programa das aspirações locais no tocante ao acesso ao benefício.

Como assinalado pela consultora, as dificuldades para o recebimento do benefício acabam inserindo e prendendo os Guarani e Kaiowá em uma teia de relações assimétricas das quais eles dependem quase que completamente, tanto para poder receber como para “usufruir” do benefício.

TERRA INDÍGENA

LOGÍSTICA DE PAGAMENTO/RECEBIMENTO

- O cartão do BF de praticamente todas as famílias Apanyekra está nas mãos dos “patrões”. Como os benefícios não são sacados diretamente pela/os titulares, eles não puderam responder à questão “que tipo de dificuldade você já teve para sacar o benefício”. Muitos sequer sabem, exatamente, o valor atual de seu benefício, dado que nem todos os patrões aceitam entregar o extrato de saque para o “cliente”. Informaram, ainda, que os saques dos patrões são feitos preferencialmente na lotérica e no mercado, mas não excluíram que os saques também fossem realizados na própria agência da Caixa Econômica. Os patrões também estão de posse dos documentos de muitas beneficiárias e dependentes, dificultando o acesso à saúde pública e o trânsito fora da aldeia.

Porquinhos

- O PBF faz as pessoas saírem da aldeia. Apesar dos problemas do deslocamento, a maioria da população indígena deseja ter acesso às “invenções dos kupon”. O problema não é “sair da aldeia”, é a forma que esta saída se dá: com fome na cidade, sem pouso em Porquinhos e sem a certeza do regresso imediato.

- Os principais problemas na cidade são: preconceito e racismo sofrido pelos índios; violência (ameaças e agressões); alcoolismo, que atinge uma crescente parte da população masculina adulta e também algumas mulheres, porém em menor medida. As dificuldades com o retorno estão ligadas à ausência de carros para realizar os deslocamentos.

Takuaraty/ Yvykuarusu

- Falta de alternativas de transporte deixando grande parte das mulheres à mercê dos comerciantes (“patrões”) de Paranhos, que vêm à aldeia para levá-las até a Lotérica e ao seu estabelecimento comercial. O beneficiário que aproveita a “carona” é obrigado a fazer a maior parte de suas compras na loja do comerciante que o transportou. Caso contrário, deverá voltar por seus próprios meios ou pagar a volta (R\$ 30,00). Em caso de dívida com o comerciante, os cartões do PBF são confiscados (ou algum documento de identidade) até ela ser saldada.

- A Lotérica começou a comercializar um “cartão protetor” para os cartões do PBF e outros benefícios, cobrando dos beneficiários R\$ 2,50. Todas as mulheres com que a consultora conversou disseram ter sido obrigada a comprá-lo. Também tem sido exigido dos Guarani e Kaiowá que estejam na lotérica em dias específicos, sob pena de não receberem o recurso se forem em outra data – foi observada uma situação de chantagem constante sobre os beneficiários em relação a isso.

- Dourados
- Em geral, as pessoas recorrem às próprias agências da Caixa Econômica Federal na cidade, ou às lotéricas. Não se registraram queixas significativas em relação à dinâmica de pagamento. De modo geral, questionadas sobre o possível inconveniente de ter de ir à cidade para receber o dinheiro, as mulheres da TI respondem que isso não é novidade para elas, tendo em vista que, na região, há várias décadas, em função da pequena dimensão das terras indígenas, as famílias já se deslocam até a cidade periodicamente para fazer compras. A dificuldade que existe se relaciona aos meios de transporte: não há linhas urbanas de ônibus que entrem na TI, por exemplo.
 - Uma parcela dos cartões se encontra retida por comerciantes – não só mercados, mas também lojas de roupas e vendedores informais que fazem negócio com os indígenas, vendendo-lhes itens como roupas (femininas, infantis) e material escolar.
 - Outra das “vantagens” oferecidas aos indígenas em troca da retenção do cartão é o transporte até a cidade para as compras. Há pelo menos um mercado que, segundo relatos, mantém um micro-ônibus destinado a buscar os “consumidores indígenas” em suas casas na TI, leva-los até o estabelecimento e depois trazê-los novamente em suas casas com as suas compras.
 - Existem, atualmente, discussões internas entre os guarani a respeito da necessidade da instalação de um caixa eletrônico no interior da TI, para recebimento de benefícios. Alguns lugares da TI ficam distantes mais de 20 quilômetros do ponto mais próximo de saque.
- Alto Rio Negro
- O Programa se mostrou um importante incremento do trânsito cada vez mais intenso entre comunidades e a cidade de SGC. Os indígenas vão mais à cidade, diretamente em razão do Programa, mas também porque podem ir à cidade, inclusive com outros fins, justamente porque recebem ou esperam receber os recursos.
 - A incerteza e a possibilidade de insucesso de todas estas etapas marcam o discurso indígena sobre elas. Tanto que as idas à cidade, com vias à resolução de qualquer aspecto do Programa, devem necessariamente se somar a outros interesses, como a compra de mercadorias ou levar farinha para um filho que esteja estudando na cidade.
 - O trabalho de campo apurou que, idealmente, as idas à cidade devem ser feitas por toda a família e em canoas/embarcações próprias. Viagens compartilhadas são descritas como problemáticas, desconfortáveis e até como fonte de conflitos ou desentendimentos entre parentes ou co-viajantes. A depender da distância da comunidade, modalidade de viagem e das condições materiais da família, pode variar entre 03 dias até no mínimo de 23 ou 34 dias. Foi encontrado com frequência o desejo de se ter um “caixa eletrônico” na própria comunidade.
 - Boa parte das famílias com as quais a consultora esteve têm acesso exclusivamente ao “comprovante de saque” indiscriminado da Caixa, sendo assim privado do comprovante de pagamento de benefício social, que é específico e canal estratégico de comunicação entre o Programa e os beneficiários.
 - A população concebe a agência lotérica e seus funcionários enquanto “unidades” que gerem o BF ao nível municipal, podendo indicar existir uma realidade oficial paralela operando na execução do Programa.
 - Foram identificados saques realizados por terceiros, por familiares que vão à cidade ou mesmo que lá residem. Isto acontece, sobretudo, devido ao alto valor e dificuldades em transportar a distância entre “comunidades” e a cidade, aliado à impossibilidade de acúmulo do benefício por mais de três meses.

Alto Rio Negro

- Ocorrência de casos de entrega do cartão ao funcionário da lotérica no momento do saque. Ali, funcionários separam-se dos beneficiários ou seus "representantes" através de um vidro, onde ficam também as máquinas de registro de senha, operadas pelos primeiros. Os cartões podem conter as senhas e, às vezes, valores inferiores aos "reais" estampados em uma de suas faces. Quando não, juntamente com o cartão, os beneficiários entregam um papel com o número de senha ao funcionário do estabelecimento. Usualmente, os funcionários perguntam aos beneficiários quanto eles têm a receber.
- Muitas famílias relataram que o valor do benefício pode ser diferente de mês a mês ou conforme a época do ano, notando que estas variações não se devem ao acúmulo de benefícios por mais de um mês. A ocorrência de dar troco em balinhas, mas principalmente, em "raspadinhas" acontece com regularidade.
- O Programa está encampado, em muitas situações, pelo sistema de "patrão" com as características locais nas relações entre indígenas e comerciantes. O ato de deixarem o cartão magnético, seja aquele que dá acesso aos recursos do Programa, sejam aqueles propriamente bancários, para recebimento de salários ou benefícios sociais, é uma exigência e condição do fornecimento de mercadorias, por parte dos "patrões". Em alguns casos dizem que o "patrão" devolve o cartão para que seja desbloqueado e depois o retém novamente. Um indígena diz que alguns comerciantes "compram" a lealdade de policiais locais, "que tiram fiado com ele" e completa, "são os seguranças deles".
- Há vários casos de "dinheiro desaparecido": a pessoa ia à casa lotérica, única responsável pelo pagamento do PBF em São Gabriel da Cachoeira até meados de novembro de 2013, e o funcionário lhe dizia, mês a mês, que não havia dinheiro para receber. Quando finalmente o beneficiário resolveu procurar o CRAS, constatou que seu benefício havia sido pago e sacado regularmente – e não havia sido por ele. Foram recolhidos vários casos de beneficiários que recebiam valores muito abaixo do que deveriam segundo consulta realizada pelo canal de consulta telefônica ao MDS.
- O recebimento do benefício do BF só é possível por meio do deslocamento das mulheres, com maridos e filhos, para a sede do município; e esse deslocamento implica, necessariamente, no pagamento de "frete".
- Diante da insatisfação dos Xavante em relação à necessidade de deslocamento das mulheres até a sede do município e das tentativas dos chefes de família para sacar os benefícios, na Lotérica já chegaram a cobrar entre R\$10,00 e R\$20,00 como meio de efetivar o pagamento dos benefícios aos não titulares dos cartões do Bolsa

Parabubure

- Os Xavante demonstram insatisfação e ansiedade com o bloqueio constante do "Bolsa", situação que tem causado stress e tensões no interior das aldeias visitadas. Para eles, os bloqueios causam muita "dor de cabeça" e são o resultado de "roubos" ou do tratamento discriminatório a eles dispensado por parte dos agentes públicos locais.
- Os bloqueios têm implicações de ordem financeira e nas rotinas das aldeias, pois as famílias passam a ter despesas extra com fretes, pagos para viagens até a sede do município e também para o vizinho município de Barra do Garças; realizam deslocamentos, incluindo as mulheres e suas crianças, que ao final se mostram desnecessários ou infrutíferos; pagam despesas com alimentação fora da aldeia, nas pensões e bares locais; e, sem alternativas, acabam se endividando durante esses processos de deslocamento.

	<ul style="list-style-type: none"> • Em Barra Velha os bloqueios são casos excepcionais. • Deslocamento para receber é o “grande gargalo” dos Pataxó (ônibus, frete etc.).
Barra Velha	<ul style="list-style-type: none"> • Ir buscar o dinheiro é cansativo, dá stress, sofrimento... • As lotéricas não estão permitindo terceiros retirarem o recurso (mesmo quando são familiares). Muitos têm optado por fazer suas compras nos carros-baú que entram na aldeia. Os comerciantes pegam os cartões e vão sacar na Caixa ou nos comércios locais. • Diferentemente do achado nas demais TIs, aqui a consultora não identificou haver problemas de transporte no acesso ao recurso transferido, nem há a atuação de freteiros e patrões “facilitando” o acesso. • Os indígenas vão a pé até a lotérica, que fica em um mercado próximo, e sacam o dinheiro. Retiram no dia marcado, ou 2-3 dias depois no máximo.
Jaraguá	<ul style="list-style-type: none"> • A consultora só encontrou “cartões do Bolsa” sendo utilizados pela população. • Não foi informado haver algum tipo de pressão na lotérica ou no mercado para que consumam produtos ou serviços.

4.5 Utilização do benefício financeiro

Coerente com o discurso de que o dinheiro do PBF é “para as crianças”, em praticamente todas as investigações isso encontra materialidade na compra preferencial de material escolar, roupas e calçados para as crianças poderem frequentar as escolas de maneira “adequada”. Em praticamente todas as investigações observou-se que esse direcionamento na utilização do recurso decorre da pressão que há sobre os pais e, especialmente, as crianças, como exigência do ambiente escolar em que as últimas estão sendo inseridas.

Também há registros de destinação para compra de alimentos, complementares ao alimento não produzido (roçado) ou obtido (caça, coleta e pesca) localmente. O “algo mais”, como referido em Dourados; ou um ingrediente para enriquecer a “mistura”, apreciada pelos Xavantes. Mas a depender da situação, especialmente das famílias em situação de vulnerabilidade, o recurso pode ser utilizado preferencialmente na compra de comida. Isso ocorre nas situações em que a família não tem um roçado suficientemente produtivo, nem recebeu cesta básica compatível com o tamanho da família.

TERRA INDÍGENA

UTILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO FINANCEIRO

Porquinhos

- O dinheiro é utilizado basicamente com: (a) subsistência através da aquisição de alimentos; (b) aquisição de bens necessários para as festas e rituais, especialmente comida, mas também bermudas, panos e sandálias novas, além de outros itens de higiene e beleza. A aquisição de eletrodomésticos é mais rara e geralmente só é feita por famílias (extensas) que possuem apontados ou um número grande de cartões do PBF com o mesmo "patrão", permitindo um acesso maior ao "crédito patronal".

Takuaraty/
Yvykuarusu

- O benefício é usado pelas mulheres e prioritariamente para comprar calçados, roupas e material escolar para as crianças. Trata-se de uma regra geral, mesmo entre as famílias mais extensas: compram sabão e/ou algum alimento com o que "sobra" da compra principal - roupas e calçados. Ação do fator pressão social consumista (seja ela interna ou externa) sobre as crianças e os adolescentes por uma determinada aparência física e adoção dos símbolos exteriores (material escolar). Muitas beneficiárias concebem o PBF como um recurso destinado a ajudar a população a fazer cumprir uma ordem do governo: "eles querem que as crianças fiquem na escola, por isso nos dão dinheiro para as roupas, os calçados e o material".

Dourados

- Na TI Dourados o benefício do BF é visto como o "dinheiro das crianças". Gastar o dinheiro "com as crianças" é comprar coisas que serão usadas diretamente por elas, como roupas, materiais escolares, brinquedos etc.
- Em termos de alimentação, é muito comum indicarem que o BF deve ser utilizado especificamente para comprar "algo mais" que é usado diretamente pelas crianças, como frutas. Itens considerados femininos, como roupas e calçados, parecem também entrar nesse rol.

Alto Rio Negro

- Se a família gasta o dinheiro do BF predominantemente com alimentos básicos, isso pode estar indicando que enfrenta uma situação difícil, que no mais das vezes se relaciona com a renda "masculina" da casa, oriunda, geralmente, do trabalho fora da aldeia.
- O BF constitui uma espécie de segurança social mínima, e é nesse espírito que o programa deveria prever dispositivos para impedir o bloqueio ou desligamento automático de famílias em situação de vulnerabilidade temporária, como doenças, acidentes de trabalho ou em período de parto ou amamentação.
- Predomina a associação do recurso do BF com crianças e jovens, o que se reflete em seus modos de utilização: a compra de roupa e material escolar, pagamento de taxas escolares e algum rancho, quando isso é possível. A noção de que o benefício é "para ajudar as crianças" e sua "educação escolar" é bastante presente.

Parabubure

- As mães tentam dividir o dinheiro entre necessidades coletivas e de cada um dos membros da família. Muitas vezes optam por destiná-lo àqueles filhos que estudam na cidade ou adotam também rodízio de cartão/recurso, bimestral ou trimestralmente, entre filhos nas comunidades e filhos na cidade.

Barra Velha

- De maneira geral os recursos do BF são utilizados na compra de alimentos, especialmente arroz branco, pães e refrigerantes. Também macarrão, óleo, açúcar e sal.
- Nos discursos há uma tendência para enfatizar que o dinheiro é gasto inteiramente com material escolar, sandália e vestimentas para os filhos irem à escola.
- Buscando estabelecer um "padrão de utilização mais geral dessa renda", a consultora diz que o dinheiro, em primeiro lugar, é utilizado na compra de alimentos que se consomem em casa (café, açúcar, sal, macarrão e arroz); em segundo lugar, ele serve para adquirir vestimentas, calçados e produtos de higiene e limpeza; e em último lugar serve para garantir algum bem mais permanente, como uma cama, um fogão ou uma geladeira ou um par de óculos a prestação.
- Concomitante a esses gastos, o BF pode também pagar a conta de energia elétrica e o gás de cozinha da família, cujo custo é bastante elevado.
- A consultora diz que os Guarani não gastam com material escolar.

Jaraguá

- O recurso é utilizado preferencialmente com as crianças, podendo ser também utilizado na compra de chinelo, carne ("Mistura") e excepcionalmente com remédio.

4.6 Formas de relação dos indígenas com o poder público, comércio e a sociedade local

Não foi registrada em uma única Terra Indígena a participação dos indígenas nas instâncias de Controle Social do Programa.

A figura do “patrão” emerge aqui novamente, posto que não é pouco comum esse personagem ter fortes vínculos com os poderes políticos e a administração pública municipal. Trata-se de uma figura cuja persistência ao longo do tempo deriva da insuficiência e inadequação das ações do poder público nas suas ações e políticas que se destinam aos povos indígenas. Sua presença é diretamente proporcional à exclusão dos indígenas e à não consideração de suas especificidades socioculturais e territoriais.

No caso de Dourados, vê-se que a disposição dos órgãos públicos está bastante aquém da necessidade dos indígenas moradores da TI. Há um jogo de empurra-em-

purra ou mesmo uma clara posição política de não “facilitar a vida” dos indígenas (o caso dos tratores e preparação da terra dos roçados familiares indígenas) e dar continuidade aos arranjos estabelecidos (por exemplo, das “parcerias” ou arrendamentos de lotes para plantio de soja na reserva indígena) que representam maiores vantagens para não indígenas.

A pesquisa no Alto Rio Negro confrontou-se com diversas situações discriminatórias contra os indígenas de parte de comerciantes, funcionários de Secretarias e outras instituições municipais, como também agentes públicos estaduais e federais responsáveis por atender os indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira. Esse mesmo comportamento foi identificado por praticamente todos os demais consultores nos seus respectivos estudos de caso.

TERRA INDÍGENA	RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO, COMÉRCIO E A SOCIEDADE LOCAL
	<ul style="list-style-type: none">• Apenas um interlocutor respondeu seguramente à questão “quem é o responsável pelo BF na cidade”. Alguns responderam que o próprio patrão era “o responsável pelo PBF na cidade”.
Porquinhos	<ul style="list-style-type: none">• Indígenas sofrem grande preconceito negativo na cidade e se sentem desconfortáveis frequentando vários espaços, como lojas de maior porte e, principalmente, bancos.• Desconhecem “espaços de discussão entre governo e sociedade para tratar do PBF”. Ninguém na aldeia participa da fiscalização nas Instâncias de Controle Social (ICS) do BF.

Takuaraty/ Yvykuarusu	<ul style="list-style-type: none"> • Os "patrões/comerciantes" possuem comércios dos dois lados da fronteira. Esses comércios são de fato depósitos que permanecem fechados e são abertos apenas para receber os fregueses indígenas trazidos das aldeias. Do lado paraguaio, por exemplo, um desses comércios só apresenta preços afixados em guarani (moeda paraguaia), enquanto outros dois comércios, situados do lado brasileiro, simplesmente não têm preços afixados. Quando os "patrões" retêm cartões, estes ficam guardados invariavelmente em lugar seguro do lado paraguaio. • Esses "patrões" são aparentados entre si e todos têm vínculos com o poder político local. • O governo estadual e vários prefeitos da região se pronunciam publicamente contra a demarcação de terras indígenas, além de não apoiarem políticas de reforma agrária, há mesmo quem desconfie na região que se trata de uma forma de sabotagem a não disponibilização dos tratores no período em que mais são necessários. • Em Dourados há um vereador indígena e foi criada uma coordenadoria na prefeitura só para a temática indígena. Já existiu um comitê gestor de políticas indigenistas na região, mas que hoje não mais existe, o que tem impactado negativamente na resolução de uma série de questões relacionadas à sustentabilidade, gestão territorial, segurança alimentar e outras na TI Dourados. • Em relação ao apoio dos órgãos públicos às roças familiares, hoje, há uma divisão de trabalhos entre diversos órgãos, que pertencem a instâncias distintas de governo: a FUNAI fornece o óleo diesel e sementes, mas é a prefeitura a responsável pelos tratores e por disponibilizar tratoristas. • Por questões fundamentalmente políticas e interesses econômicos, a prefeitura não tem disponibilizado o trator no tempo correto, ou não tem disponibilizado de forma eficiente, para auxiliar na preparação dos roçados indígenas em Dourados - o problema da falta de apoio à roça é geral na região sul de MS.
Dourados	<ul style="list-style-type: none"> • A falta de assistência técnica e apoio à produção familiar tem um efeito colateral grave na TI Dourados: uma profusão de contratos de parceria para produção de soja em áreas dentro da Reserva. • Até o final de 2013 não havia sido constituído um Comitê Intersetorial do Programa. • Existem vários mal-entendidos entre os indígenas e não indígenas com relação às crianças e a forma como se deve cuidar delas. Quando o sistema de assistência social age dentro das aldeias, os equívocos se acentuam. • Há cerca de 20 estabelecimentos comerciais que vendem gêneros alimentícios ali e que pertencem aos próprios moradores da comunidade; também bares e outros tipos de estabelecimentos menores. Há também um grande número de comerciantes no entorno da TI que vendem aos índios e vêm sendo alvo de operações de fiscalização coordenadas pelo MPF. • Vários indígenas manifestaram desconfiança com os comerciantes: estarem manipulando os preços e valores da dívida. Além disso, há o problema da qualidade dos produtos vendidos. Operações recentes têm demonstrado problemas como carne e peixe impróprios para consumo que são oferecidos aos indígenas.

Alto Rio Negro	<ul style="list-style-type: none"> • A desarticulação das instituições competentes redunda e contribui negativamente para uma execução das diversas esferas e protocolos do Programa, nas diversas fases, do cadastramento ao recebimento do recurso. • A pesquisadora presenciou diversas situações discriminatórias contra indígenas envolvendo comerciantes, coordenadores e funcionários de Secretarias e outras instituições municipais, como também agentes públicos estaduais e federais. • As redes locais de patronato (o “patrão”) conferem o tom das relações interétnicas locais. A desigualdade, a exploração, a dependência e o endividamento tornaram-se, assim, circunstâncias como que naturalizadas e usuais das interfaces que põem em relação indígenas e não indígenas. Esta relação pode se dar diretamente, a partir de valores a serem recebidos, ou indiretamente, através do fornecimento de mercadorias a altíssimos custos. • A dificuldade em transporem distâncias é, grosso modo, o vetor central deste tipo de relação estabelecida entre indígenas e não indígenas. • Ocorrência de deslocamento de famílias dos diferentes grupos da Família Linguística Maku para a sede do município, estimulada pela busca de acesso ou usufruto do benefício do BF. Em geral ficam expostos à condições que os vulnerabilizam mais do que eles já estavam e expõem a riscos epidemiológicos e sociais graves (malária e infecções respiratórias, roubos e assédio moral e violências diversas). • Os Xavante estão descontentes com a prestação dos serviços de todas as instâncias locais e do poder público relacionadas com o BF: “a Assistência”, a Lotérica, “o Postinho” (Posto de Saúde), a Escola. No caso da Lotérica e da Assistência, se referem a ela como sendo instituições onde as pessoas se relacionam com base no preconceito demonstrado: “eles não gostam do Xavante não”, “eles têm preconceito”, “tá sempre bravo com a gente”, “não dá um sorriso, não!”.
Parabubure	<ul style="list-style-type: none"> • Foram relatadas várias situações de retenção de cartões e documentos pessoais por comerciantes locais. Em todas essas situações as detentoras dos cartões possuíam dívidas acima do valor do benefício do PBF. Notas fiscais, com os valores das compras efetuadas, comprovavam os depoimentos colhidos. • Foi constatado que o mercado local mantém uma forma peculiar de se relacionar com os indígenas: trata-se da cobrança sistemática de um “sobre-preço” na venda para os Xavante; todos os itens da cesta básica de alimentos são acrescidos de um valor adicional. • De modo geral, observou a consultora, o atendimento às índias, no balcão, é realizado de maneira tensa, por um atendente e um auxiliar e as desconfianças são publicamente anunciadas, em voz alta.
Barra Velha	<ul style="list-style-type: none"> • Os beneficiários sabem que a única forma de solucionar problemas relativos ao PBF é através do contato com alguém da Assistência Social da Prefeitura de Porto Seguro. No entanto, como a viagem é cara e demorada, requerendo que a pessoa pernoite na sede do município ou em alguma outra aldeia Pataxó mais próxima da cidade, muitos acabam por não buscar a resolução do problema na cidade, aguardando a vinda da equipe volante da Prefeitura, ao final de cada ano. • No entanto, são extremamente tensas e conflituosas as relações com os moradores da vila de Caraíva, onde episódios de violência emergem com certa regularidade, vitimizando canoeiros, artesãs e indivíduos adictos ao álcool que perambulam pela vila quando estão alcoolizados.

- Desconfiança na aproximação com os gestores federais, estaduais ou municipais, em especial com a área de regularização fundiária, vista como permeável a interesses econômicos e/ou empresariais.
- Ninguém sabe quem é o responsável pelo PBF no município.
- Também não há conhecimento sobre espaços de discussão entre governo e sociedade civil como as Instâncias de Controle Social (ICS). A totalidade das pessoas disse que não sabe do que se trata e não citaram alguém que faça esse papel entre os indígenas.
- Em relação ao acesso aos serviços públicos, não há saneamento básico nas residências e o abastecimento de água é público, mas insuficiente e não chega a totalidade das residências. Uma grande preocupação é a poluição da lagoa que há no território da aldeia. Ela já foi piscosa e hoje é visivelmente insalubre. Há coleta pública de lixo.

4.7 Acesso dos indígenas às unidades do SUAS (CRAS, CREAS)

Os indígenas dizem que ou não sabem da existência, ou sabem muito pouco a respeito dos CRAS e CREAS, embora haja relatos de terem recorrido até estas unidades, especialmente aos CRAS, para saber do motivo do bloqueio do cartão ou buscar alguma outra informação ou demanda de inclusão no PBF.

Também há reclamação de que não são bem atendidos e tratados pelos funcionários. No caso do Alto Rio Negro, alguns se dizem mais “bem tratados” e “informados” na Lotérica do que no CRAS – embora

isso não se dá de maneira desinteressada. Outros testemunharam terem se sentido “humilhado” quando foram no CRAS. Alguns indígenas alternam e confundem, nos mesmos relatos, o CRAS, o CadÚnico e a casa lotérica, como observado entre os Guarani-Kaiowá.

Novamente não foi registrado participação nas instâncias de Controle Social, nem conhecimento da existência de qualquer mecanismo de participação e fiscalização comunitária na gestão municipal do PBF. A população estudada desconhece esse fato.

TERRA INDÍGENA	ACCESSO DOS INDÍGENAS ÀS UNIDADES DO SUAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Não conhecem qualquer CRAS ou CREAS, apesar de saberem que existe um local a que são levados para “apresentarem papéis e atualizarem o cadastro”.
Porquinhos	<ul style="list-style-type: none"> • Reclamam de mau atendimento e desinformação. • O CREAS e o CRAS não se deslocam até a aldeia.
	<ul style="list-style-type: none"> • Em Paranhos, o CRAS local atende quase 700 famílias indígenas e contam apenas com três entrevistadores (mais o gestor), dos quais dois são falantes de guarani, mas os indígenas queixam-se deles por se recusarem a atendê-los em guarani. Essas 700 famílias formam quase 40% do total de famílias atendidas ali.
Takuaraty/ Yvykuarusu	<ul style="list-style-type: none"> • Os Guarani e Kaiowá não sabem o que é o CRAS e o CREAS; eles consideram que o CRAS é o responsável pelo PBF e os termos CRAS, CadÚnico e PBF são visto quase como sinônimos. • As ações do CRAS estão limitadas ao perímetro urbano de Paranhos; não há CRAS volante. • Na hora da entrevista, os entrevistadores exercem uma forte pressão sobre os indígenas, constrangendo para que declarem fontes de renda. • A Terra Indígena Dourados é a única dentre as pesquisadas que tem um CRAS em seu interior. • O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) situado no Bororó é um equipamento em pleno funcionamento e cotidianamente lotado de indígenas, sobretudo mulheres. Mas a falta de pessoal para atender à demanda em momentos de pico tem criado insatisfação entre a população indígena. • Falta de estrutura resolutiva (de comunicação e transporte) e capacitação no CRAS Bororó, submetendo os indígenas a verdadeiras peregrinações pelas unidades do sistema na sede do município. • A falta de funcionários tem sido a justificativa para que não se crie uma equipe volante para o CRAS – que seria fundamental para atender as áreas mais distantes, incluindo os acampamentos indígenas em volta da TI. • Falta de atenção à questão linguística no escritório do BF na cidade de Dourados, havendo a urgência de contratação de, pelo menos, um funcionário falante de guarani nessa unidade. • Além de pessoal qualificado, inclusive no domínio da língua guarani, ajudaria em muito a produção de materiais informativos e impressos (tipo banner) em Guarani. • Os cursos profissionalizantes não têm atendido as necessidades e expectativas da população da TI. Antes da elaboração da programação de cursos, faz-se necessário uma consulta às instâncias organizativas e lideranças, para que a oferta fique mais próxima da realidade atual da maioria da população, suas demandas e projetos de vida.

	<ul style="list-style-type: none"> O CRAS é praticamente invisível aos beneficiários indígenas do PBF. Não é raro que alguém se refira, por exemplo, à lotérica, enquanto sendo o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), da mesma forma que antes procuram este estabelecimento comercial para resolução de seus problemas ou esclarecimentos, antes que o próprio CRAS ou outras entidades relacionadas à gestão do PBF. O CRAS e demais unidades onde o Programa é praticado no município são apenas "lugares" onde entregam documentos, pegam cartões etc.
Alto Rio Negro	<ul style="list-style-type: none"> O dono da lotérica, neste sentido, é quem os informam e, em algum sentido, lhes prestam auxílio. O local é visto pelos indígenas como parte do PBF. Os indígenas ficam bastante admirados quando lhes é explicado que, do ponto de vista da execução formal do PBF, a lotérica não passa de um comércio, tendo um papel e natureza diferente daquele exercido por funcionários do CRAS. Ausência de Controle Social ou qualquer outro mecanismo de participação e fiscalização comunitária na gestão municipal do PBF que seja do conhecimento das famílias beneficiárias. Os Xavante chamam o CRAS de "assistência" e desconhecem os serviços e outros benefícios socioassistenciais para além do dinheiro do PBF. É para lá que levam os documentos da família, "leva documento e recebe o Bolsa". É ainda o lugar onde são realizados os desbloqueios dos benefícios – "vai na Lotérica, tá bloqueado, vai na assistência, fala com X, pra desbloquear. Demora, não desbloqueia logo não".
Parabubure	<ul style="list-style-type: none"> Apesar de possuir instalações novas, amplas e adequadas, os Xavante não reconhecem ser esse o lugar de acolhimento de suas demandas. Ao contrário, são comuns os relatos recolhidos dizendo que não são bem atendidos e de que estão sendo enganados com relação aos valores dos benefícios recebidos. Gostariam de ter atendimento diferenciado, pois pensam que o não atendimento das demandas apresentadas aos funcionários da "assistência" decorre fundamentalmente do desconhecimento absoluto da língua Xavante por parte dos funcionários.
Barra Velha	<ul style="list-style-type: none"> Afora o principal cacique da TI, e o ex-cacique do núcleo de Barra Velha, apenas duas beneficiárias, das mais de 100 pessoas com quem a consultora conversou ao longo da pesquisa, afirmaram saber o que é um CRAS ou CREAS. A maioria nunca ouviu falar desses centros nem faz ideia das ações que os mesmos promovem. As famílias indígenas conhecem o CRAS e já foram atendidas nessas unidades.
Jaraguá	<ul style="list-style-type: none"> O motivo principal dos atendimentos relatados à consultora foram sempre o CadÚnico. Relataram visita de técnicos do CRAS (ou equipe volante) por ocasião do primeiro cadastramento e em contextos de atualização cadastral.

4.8 Atividades produtivas e comerciais locais e Segurança Alimentar

Em nenhum dos casos houve registro de abandono das atividades produtivas devido ao recebimento do PBF. Ao contrário, em alguns casos ele é utilizado para potencializar a capacidade produtiva e alimentar, como na compra de material de pesca e ferramentas.

O trabalho fora da TI (caso Dourados) tem se constituído parte da estratégia de sustentação das famílias, especialmente dos homens pais de famílias, mas também das mulheres jovens, sendo na grande maioria dos casos, trabalhos temporários e sem qualquer esquema de segurança no trabalho ou segurança social.

Porquinhos

- Não foi registrado casos de abandono de atividade produtiva em virtude do PBF. O que mais afeta a capacidade de produção nativa é a ação de madeireiros e caçadores.
- O dinheiro do PBF é utilizado para comprar alimentos produzidos fora da aldeia e, raramente, para comprar alimentos dentro da aldeia. A base da alimentação indígena é constituída de arroz e mandioca (carboidratos), carne de caça ou peixe (proteínas) e frutas. Também compram feijão, fava, leite em pó, café, sal, açúcar e óleo de soja regularmente, para complementar a alimentação cotidiana.
- Também foi observado seu uso para aquisição de material de pesca, em especial anzóis e linha, e itens para a lavoura, como facões, foices e outros instrumentos utilizados no plantio e na colheita.

Takuaraty/
Yvykuarusu

- Praticamente todas as famílias da aldeia possuem roçados, onde costumam plantar principalmente milho e mandioca e, em alguns casos, feijão, melancia, abóbora, arroz.
- Mas esses roçados só podem ser abertos com ajuda da Prefeitura, quando ela cede o trator oportunamente. Os roçados em 2013 eram só de mandioca e bem reduzidos por conta disso. Isto é, não houve produção de milho nem de nada mais além de uma pouca mandioca. Dependência quase total do poder público local (e consequentemente das cestas de alimentos).
- Algumas famílias também plantam roças com intuito de comercializar parte de sua produção.
- Dizem que as novas gerações mudaram e não respeitam mais o jeito antigo de viver e de se relacionar com a terra e com seus frutos. "Eles estão viciados na merenda", comentou uma rezadora Guarani. Indícios de erosão cultural e da autonomia e soberania alimentar.
- Praticamente todos os homens trabalham nas fazendas vizinhas. O trabalho na fazenda é intenso e mal remunerado, e limita a disponibilidade dos homens a se dedicarem ao trabalho na roça.
- As famílias da aldeia recebem cestas de alimento, tanto do governo do Estado, quanto da FUNAI. As famílias mais numerosas recebem a mesma cesta que as famílias mais reduzidas.
- A prática do uso de agrotóxicos está disseminada na região, trazendo problemas à saúde da população.

- Na prática, o conjunto de ações sociais que inclui cestas de alimentação, Bolsa Família e merenda escolar, entre outros elementos, não basta para solucionar o problema da insegurança alimentar.
 - O problema fundamental a ser enfrentado em Dourados é a escassez de terras. Além da área total da TI ser insuficiente, considerando o número de pessoas e famílias que compõe a população que ai habita, as desigualdades no seu interior fazem com que alguns tenham mais que outros, que exista gente que vive de aluguel.
 - Grosso modo, uma família estará tão satisfeita quanto tenha: 1) uma porção suficiente de terra para o desenvolvimento das suas atividades; 2) uma roça de subsistência de dimensões suficientes; 3) acesso adequado a benefícios sociais - BF, aposentadoria, BPC ou pensão por morte ou invalidez; 4) acesso à cesta básica; 5) o marido realizar trabalho fora da aldeia (a "changa").
- Dourados
- Problema de demora ou ausência do poder público no auxílio ao preparo da terra; atraso na distribuição de sementes; impossibilidade de tomar crédito do Pronaf; e falta de assistência técnica adequada. Mesmo quem tem alguma terra disponível para o cultivo muitas vezes não consegue fazê-lo, tendo de apelar para a parceria com os plantadores de soja (de dentro da aldeia ou não). As roças familiares estão em descoberto no que tange às políticas públicas.
 - Boa parte dos trabalhadores que antes iam às usinas agora está empregada em uma diversidade de ramos, incluindo supermercados, construção civil, serviços públicos e frigoríficos, que têm empregado um número crescente de jovens mulheres indígenas.
 - Há um número considerável de funcionários públicos indígenas, só que isso não é relevante no conjunto porque a população é muito grande.
 - Em certas áreas da TI chega a faltar água nas residências por mais de um mês.
 - A participação no PBF não altera significativamente as atividades produtivas locais voltadas à subsistência cotidiana, notadamente quando consideramos o sistema agrícola do alto rio Negro, baseado na horticultura, sobretudo no cultivo de mandioca para a produção de farinha e outros derivados.
- Alto Rio Negro
- Alguns depoimentos destacam, entretanto, que antes do Programa precisavam trabalhar incansavelmente, de modo a criar seus filhos com suficiência, dando-lhes roupas e pagando taxas e materiais escolares.
 - Peixe e derivados de mandioca mantém-se como base preferencial da dieta Rionegrina, mas a produção continuada e suficiente destes recursos pode ser variável de comunidade a comunidade.
 - São comuns os depoimentos de que o "Bolsa" é "pouco", "pouquinho" e serve apenas para comprar "alguma mistura". A expressão "mistura" é utilizada regionalmente para designar o acréscimo de alguma quantidade de carne na alimentação cotidiana.
 - Nos dias em que se deslocam para a cidade para receber os benefícios do BF os Xavante realizam compras de alimentos na rede de comércio local. A cesta básica "acaba e não tem dinheiro para comprar", ou seja, termina em alguns dias e não é possível repô-la. Há prevalência no consumo (alimentos comprados) de arroz branco, pães e refrigerantes. Além desses alimentos, eles adquirem massa para macarrão, óleo, açúcar e sal.
 - O único alimento comprado em grande quantidade é o arroz branco e não há comercialização de alimentos no interior das aldeias uma vez que a produção das pequenas roças dos grupos familiares destina-se apenas para o consumo próprio.
-

	<ul style="list-style-type: none"> Na aldeia Barra Velha e todas as suas extensões, situada na porção oriental da TI, o artesanato representa (no verão) a principal fonte de renda para muitas famílias Pataxó. No restante do ano, durante o chamado inverno, algumas famílias se voltam para a agricultura. A pesca e a pecuária (de corte) ocorrem paralelamente, ao longo de todo o ano.
Barra Velha	<ul style="list-style-type: none"> Esse cenário se modifica bastante uma vez que se considera a parte mais ocidental do território, nas aldeias Meio da Mata, Boca da Mata e Cassiana, onde as atividades produtivas são menos variadas. Há uma presença maior da agricultura, da pecuária e do artesanato mecanizado voltado para a produção de gamelas.
	<ul style="list-style-type: none"> Outra grande fonte de renda em toda a terra indígena advém do setor de serviços, saúde e educação, com ocupação formal de pelo menos duas centenas de pessoas, em sua maioria pagas pela Prefeitura de Porto Seguro.
Jaraguá	<ul style="list-style-type: none"> Em relação à <i>segurança alimentar</i>, a situação das famílias na TI Barra Velha é extremamente heterogênea. No oriente aparentemente há mais fartura. Por outro lado, foi encontrado ai situações de extrema pobreza em aldeias como Xandó, imediatamente vizinha à vila de Caraíva. Em relação à <i>merenda escolar</i> foi informado que em toda a TI Barra Velha sua oferta é insuficiente. Em praticamente todas as aldeias se relatou que o alimento enviado pela Prefeitura de Porto Seguro não chega a durar uma quinzena, destinando-se apenas às crianças e estudantes do ensino básico. Produzem utensílios para serem vendidos (artesanato). Várias pessoas trabalham nos estabelecimentos locais de serviço público. Várias pessoas trabalham na construção civil. Recebem cesta básica e doação de alimentos de terceiros. O tamanho da TI inviabiliza a realização de roçados. A isso se soma a restrição ao manejo dos recursos naturais na área que foi demarcada como Parque Estadual. Querem participar da gestão compartilhada do Parque e poderem utilizar determinadas áreas para atividades de coleta e mesmo abertura de pequenos roçados. Problemas de acesso à agua em várias residências – a água é encanada. A rede pública não chega até todas as residências e a caixa-d'água na aldeia está necessitando ser recuperada ("está quase caindo").

4.9 Questões de gênero

A titularidade do cartão em nome das mulheres não trouxe conflitos perceptíveis em nível familiar. Elas têm ficado contentes com a situação, pois podem destinar o recurso para fins que julgam os mais adequados e importantes para o bem-estar da família. Em geral o têm direcionado para as crianças, atendendo algumas demandas dessas, mas

fundamentalmente provendo as condições necessárias para que frequentem a escola.

O tema merece um aprofundamento que vá para além do registro do uso do cartão, vejamos, por exemplo, os desafios que as mulheres Xavante têm de enfrentar para chegar até os pontos de saque do recurso.

TERRA INDÍGENA	QUESTÕES DE GÊNERO
Porquinhos	<ul style="list-style-type: none"> Os cartões do BF estão sempre no nome das mães e tanto homens quanto mulheres responderam positivamente a esta diretriz do Programa. Apesar de o saque ser feito pelo "patrão" e de a principal pessoa a se relacionar com ele ser o homem, as mulheres é que tendem a decidir como o recurso deve ser prioritariamente gasto. Por outro lado, várias mulheres se queixaram de que seus maridos não estão seguindo tudo o que elas definem (em razão, principalmente, do consumo de álcool).
Takuaraty/Yvykuarusu	<ul style="list-style-type: none"> Os cartões do BF estão sempre no nome das mães e tanto homens quanto mulheres responderam positivamente a esta diretriz do Programa. Apesar de o saque ser feito pelo "patrão" e de a principal pessoa a se relacionar com ele ser o homem, as mulheres é que tendem a decidir como o recurso deve ser prioritariamente gasto.
Dourados	<ul style="list-style-type: none"> É senso comum que o benefício deve ser administrado pelas mulheres e destinado a cuidar das crianças. Existem discussões na TI sobre temas como a violência doméstica, mas, no geral, os problemas envolvendo cartões de benefícios que são apropriados por membros da família estão relacionados às aposentadorias de mulheres idosas – fisicamente mais frágeis e com maiores dificuldades para denunciar as agressões. A participação das mulheres nas <i>Aty Guasu</i> é antiga. Elas sempre tiveram papel de destaque no movimento, mas geralmente realizando tarefas de menor visibilidade diante das pessoas de fora. Periodicamente se reúnem na <i>Kuña Aty Guasu</i>, a grande assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani.
Alto Rio Negro	<ul style="list-style-type: none"> A <i>Kuña Aty Guasu</i> pode se converter em importante parceiro para o planejamento e reflexão sobre as políticas públicas destinadas a comunidades indígenas de MS. Elas reivindicam políticas e programas diferenciados, com ênfase na capacitação de servidores públicos em gênero, direitos humanos, cultura e língua indígena. Duas das suas pautas, incidentes na segurança alimentar e nutricional, são as de garantia de acesso à água e a articulação de ações para controle do uso de agrotóxicos que contaminam águas e ambiente, afetando gravemente a saúde de todos os moradores da TI. Para melhorar o acesso às políticas reivindicam a contratação de intérpretes nos serviços, de assistência social inclusiva, já que o monolingüismo é maior entre as mulheres indígenas. A divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres é marcante e é um atributo consolidador e por vezes dissociador de boa parte das relações sociais no Alto Rio Negro. As mulheres são fundamentalmente horticultoras e responsáveis pela produção de comidas em geral, inclusive das comidas rituais. Este papel feminino tem se demonstrado atuante e fundamental contemporaneamente, merecendo associações importantes com a perspectiva que estas beneficiárias têm do PBF e a maneira como utilizam seus recursos. A alocação dos recursos do Programa é de responsabilidade das mães, tanto quanto seu emprego na educação dos filhos. Essas são as tónicas da maior parte dos depoimentos coletados durante o trabalho de campo. Dentro da perspectiva Rionegrina, a relação do recurso e seu uso com a educação é considerado um dos aspectos mais nobres e importantes do Programa.

-
- | | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">• A consultora observa entre algumas mulheres contentamento com a titularidade do cartão do PBF, pois, segundo eles, é possível “comprar um pouco de mistura”, “vai para Campinápolis”, “compra mochila para o filho”. Mas reconhece não ser possível afirmar que tomam as decisões a respeito dos itens adquiridos com o dinheiro do PBF. Isso porque os homens as acompanham e estão presentes nos momentos em que as compras são efetuadas e porque elas dizem apenas “ele compra”.• Como em outros lugares, a titularidade dos cartões é majoritariamente das mulheres, sendo raros os casos de cartões no nome dos chefes de família, fato que é revelado com constrangimento. |
| | <ul style="list-style-type: none">• Para as mulheres, a maior dificuldade advinda da titularidade refere-se à necessidade de deslocamentos para a sede do município durante os últimos meses de gravidez ou no período em que estão amamentando, para receber o dinheiro do PBF. O incômodo maior refere-se às condições de transporte (e das estradas) a que tem que se submeter durante o percurso.• Queixam-se as longas esperas na Lotérica, muitas vezes ficam com fome juntamente com suas crianças, e se sentem impotentes diante da situação, pois precisam aguardar para receber o dinheiro, do qual dependem para se alimentar. |
| | <ul style="list-style-type: none">• O PBF é percebido como um Programa voltado principalmente para as mulheres “mães de família”.• Por outro lado, e tendo por referência vários relatos recolhidos nos três meses de pesquisa, a consultora arrisca afirmar que a desigualdade de gênero persiste, com força, entre os Pataxó.• Muito embora o PBF tenha tido um impacto sobre essa configuração, com algumas mulheres dependendo cada vez menos de seus maridos, as experiências de empoderamento ainda são bastante pontuais e específicas.• O PBF é visto como destinado às mulheres. |
| | <ul style="list-style-type: none">• Por outro lado, a consultora ouviu de atores externos à comunidade relatos sobre a existência de conflitos e violências dirigidas às mulheres. Mas, pelo que soube, há uma organização política delas na forma de uma espécie de conselho que participa das assembleias e que exige soluções para alguns casos de violência contra a mulher. |
-

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ter assegurado o recebimento de uma renda mensal de maneira permanente é algo bem aceito pela população indígena onde se realizaram as pesquisas. Ou seja, aparentemente, não há evidências de que entre os beneficiários e potenciais beneficiários indígenas exista quem seja contrário à transferência monetária de renda, e há quem pense que ela é um direito e que deve ter o seu valor elevado.

Os relatos revelam a centralidade da associação “benefício do PBF” e “crianças” no imaginário social das famílias, nos diferentes grupos étnicos estudados.

As crianças são consideradas as beneficiárias principais do recurso recebido pela família do PBF. O dinheiro “das crianças” foi expressão recorrente, em geral associada com uma destinação específica: para que elas possam estar, “o mais adequadamente possível”, inseridas no contexto escolar, atendendo aos padrões de vestimenta (uniforme) e higiene, e dotadas dos meios convencionais de ensino escolar (livros, cadernos, lápis, caneta, mochila etc.). Preocupa-nos, no entanto,

os vários relatos de ocorrência de situações de constrangimento de crianças no ambiente escolar, pelo fato de não estarem “adequadamente trajadas”, nem “devidamente equipadas”. Além de poder ser caracterizado como violência psicológica, ou até manifestação de racismo ou outras formas mais sutis de intolerância, essa pressão sobre pais e crianças tem direcionado sobremaneira o recurso do PBF para determinados itens de consumo que talvez nem sejam os mais necessários para a família, considerando especialmente os casos de famílias em nítida situação de vulnerabilidade.

A pesquisa mostrou existir um baixo conhecimento dos indígenas em relação ao PBF, isto é, ao seu funcionamento e ao como obter ajuda na resolução de problemas de percurso, que vai do cadastramento ao saque do recurso financeiro. Foi encontrado um baixo conhecimento sobre o Cadastro Único (CadÚnico) e a sua importância enquanto porta de acesso a várias políticas e programas do Governo Federal, bem como do recurso financeiro

e demais benefícios proporcionados pelo PBF. Esse desconhecimento sobre regras e o conjunto dos procedimentos do programa acaba por impactar também negativamente na possibilidade de controle social - dos indígenas e suas organizações locais e regionais, por exemplo, a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN) no Alto Rio Negro - sobre a gestão local do Programa e sobre os operadores bancários locais do PBF (lotéricas) responsáveis por repassar o recurso financeiro às famílias, associados a diversas ocorrências impróprias descritas nas entrevistas da pesquisa.

Para além da dificuldade de compreensão proporcionada pelas distintas perspectivas culturais e experiências passadas e presentes de funcionários e indígenas, parece estar havendo, no mínimo, falha na forma e no conteúdo da comunicação e repasse de informação sobre o Programa, o Cadastro e as Condicionalidades na TI, e que isso passa pela não priorização dessa ação, e de uma maneira comprehensiva, pelos gestores das Unidades do SUAS e pelos os agentes operadores do CRAS/CREAS locais que estão em contato direto com os indígenas. Contribui para isso o desempenho não adequado e em

muitos casos desinteressado de ambos em relação a essa população. A exigência demasiadamente rígida de documentação, feita pelos agentes locais à população, está comprometendo o acesso desses ao Programa e seus benefícios. Não ficou esclarecido o porquê da Certidão do RANI (Registro Administrativo de Nascimento do Indígena) não estar sendo aceita como um documento de identificação suficiente no caso dos indígenas, e por isso muitos outros documentos são solicitados, sendo que as instruções do MDS para a operacionalização do Programa dizem o contrário. Qual seria o motivo de a Prefeitura em Dourados, como exemplo, pedir título de eleitor para quem tem ou quer ter acesso ao benefício do PBF?

De maneira geral, a necessidade de elevação no valor da transferência é justificada pelos indígenas com as seguintes razões: para que possam ser adquiridos os diferentes bens e serviços de seu interesse, que como novas necessidades são impetradas aos índios e algumas praticamente impostas no contexto do contato; para que possam chegar até os locais onde o recurso é sacado, e de maneira mais independente das redes de comerciantes (os “patrões”) e seus meios de transporte

"facilitador" ou "de apoio" aos indígenas (seus "clientes") "beneficiados" pelo PBF; também para cobrir suas despesas com alimentação e estadia, de forma a que essas, mais as despesas com transporte, não sejam iguais ou superiores ao valor do valor transferido. Com exceção da TI Jaraguá, constatou-se que, na prática, o custo com transporte, estadia e alimentação é o principal fator de atração da população até as redes de comerciantes, e do seu círculo vicioso de crédito/endividamento, de que são eles agentes promotores. Mantidos os critérios atuais de cálculo do valor repassado às famílias, o PBF dificilmente alcançará o seu objetivo superior, que é ser um verdadeiro mecanismo de autonomização – o que inclui independência nos processos de tomada de decisão - e de promoção social e econômica desse segmento da população brasileira.

O círculo vicioso de crédito/endividamento que caracteriza o *sistema de patronagem*, mascarado pela consciência social ou ideologia da "ajuda" e da "facilação" que por sua vez assegura há décadas a mais-valia dos "patrões", foi encontrado em seis, dos sete estudos de caso, interceptando os recursos transferidos pelo PBF. Dado o nível atual de desinformação dos indígenas sobre o programa, em várias TIs as agências lotéricas e os comerciantes são percebidas como parte da estrutura de gestão do Programa. Assim, não nos parecerá estranho que se produzam em breve críticas tachando o PBF de contribuir (não intencionalmente) com a reprodução e até renovação ("modernização") de sistemas e práticas de dominação e exploração das populações e povos indígenas em nível

local, isso apesar das boas intenções dos gestores e técnicos do Programa. Estamos diante do que na teoria social é chamado de as condições *inimaginadas* e as *consequências não desejadas* da ação (GIDDENS, 2003).

O acesso aos locais de saque do benefício foi identificado como um problema em praticamente todas as Terras incluídas na investigação - a exceção talvez seja a TI Jaraguá (SP). Como pudemos verificar na TI Alto Rio Negro, buscar o recurso em São Gabriel da Cachoeira pode significar para algumas famílias ficar fora de casa ("viajando") até duas, três ou mais semanas. É necessário ampliar os pontos de pagamento do programa, de forma a facilitar o acesso ao recurso.

Em nenhum dos casos analisados foi encontrado registro de participação de "representantes indígenas" nas instâncias de controle social local do Programa, quando elas existem formalmente, pois como vimos nesta pequena amostra de Terras Indígenas, ou não existem ou funcionam de maneira bastante precária. Como vimos, as decisões em relação à utilização dos recursos repassados às prefeituras são tomadas, na maioria dos casos, de maneira centralizada, com regras e procedimentos nada claros, e sem consulta aos beneficiários, sejam indígenas ou não-indígenas. Diffícil saber, antes de se experimentar, se incluir representantes indígenas traria melhorias significativas à gestão local do Programa e para o enfrentamento dos diversos problemas identificados, posto que alguns são de ordem estrutural do Programa (regras e procedimentos) e outros do

sistema de práticas estruturadas onde ele se instala e passa a operar. De toda maneira, garantir a participação e um maior controle social sobre as decisões relativas à utilização dos recursos repassados às prefeituras e outros órgãos públicos nos parece ser a via com melhores chances de transformar o Programa para melhor. É um direito assegurado na Constituição Federal de 1988, e em dispositivos internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Parece-nos importante ser aberta uma reflexão sobre condicionalidades. Sobre o tipo de teia de dependências que o PBF acaba produzindo e sobre os problemas que as condicionalidades implicam: i.e., as condições nas quais as populações têm de cumprir tais condicionalidades, em alguns casos demandando deslocamentos por horas ou dias, com custos assumidos pelo beneficiário. Política pública transformada numa espécie de chantagem social (não propositalmente, evidentemente) e que exige cumprir regras que sequer são possíveis de cumprir (em muitos casos) o que acaba transformando a vida das pessoas em uma peregrinação constante para conseguir/tentar cumprí-las (algumas inventadas pelos agentes locais, inclusive) e acessar e usufruir minimamente do benefício. A justificativa do recurso a condicionalidades é de contribuírem à garantia de direitos. Para que este propósito efetivamente seja alcançado é preciso repensar, junto com os interessados, quais condicionalidades e em que condições poderiam

ser definidas para cada povo e contexto. Isto só poderá ser feito dentro de instância de participação e controle social com presença e manifestação livre previamente informada de representantes indígenas.

No que se refere à condicionalidade relacionada com o acesso e a permanência na escola, e considerando o que foi visto em campo, chegou-se a conclusão de que está na hora do Programa refletir, junto com os indígenas, sobre o lugar da educação escolar no Programa; sobre como ela vem sendo implementada e que resultados vêm sendo alcançados localmente. Entre os indígenas, beneficiários e lideranças, pairam muitas dúvidas e sérias desconfianças sobre o projeto de futuro do Programa para os povos indígenas e o papel da educação na preparação dos jovens indígenas. Em que medida o PBF não estaria contribuindo para uma noção civilizatória e uniformizante de educação escolar? De alguma forma, o ideário do Programa - como da condicionalidade de educação - acaba, em teoria, por não permitir a escolha destas populações, tanto com relação a idades escolares para ingressar na escola, quanto à opção por outras formas de educação, como a denominada de *consuetudinária*. Ao contrário de algo que os induza a frequentar a escola e ao consumo, o que os indígenas parecem desejar – e isso apareceu fortemente no Alto Rio Negro, como também em Porquinhos, Barra Velha e Dourados – são escolas melhor estruturadas, com currículos diferenciados, merendas adequadas e mesmo

condições materiais mínimas capazes de acolher seus estudantes. Na medida em que isso não ocorre, há entre os indígenas incluídos na pesquisa quem pensa ser essa condicionalidade um contrassenso, devendo ser abolida para populações indígenas. Ela existe no PBF por um motivo que não está presente entre populações indígenas: no mundo ocidentalizado, a escola é vista como o *locus* de transferência de educação e cultura para as novas gerações. Entre os Canela, por exemplo, não é nada disso: a escola serve para aprender a se relacionar com os *não-indígenas* (i.e., aprender o sistema de contagem deles, a escrever no papel e em português, a ler documentos...) - ao menos é isso o que se espera que ela proporcione; a escola é algo tido como bom, mas não como indispensável ao bem viver. Onde se "aprende" os ofícios e os conhecimentos relevantes é nos rituais, que formam caçadores, xamãs, corredores de tora etc. - enfim, aquilo que os Canela vêm como realmente necessário à sua existência (por isto, uma das ideias de "pobreza" é a de escassez de ritual). A escola é uma instituição alienígena, de funcionamento duvidoso, cujo

conhecimento serve prioritariamente para se operar no contexto interétnico.

O mesmo "repensar" nos parece necessário em relação à política de condicionalidades de "saúde". Além da precariedade verificada nos serviços de atenção à saúde dos indígenas, o sistema de acompanhamento de condicionalidades é falho em várias Terras Indígenas: faltam funcionários adequadamente qualificados para o trato com a população; faltam condições de mobilidade às equipes de saúde; em alguns casos as instalações e equipamentos ou são insuficientes ou estão localizados a grande distância dos locais onde a população vive; e foi verificada uma visível falta de articulação entre as instituições envolvidas, tanto entre os agentes que operam em nível local (Prefeituras, FUNAI, DSEI/SESAI) como entre essas e as que estão nos níveis superiores de articulação institucional.

Não obstante os problemas vividos e pensados pela população nos múltiplos contextos da vida social do PBF, é possível dizer que em alguma medida o Programa

tem contribuído para a sustentabilidade alimentar da população, seja viabilizando a compra direta de alimentos, seja proporcionando as condições para a compra de ferramentas e instrumentos que são/serão utilizados na geração de alimentos (especialmente os roçados e na pesca). Mas, por si só, dissociado de outras ações, seus efeitos serão inevitavelmente insuficientes para gerar uma efetiva sustentabilidade alimentar. É preciso ser retomada, e urgentemente, a tese de que só com uma política integrada, intersetorial, será possível enfrentar os desafios da segurança alimentar entre os povos indígenas no país. No caso dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, tanto quanto para os Guarani da TI Jaraguá, em São Paulo, se não for resolvido o problema fundiário, destinando as porções de terra (territórios) demandadas, dificilmente elas alcançarão a desejada autonomia e segurança alimentar unicamente com cestas básicas e transferências monetárias.

Por fim, parece-nos que o MDS deve criar no mais breve possível um eixo ou campo de reflexão o mais participativo possível

visando à constituição de um subsistema específico, um Subprograma Bolsa Família Indígena, com regras e procedimentos próprios, a exemplo do que ocorre no Setor Saúde, e que esse subsistema integre o conjunto das Ações Sociais do ministério junto aos povos indígenas³⁵. É importante que esse processo transcorra com participação e consultas aos povos indígenas, mediante as suas organizações e instituições próprias, para definir as mudanças necessárias e como implantá-las. Lembramos que todos os consultores trouxeram do campo expectativas, demandas e questionamentos dos indígenas em relação ao Programa. Houve grande interesse na pesquisa e nos resultados concretos que ela possa trazer no funcionamento do PBF entre eles. Além disso, durante as consultas prévias informadas, realizadas antes do início das investigações de campo, houve o compromisso institucional do MDS em retornar os resultados da pesquisa, ao menos nas TIs que foram pesquisadas, além de efetuar uma operação geral de mais informação culturalmente adequada sobre o PBF.

35. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

6

126

RECOMENDAÇÕES DOS CONSULTORES À GESTÃO DO PROGRAMA

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos consultores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

6.1 Percepções e significados acerca do PBF

Em praticamente todas as Terras Indígenas os indígenas demandam do MDS para que planeje e execute, de maneira coordenada com as demais instituições, ações de informação sobre o PBF. No caso da TI Parabubure (MT), p.e., foram constatadas graves lacunas de informação entre a população, bem como de informação inconsistente, confusas e contraditórias, ou informações enganosas repassadas aos Xavante por comerciantes, donos e funcionários de lotéricas e, mesmo, pelos diferentes agentes públicos locais. O mesmo problema foi identificado em contextos tão distintos quanto as TIs Alto Rio Negro (AM) e Takuaraty/Yvykuarusu (MS), o que exige uma ação informativa qualificada e culturalmente informada do MDS à população indígena sobre o funcionamento do Programa, suas regras e procedimentos (CadÚnico, condicionalidades, recebimento e utilização

do Bolsa Família, o papel do CRAS etc.). Houve também um grande interesse por saber como acessar outros benefícios via CadÚnico. Muitas famílias não tinham conhecimento disso ou não sabiam como e onde obter informações qualificadas a seu respeito.

6.2 Cadastro Único

Recomenda-se aos gestores do PBF que estimulem e contribuam com as ações de documentação da população. Foram constatados vários casos de famílias em estado de vulnerabilidade, ou com um perfil semelhante a beneficiários, que não haviam conseguido se cadastrar porque não tinham a documentação mínima solicitada pelo Programa. Isso apareceu com certa recorrência no caso das mulheres, fazendo com que os maridos ficassem como os titulares do cartão. No caso dos Canela, da TI Porquinhos (MA), eles des-

conheciam o funcionamento do Cadastro Único, acreditando que a ficha preenchida tinha como única finalidade garantir o cartão Bolsa Família.

A pesquisa também pôde constatar que os/as funcionários/as que estão em contato direto com a população na ponta necessitam ser mais bem preparados para se relacionar e comunicar-se com os/as indígenas. Por exemplo, nos Centros de Referência (CRAS) e nas Prefeituras municipais. A falta de pessoal com fluência no uso do idioma indígena tem sido apontada como um obstáculo à comunicação e compreensão de ambas as partes. A consultora que realizou pesquisas na TI Takuaraty/Yvykuarusu (MT), recomenda a formação de um ou dois agentes de referência Guarani ou Kaiowá para as questões de documentação que possam orientar a população e organizar ações de informação na língua, regularmente. Sua recomendação pode muito bem ser expandida para o conjunto dos CRAS aos quais recorram famílias indígenas. A mesma recomendação cabe às prefeituras municipais.

Recomenda-se ao MDS que faça gestões no sentido de revalorizar o Registro Administrativo de Nascimento do Indígena (RANI), como um documento válido e necessário para políticas públicas que têm povos indígenas como beneficiários. Ainda, que seja feita uma ampla divulgação entre os gestores e funcionários nos diferentes níveis da administração pública sobre a documentação necessária para o cadastramento de famílias no Cadastro Único de Programas Sociais. Como foi referido acima, mesmo entre funcionários públicos foram encontradas inconsistência, confusão e contradição na informação relativa à documentação necessária para inclusão no CadÚnico.

Por fim, recomenda-se que os agentes do Estado desloquem periodicamente às aldeias para atualizar os cadastros, e que as prefeituras sejam responsabilizadas por possíveis falhas de cadastramento, especialmente quando isso implicar em não inclusão de potenciais beneficiários e a ocorrência de bloqueio na transferência do recurso financeiro às famílias.

6.3 Condicionalidades

A noção de “condicionalidade”, como definida pelos idealizadores do Programa, é algo que soa estranho às famílias indígenas onde a pesquisa foi realizada. Vários entrevistados afirmaram desconhecer tal regra, e outras só tomaram conhecimento quando tiveram a transferência bloqueada e foram informados da causa. Há também quem questione sua aplicação, uma vez que na escola onde estão os seus filhos há problemas com o fornecimento de água (de preferência tratada); as instalações estão em estado precário ou são ambientalmente inadequadas (na TI Parabubure (MT), p.e., as crianças Xavante frequentam escolas incompatíveis com o clima da região, o que causa extremo desconforto térmico e impede a permanência dos alunos nas salas de aula); não há transporte adequado e permanente; faltam professores ou estes não cumprem com a carga horária exigida; e os materiais escolares fornecidos não atendem às necessidades básicas nem às demandas de conhecimento, em geral desconectados da dinâmica da vida nas aldeias e do universo indígena. Em todas as TIs há problemas com a merenda escolar, pois não é oferecida em quantidade e qualidade adequadas - isso apesar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar(PNAE) existir mecanismos de gestão e estarem abertos precedentes do ponto de vista legal, que autorizam a compra direta de alimentos do agricultor familiar cadastrado (e também de famílias indígenas), sem necessidade de licitação, democratizando e descentralizando as compras públicas e criando mercado para os pequenos produtores.

Além de poder fornecer alimentos de melhor qualidade e culturalmente mais adequados às escolas nas Terras Indígenas, estimulando a produção de alimentos oriundos da agroecologia e das cadeias da sociobiodiversidade indígenas, a um custo mais baixo, a valorização da produção local se constituirá num fator de geração de renda adicional às famílias e a comunidade onde vivem³⁶.

Em situação semelhante foram encontradas as instalações e os serviços de atenção à saúde a que as famílias têm acesso na sua vida cotidiana. Foram identificados inclusive em alguns lugares, problemas técnicos, de organização e método sede recursos humanos (carência de equipamentos institucionais, acesso a internet, insuficiência ou alto rodízio de funcionários, de capacitação, de normatização, de organização do trabalho e articulação de fluxos) que afetam a atualização e transmissão das informações de saúde via SISVAN e SIASI, o que, em alguns casos resultou em bloqueio na transferência do recurso do PBF a supostos “descumpridores” da condicionalidade de saúde.

36. Em 2013, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) criou um Grupo de Trabalho sobre Alimentação Escolar Indígena. O objetivo formal desse grupo de trabalho é elaborar uma proposta com ações estratégicas em alimentação e nutrição direcionadas aos escolares indígenas, visando adequar os normativos do PNAE a essa realidade (BRASIL/CAISAN, 2013).

Assim, a recomendação feita ao Programa é que se repense, junto com os beneficiários indígenas, se é possível e desejado manter este sistema de condicionantes, que pune unilateralmente os “beneficiários” e desconsidera o estado atual de precarização dos serviços de saúde e de educação escolar destinados aos povos indígenas.

É recomendado ao MDS que se tome a frente e organize um processo de discussão visando identificar os fatores que estão dificultando a oferta de serviços de qualidade à população (educação escolar e ações de saúde) e as estratégias que necessitam ser adotadas para reverter esta situação no mais curto prazo possível. Sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), tanto quanto o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), pelo papel que ambos têm para a efetivação da Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2015 (PLANSAN), julga-se que poderão ter um papel importante nesse processo³⁷. A participação informada de representantes indígenas nesse processo deve ser considerada imprescindível.

6.4 Logística de pagamento/recebimento do benefício

O acesso aos pontos de saque do recurso transferido pelo PBF foi considerado um problema em praticamente todas as TIs in-

cluídas na pesquisa. No caso da TI Alto Rio Negro (AM) isso pode demandar vários dias de viagem por rios, igarapés e caminhos no meio da mata. Horas de viagem também apareceram nas TIs Parabubure (MT), Porquinhos (MA) e Barra Velha (BA). A dificuldade de acesso (físico e também cultural-lingüístico), em parte por omissão do Estado a respeito, é um dos principais condicionantes (“o caldo de cultivo”) da continuidade do sistema exploratório da *patronagem*. Mas não somente, as complexidades culturais do consumo e os dilemas do desejo têm também um lugar de destaque na configuração e reprodução deste tipo de sistema, e os comerciantes (“patrões”) sabem bem disso.

A primeira recomendação que emerge dos estudos é que se busque aproximar os pontos de saque dos locais onde vivem as famílias. Na TI Barra Velha (BA), recomenda-se a instalação de uma lotérica mais próxima aos limites da TI, ou, alternativamente, a gratuidade do transporte para os beneficiários do PBF que precisam se deslocar da aldeia até

37. A CAISAN integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e tem por objetivos: (1) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos (orçamentários e outros) e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação; (2) coordenar a execução da Política e do Plano; e (3) articular as políticas e os planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal. Cf. BRASIL/CAISAN 2011, 2013.

a cidade mais próxima a fim de sacar o seu benefício. No caso da TI Porquinhos (MA), ao lado de um transporte para o deslocamento dos Canela Apnyekra da aldeia até a cidade de Barra do Corda, é urgente que se pense em uma alternativa de local para que eles fiquem hospedados. Na TI Takuaraty/Yvykuarusu (MS), se recomenda que seja criado e oferecido aos habitantes dessa (e das outras terras indígenas do município e sul do MS) algum tipo de alternativa de transporte coletivo gratuito. Constatou-se que a falta de alternativas de transporte e seu custo relativamente elevado, deixam os indígenas a mercê dos “patrões”, que retêm seus cartões ou documentos pessoais quando se endividam. Na TI Alto Rio Negro, recomendou-se que a Caixa Econômica Federal (CEF) abra uma Agência com plenas atribuições na cidade de São Gabriel da Cachoeira, e que o MDS considere a implementação de modalidades diferentes de pagamento para povos indígenas, com a criação de “equipes volantes de pagamento”. O recurso repassado às prefeituras, o denominado Índice de Gestão Descentralizada (IGD), cuja gestão é (teoricamente) responsabilidades das Secretarias de Assistência Social, bem que poderia custear parte desse sistema, desde que devidamente “carimbado”. Isto sugere a inclusão de um componente “i” (indígena) na composição desse índice e assim incorporá-lo na respectiva dotação constante da lei orçamentária, em nível de subprojeto ou subatividade, identificada com o nome da localidade que receberá os recursos aloca-³⁸dos. Ação que teria que ser acompanhada de uma normatização que faça sistema com o as bases conceituais e propósitos de política social do PBF.

Recomenda-se também uma ação do MDS, em articulação com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, visando desbaratar as redes de exploração/expropriação de indígenas, promovidas por comerciantes formal e informalmente estabelecidos nas localidades onde há saque do recurso do PBF. No caso da região de fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai (TI Takuaraty/Yvykuarusu), onde comerciantes de ambos os países estão envolvidos com retenção de cartões, verificou-se que será necessária uma operação conjunta, envolvendo instituições brasileiras e similares daquele país. É, entretanto, necessário reconhecer que a existência e persistência dessas redes se apoiam no fato de sua funcionalidade para um segmento social que não visualiza alternativas à posição desvantajosa que ocupa, num contexto social e político caracterizado por fortes tensões fundiárias. Sendo assim, é recomendável que medidas compensatórias sejam implementadas prévia ou simultaneamente, de modo a que os beneficiários indígenas possam ter garantia de acesso ao PBF e ao seu usufruto, por vias alternativas e não simplesmente serem penalizados por não disporem das condições de romper com a situação instalada.

Recomenda-se também uma ampla ação de fiscalização da ação das lotéricas. Foi constatado o estabelecimento de regras arbitrárias para o recebimento do benefício (por exemplo, a exigência de que

38. Cf. <http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/recurso-carimbado>.

os beneficiários recebam em dias fixos, obrigando-os a arrumar passagem todo mês para ir até a cidade) e a imposição de “raspadinhas” como troco e a compra de “capa para o cartão”. Também há suspeitas de apropriação de parte do recurso financeiro transferido, pela alegação de algumas lotéricas, de que o PBF ou depositou menos, ou não depositou naquele mês, isso após se ter consultado pelo telefone 0800, junto à central de atendimento do programa, o saldo com o cartão e a senha do/da beneficiário/a.

Também ações de informação e capacitação dos indígenas para que eles mesmos, juntamente com suas organizações, tenham maiores capacidades de defesa dos seus direitos frente aos abusos dos “patrões”. Por exemplo, um programa que contemple conteúdos básicos de economia financeira para famílias indígenas que o desejarem e cursos de formação de indígenas para atuarem como acompanhantes das famílias no momento do recebimento da renda transferida pelos Programas Sociais, especialmente de idosos – chamaremos transitoriamente esses agentes de Agentes Indígenas de Assistência Social (AIAS). Também se poderia pensar em bolsa para tradutores e apoiadores de assistência social.

6.5 Utilização do benefício financeiro

Recomenda-se oferecer aos povos indígenas condições de acesso a alguns domínios de conhecimento específicos, necessários para não serem enganados tanto no

recebimento quanto no gasto do recurso financeiro transferido. Alguns conteúdos sugeridos a partir do estudo de caso TI Porquinhos: português (principalmente leitura e escrita), matemática aplicada (principalmente contabilidade) e direitos legais. Também incluir um módulo sobre Políticas Sociais, com um destaque para o PBF (incluindo suas regras e procedimentos).

6.6 Formas de relação dos indígenas com o poder público e a sociedade local

Recomenda-se a instituição ou efetivação da *Instância de Controle Social* (ICS) do Programa, determinando que nos municípios em que há povos indígenas seja obrigatória a participação de representação indígena.

Para a TI Dourados, além da participação informada de representante indígena na ICS, é recomendada a criação de um órgão de consulta à comunidade para assuntos de família. Para um dos consultores, se a FUNAI, o Ministério Público Federal e as lideranças da TI abrissem um diálogo para chegar a mecanismos apropriados, isso “poderia resolver adequadamente uma série de temas que hoje são encaminhados de forma morosa e ineficiente, dando margem a conflitos e insatisfação generalizada, além de potenciais injustiças”. A isso se junta o reconhecimento institucional dos espaços políticos nativos, isto é, das suas formas próprias de organização social e política e de tomada de decisão – um procedimento a ser aplicada ao conjunto das TIs.

No caso da TI Alto Rio Negro (AM), recomenda-se que se determine o funcionamento em um só local para todos os serviços de atendimento relacionados ao acesso e execução do PBF nos municípios que atendam populações indígenas; e que estes locais sejam acessíveis e que ofereçam estrutura às famílias indígenas, dado que mulheres usualmente comparecem às unidades acompanhadas de filhos pequenos. Muito provavelmente esse tipo de encaminhamento tem abrangência bem maior do que simplesmente esta TI. Para isso, faz-se necessário um levantamento específico com vistas a ajustar a distribuição dos serviços, de forma a torná-los mais acessíveis aos indígenas.

6.7 Acesso dos indígenas às unidades do SUAS (CRAS, CREAS)

Sugere-se ao MDS que promova esforços para aproximar as unidades do SUAS ao mundo indígena e aos diferentes modos de pensar e de comportar-se que ai existe. Em primeiro lugar, organizando ações de capacitação específica voltadas às equipes do PBF que estão nos municípios e se relacionam direta e indiretamente com indígenas. Durante as pesquisas de campo, muitos beneficiários se queixam que são particularmente mal recebidos, mal informados (com evidente má vontade e descaso) e que os atendentes falantes do idioma indígena, quando há, muitas vezes se recusam a atendê-los falando idioma distinto do português.

A contratação de pessoal com fluência na(s) língua(s) falada(s) pelos indígenas é outra medida que poderá promover efeitos

positivos na relação das unidades do SUAS com as famílias indígenas. Essa demanda foi apresentada em todas as TIs onde a população fala um idioma distinto e tem dificuldades para entender e se expressar no português brasileiro – isso é mais expressivo entre as mulheres indígenas.

A formação de “agentes de referência sobre o PBF” é outra demanda que emergiu de várias pesquisas e que, recomenda-se, seja incluída no plano de trabalho do MDS. Além de informar e orientar os beneficiários de cada comunidade sobre o PBF e outros Programas Sociais na língua indígena, eles poderiam cumprir outras funções, como verificar se os dados cadastrais estão atualizados. A existência desse agente de referência na aldeia, a exemplo dos AIS e AISAN, permitiria esclarecer muitas dúvidas *in loco*, evitando deslocamentos desnecessários e em alguns casos, inócuos até a cidade.

6.8 Atividades produtivas e comerciais locais e Segurança Alimentar

Recomenda-se a implementação de ações destinadas ao fortalecimento da denominada *economia indígena*. Apoiando e fortalecendo iniciativas de produção, distribuição, consumo e comercialização de bens e serviços oriundos da sociobiodiversidade local. Também o apoio material às iniciativas familiares e coletivas de produção de alimentos, com o fornecimento de instrumentos de trabalho nas roças, manejo florestal e piscicultura. Os serviços de Assistência Técnica e Extensão

Rural (ATER) culturalmente qualificada e continuada certamente têm um papel importante a cumprir, e a experiência recente mostra que é possível uma assistência técnica sensível às demandas, desejos e expectativas indígenas³⁹.

No caso dos Canela da TI Porquinhos (MA), por exemplo, eles gostariam que o MDS os auxiliasse na implementação de uma cooperativa indígena, junto a outros povos Timbira (Canela Ramkokamekra, Krinkatí, Krahô, Pykobjê), como modo de terem acesso mais fácil aos produtos dos kupon e sem a intermediação dos “patrões”, e a não precisarem se deslocar à cidade para obter bens no comércio, em especial alimentos.

Já entre os Guarani e Kaiowá da TI Dourados, o incentivo à agricultura familiar e a projetos de reflorestamento e reconstituição das matas ciliares mostrou ser a ação mais urgente a ser implementada, particularmente devido ao seu potencial efeito direto e positivo na segurança alimentar das famílias. Viabilizar planos regionais e projetos locais de gestão territorial e ambiental, para que a população possa progressivamente limitar sua necessidade pela cesta de alimentos, é o caminho recomendado. Recomenda-se que sejam feitas gestões junto às prefeituras (e a situação no Mato Grosso do Sul é emblemática do uso político de recursos públicos) para que disponibilizem o maquinário para que a terra seja preparada no tempo certo, viabilizando a agricultura familiar indígena, e por consequência a sustentabilidade e

soberania alimentar desta parcela da população.

Infelizmente em algumas TIs, a distribuição de cestas básicas é ainda uma ação necessária. Recomenda-se a continuidade dessa ação, mas que seja revisto os itens que entram na sua composição. Em praticamente todas as TIs foi apontado o problema da qualidade de certos produtos e a inadequação de alguns itens em relação aos hábitos alimentares locais. Mas a melhoria na qualidade dos itens da cesta básica não é suficiente, há o problema da quantidade. Foi observado na TI Takuaraty/Yvykuarusu (MS), por exemplo, que em alguns casos uma mesma cesta, com a mesma quantidade de produtos, é entregue para um casal, ou um casal e dois filhos, ou uma família de 12 pessoas. Portanto, é necessário adequar a quantidade de produto ao tamanho da família.

Entendemos que além de ações setoriais, promovidas ou pelo MDS de maneira independente, ou articulado com outros ministérios e órgãos vinculados (MDA, MS, MEC, FUNAI), é necessário haver uma ação conjunta do CONSEA e da CAISAN. Ambas as instâncias têm um papel chave na solução de muitos problemas e desafios que foram identificados pelo processo de pesquisa iniciado em setembro de 2013.

39. Cf. Verдум, 2005; Verдум e Araújo, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASAD, T. (Ed.). *Anthropology & the Colonial Encounter*. Ithaca Press, 1973.
- ÁTHILA, A. R. Avaliação dos efeitos das transferências monetárias do Programa Bolsa Família sobre povos indígenas residentes em Terras Indígenas: estudo de caso da Terra Indígena Alto Rio Negro (AM). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social/SAGI/DA, 2014.
- BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, v. 12, n. 2, p. 39-68.
- BLANCHETT, T. La antropología aplicada y la administración indígena en los Estados Unidos: 1934-1945. *Desacatos*, n. 33, p. 33-52, mai/ago, 2010.
- BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. Interés, habitus, racionalidad. In: *UNA introducción a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 173-205.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- BRAND, A. J. "O bom mesmo é ficar sem capitão": o problema da "administração" das Reservas Indígenas Kaiowá/Guarani, MS. *Revista Tellus*, n. 1, p. 67-88, out. 2001.
- BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). *Balanço das Ações do plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012-2015*. Brasília, DF: MDS, Secretaria-Executiva da CAISAN, 2013.
- _____. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. Brasília, DF: CAISAN, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Guia de Cadastramento de Famílias Indígenas*. Brasília, DF: MDS, 2011.
- _____. *Manual de Gestão do Programa Bolsa Família*. Brasília: MDS, 2013.
- CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, DF: IPEA, 2013.
- CARVALHO, O. M. B. *Políticas Públicas, sustentabilidade social e Povos Indígenas: Os Xavante da terra indígena de Parabubure em Mato Grosso*. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2010.
- CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Orgs.). *Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília, DF: IPEA, 2010. (2 volumes).

- COLMAN, R. S.; BRAND, A. J. Considerações sobre Território paraos Kaiowá e Guarani. *Tellus*, v. 8, n. 15, p. 153-174, jul./dez. 2008.
- COUTINHO, E. da S. F. Prevalence of Alcoholism and Related Problems: Some Difficulties in Conducting Surveys. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 22-29, jan/mar, 1992.
- FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *Antropologia e poder – contribuições de Eric Wolf*. Campinas; Brasília; São Paulo: Editora da Universidade estadual de Campinas; Editora da Universidade de Brasília; IMESP, 2003.
- FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.
- GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M.; ESCOBAR LATAPÍ, A. (Coord.) *Pobreza, transferencias condicionadas y sociedad*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2012.
- GUBER, R. *La Etnografía: Método, campo e reflexividad*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012.
- HERNÁNDEZ ÁVILA, L.; RUBIO, M. *Programas de Transferencias Condicionadas con pueblos indígenas de América Latina. Un marco conceptual*. Notas Técnicas, 322. Banco Interamericano de Desarrollo.
- HERZFELD, M. *Intimidade cultural – Poética social no Estado-Nação*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- HILL, J. (Ed.). Introduction: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992. In: HISTORY, power and identity – Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992. Iowa City, University of Iowa Press, 1996. p. 1-19.
- KAWULICH, B. B. *La observación participante como método de recolección de datos*. Forum Qualitative Sozialforschung. Forum: Qualitative Social Research [On-line Journal], v. 6, n. 2, Art. 43, 2005. Disponível em: <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0502430>>. Acesso em: 04 maio 2016.
- LAPLANTINE, F. *A descrição etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- LECLERC, G. *Crítica da Antropologia. Ensaio acerca da historia do africanismo*. Lisboa: Estampa, 1973.
- LONG, N. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007.
- MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. México, Siglo Veintiuno, 1998.
- MARCUS, G. E.; CUSHMAN, D. E. Las etnografías como texto. In: REYNOSO, C. (Editor). *El surgimiento de la antropología posmoderna*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

- MARQUES, R. R. Levantamentos Históricos sobre a Organização Social e Política Indígena na Aldeia Te'Yikue. In: SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE: Saberes Tradicionais e Formação Acadêmica, 4, 15 a 18 de agosto 2011, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS. *Anais*. Disponível em: <<http://neppi.org/eventos/4sustentabilidade/simposio8.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2014.
- MELATTI, J. C. Polos de articulação indígena. *Revista de Atualidade Indígena*, n. 18. Brasília, DF: FUNAI, p. 17-28, 1979.
- NADER, L. Up the anthropologist – Perspectives gained from studying up. In: HYMES, D. (Ed.). *Reinventing anthropology*. New York: Random House, 1969.
- NC PINHEIRO. *Estudo sobre o desenho, a gestão, a implementação e os fluxos de acompanhamento das condicionalidades de saúde associadas ao Programa Bolsa Família (PBF) para povos indígenas*. Brasília, DF, setembro de 2013.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: A VIAGEM de volta: etnicidade, política e reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004.
- PINHEIRO, J. D. *Avaliação dos efeitos das transferências monetárias do Programa Bolsa Família sobre povos indígenas residentes em Terras Indígenas: estudo de caso da Terra Indígena Barra Velha (BA)*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social/SAGI/DA, 2014.
- PISSOLATO, E. *A duração da pessoa, mobilidade, parentesco e xamanismo Mybya (guaraní)*. Tese de Doutorado. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2006.
- PUJADAS I MUÑOZ, J. J. (Coord.). *Etnografia*. Barcelona: Editorial UOC, 2010.
- RAPPAPORT, J. *La política de la memoria. Interpretación indígena de la historia en los Andes Colombianos*. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2000.
- ROBLES, C. *Pueblos indígenas y programas de transferencias con corresponsabilidad. Avances y desafíos desde un enfoque étnico*. Santiago de Chile: CEPAL, 2009. (Serie Políticas Sociales No 156).
- SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.
- SCHERER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 29-50.
- SCHWARTZMAN, H. B. *Ethnography in Organizations*. Newbury Park, California, 1993.
- SCHWAZER, H. O Programa Bolsa Família e sua relevância para o conceito de piso de proteção social da OIT. *One Pager*, n. 231. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager231.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2014.
- SOUZA LIMA, A. C.; TEIXEIRA, C. C. A antropologia da administração e da governança no Brasil: áreas temáticas ou ponto de dispersão. In: MARTINS, C. B. DUARTE, L. F. D. (Coord.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- SOUZA LIMA, A. C. *As órbitas do sítio*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2010.
- SOUZA LIMA, A. C. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOUZA, M. L. P. (Org.) *Processos de alcoolização indígena no Brasil: perspectivas plurais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

- STOCKING, G. W. (Ed.). *Colonial Situations. Essays on the contextualization of ethnographic knowledge*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1991.
- VELHO, G. "Observando o familiar". In: INDIVIDUALISMO e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- VERDUM, R. (Org.). *Assistência Técnica e Financeira para o Desenvolvimento Indígena*. Brasília, DF: NEAD; Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2005.
- VERDUM, R., ARAÚJO, A. L. O. (Org.). *Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade*. Brasília, DF: NEAD, 2010 p. 332. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/>>. Acesso em: 04 maio 2014.
- WOLF, E. *A Europa e os povos sem História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- WOLF, E. *Figurar el poder – ideologías de dominación y crisis*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – CIESAS, 2001.
- ZELIZER, V. A. *El Significado social del dinero*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

ROTEIRO BÁSICO COMUM (RBC)

Parte 1: Percepções e visões sobre o PBF e sobre Pobreza

1. O que é pobreza para você?
2. Você considera a sua comunidade uma comunidade pobre? Por quê?
3. O PBF mudou alguma coisa na vida da sua família? E da comunidade?
4. Se sim, o que mudou? Se não, por que não mudou?
5. O PBF faz a sua família sair mais vezes da aldeia? O que você acha disso (é bom, é ruim, faz diferença?)?
6. O que você acha de ter que ir até a cidade sacar o benefício?
7. O que você acha do PBF?
8. O que tem de positivo no Programa?
9. O que tem de negativo?
10. Você sabe por que o governo dá este dinheiro para você?
11. Se você pudesse mudar alguma coisa no BF, o que mudaria?

Parte 2: Cadastro Único

1. Você sabe o que é o Cadastro Único? (se, sim, explicar o que é).
2. Como você ficou sabendo da existência do Cadastro? (Através da prefeitura/ CRAS/ Secretaria de Assistência? Pela FUNAI? Pelo DSEI? Pelas lideranças indígenas? Por uma consulta prévia (OIT 169)? Por programas de rádio e televisão? Pelos professores indígenas? Por fóruns de participação indígena no município ou na região? Por outros? Por quem?).
3. Quando você fez o cadastramento de sua família, você foi informado de que por meio dele poderia acessar um conjunto de ações e programas sociais, entre eles o PBF?
4. Você conhece os outros programas que pode acessar através do Cadastro Único, além do PBF? Pode dar exemplos?
5. Como você realizou seu cadastramento? Procurou um CRAS? Participou de um Mutirão? Recebeu a visita de um funcionário do CRAS em seu domicílio?
6. Se estão fora do Cadastro, sabe o porquê? Não tem perfil – não precisam? Não querem? Não foram identificados como possíveis beneficiários?
7. Você já realizou alguma atualização dos seus dados no cadastro?
8. Com que periodicidade você atualiza os seus dados no cadastro?
9. Como você fica sabendo que é preciso atualizar os dados? Alguém vai na comunidade/aldeia ou você vai na prefeitura/CRAS? A Funai/DSEI ajudam a lembrar?
10. Na ocasião do cadastramento e/ou da atualização dos seus dados no cadastro, você ficou satisfeito com as informações prestadas sobre o cadastro e sobre os programas sociais que a sua família pode acessar?

Parte 3: Condicionalidades

1. Você/Seus filhos vai/vão à escola todos os dias?
2. A escola é indígena? (se a resposta for NÃO, pular para a questão 7)
3. Os professores são indígenas?
4. Há merenda escolar todos os dias? Quais são os alimentos geralmente oferecidos?
5. Há materiais escolares na língua da etnia?
6. Você já teve algum problema no seu benefício por seu(s) filho(s) não ter(em) ido à escola?
7. Quanto tempo leva para chegar à escola do município?
8. Necessita de algum meio de transporte? Qual?
9. Há merenda escolar todos os dias? Quais são os alimentos geralmente oferecidos?
10. Como são adquiridos os materiais escolares?
11. A escola é na aldeia?
12. A frequência à escola levou à migração para fora da aldeia?
13. Caso seja necessário se mudar da aldeia para frequentar a escola, há alteração na composição do domicílio?
14. Caso seja necessário se mudar do domicílio (na aldeia) para frequentar a escola, há alteração na economia doméstica?
15. Há posto de saúde na aldeia? (se a resposta for NÃO, pular para a questão 17)
16. O posto de saúde da aldeia atende a todas as crianças?
17. As vacinas de seus filhos estão em dia?

18. O posto de saúde da aldeia atende a todas as mulheres gestantes e que estão amamentando?
19. Há atendimento pré-natal disponível?
20. Você já teve algum problema no seu benefício por seu(s) filho(s) e/ou a senhora não ter(em) ido ao médico?
21. Há agentes comunitários de saúde que visitam com frequência a aldeia? (se a resposta for NÃO, pular para a questão 21)
22. Os agentes comunitários de saúde fazem a pesagem e a medição das crianças?
23. Os agentes comunitários de saúde atendem as gestantes e as mulheres que estão amamentando?
24. Você já teve algum problema no seu benefício por seu(s) filho(s) e/ou a senhora não ter(em) recebido a visita do agente comunitário de saúde?
25. O deslocamento para a cidade para o tratamento de saúde é por que não há posto de saúde na aldeia?
26. O deslocamento para a cidade para o tratamento de saúde é para alguns desses casos:
 - a. Medição das crianças
 - b. Pesagem das crianças
 - c. Vacinação das crianças
 - d. Pré-natal
 - e. Outros*
27. Você conhece as regras da **educação** (frequência escolar) que seus filhos precisam cumprir para não ter problema no benefício? Você sabe com qual propósito elas foram criadas? O que acha dessas regras?
28. Você conhece as regras da **saúde** (calendário vacinal e pré-natal) que você e seus filhos precisam cumprir para não ter problema no benefício? Você sabe com qual propósito elas foram criadas? O que acha dessas regras?

Parte 4: Aspectos do pagamento/recebimento dos benefícios/logística de pagamento

1. Quem recebe o BF na sua família? Quem guarda/cuida do cartão?
2. Onde você saca o benefício do Bolsa Família?
3. O saque é feito no seu município? Se não for feito no município, o que a sua família faz para receber o Bolsa Família, já que não há locais para saques na sua cidade de referência (dizer o nome, em cada caso)?
4. Como você se desloca até o lugar em que costuma sacar o benefício/Bolsa Família? Qual o tempo do deslocamento? Com que tipo de transporte? Vai só ou junto com outros/as beneficiários/as? Por quê?
5. Este deslocamento implica em despesa? Quanto é gasto, aproximadamente, com transporte para ir até o local em que saca o benefício do Bolsa Família e voltar para casa/trabalho?
6. Por quanto tempo em média as pessoas ficam fora da comunidade quando vão sacar o benefício? Já teve problemas com as pessoas na cidade? Se sim, de que tipo? Já teve problemas com o retorno? Se houve, de que tipo?
7. O PBF faz as pessoas saírem das aldeias mais vezes? O que você acha disso? (é bom, é ruim, faz diferença?)
8. Você já teve dificuldade para sacar o benefício do Bolsa Família?
9. Que tipo de dificuldade você teve para sacar o benefício do Bolsa Família?
10. Normalmente, o Bolsa Família é sacado nas datas previstas no calendário mensal de pagamento?
11. Caso não, por que o benefício não é sacado nas datas previstas (mensalmente) de pagamento do Programa Bolsa Família?

12. Você tem ou teve algum tipo de dificuldade para usar o seu cartão do Bolsa Família?
[] Precisou comprar alguma coisa no comércio para poder sacar o Bolsa Família;
13. Qual(is) dificuldade(s) você teve para usar o seu cartão do Bolsa Família?
[] Precisou adquirir "raspadinhas" ou cartão de loterias, para poder sacar o Bolsa Família;
14. Sua família recebe o benefício por meio de depósito em conta bancária (tem o cartão CAIXA Fácil)?
[] Precisou deixar uma parte do seu benefício na casa lotérica ou no comércio, porque eles disseram que isso era obrigatório;
15. Por que sua família escolheu receber o benefício por meio de conta bancária?
[] Teve seu cartão Bolsa Família retido por funcionários da Caixa, casas lotéricas, comércios com a marca CAIXA AQUI (que façam o saque do Bolsa Família);
16. Você costuma entregar o seu cartão e a senha, utilizados para sacar os benefícios do Bolsa Família, a outras pessoas para que façam pagamentos, saquem dinheiro ou qualquer outra operação em seu nome?
[] Precisou deixar seu cartão em outras lojas ou comércio como garantia de compras a prazo (comércio sem a marca CAIXA AQUI)
17. Para quem você costuma entregar o cartão? Já teve algum problema causado por isso? Quais?
Observação: caso seja constatada ocorrência de algum tipo, tentar entrevistar também os atores envolvidos (funcionários da CAIXA nos municípios, casas lotéricas, comerciantes).
18. Algumas das situações abaixo já aconteceram com você e sua família desde que está no Programa Bolsa Família?
(marcar mais de uma, se for o caso)

Parte 5: Utilização do benefício/usos do PBF

1. O que você e sua família fazem com o dinheiro do Bolsa Família?
2. Alguém da família decide de que forma o dinheiro será usado? Quem?
3. Há consenso entre os membros da família sobre a forma como o dinheiro será utilizado?
4. A pessoa que decide o uso do dinheiro é a mesma que o saca?
5. O não recebimento do PBF em algum mês (seja por suspensão, bloqueio ou cancelamento) causou transtornos?
6. Como o não recebimento do PBF em algum mês é percebido?

Parte 6: Relações com o poder público local/comércio/sociedade local

1. Quando você tem algum problema com o Bolsa Família, o que você faz? Quem você procura?
2. Você sabe quem é o responsável pelo PBF (quem paga o benefício)?
3. Você sabe quem é o responsável pelo PBF no município?
4. Quando você precisa falar com alguém para receber o PBF ou quando está com algum problema relacionado ao Bolsa Família, como você é tratado?
5. Quando você vai sacar o benefício há algum constrangimento em relação às pessoas que moram na cidade (não indígenas)? Você se sente mal de ter que ir até a cidade sacar o benefício? Por que?
6. O Bolsa Família provocou alguma mudança na relação com os comerciantes (eles oferecem novos produtos (quais?), crédito, mais crédito, dão melhor tratamento etc.?)
7. Quando você vai sacar o benefício, seja na agência da Caixa, na lotérica, nos terminais Caixa Aqui, como você é tratado? Você acha que o tratamento é diferente com os indígenas? É melhor, é pior?
8. Você sabia que existem espaços de discussão entre governo e sociedade, as Instâncias de Controle Social (ICS), para tratar do PBF em seu município?
9. Você sabia que as lideranças indígenas podem participar desses espaços?
10. Há alguém na aldeia que participe da fiscalização, nas ICS do Bolsa Família?
11. Você participa de algum grupo que discute, fiscaliza e acompanha o PBF no seu município ou na sua comunidade? Na sua organização indígena?
12. Você conhece alguma liderança de indígena de seu povo ou de sua região que participe desses espaços de discussão? Você tem conversado com essa pessoa sobre o PBF?

Parte 7: PBF na perspectiva de gênero

1. O cartão do Bolsa Família está em nome de quem?
2. Se for em nome da mulher, houve alguma orientação/determinação por parte de quem fez o Cadastro Único?
3. Tem algum problema o cartão ser feito, preferencialmente, em nome da mulher?
4. Ainda que o cartão esteja no nome da mulher, ela tem autonomia para decidir o que fazer com o benefício? [fazer esta indagação junto às próprias mulheres, procurando verificar o que elas fazem com ele]
5. O dinheiro do PBF fica com a mulher?

Parte 8: Produção e segurança alimentar e nutricional

1. A comunidade deixou de praticar alguma atividade produtiva por causa do PBF (por exemplo, ter roça?)
2. Alguém da sua família deixou de trabalhar na propriedade de alguém recebendo por diária? O PBF tem alguma influência nisso?
3. O dinheiro do PBF é usado para comprar alimentos produzidos fora da aldeia? (Se sim, que tipo?) E dentro da comunidade?
4. Com o dinheiro do PBF o que mudou na alimentação da família em termos de quantidade e variedade dos alimentos?
5. Desde que entrou no Programa, a família deixou de se alimentar suficientemente bem por falta de dinheiro?
6. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente, porque não ha-
via dinheiro para comprar a comida?
7. Depois de entrar no Programa, com que frequência a família sentiu medo de passar fome?
8. Com o dinheiro do PBF já foram compradas ferramentas ou materiais necessários para a produção familiar? Para custear mutirão/puxirum/puxirão/ajurí/convite ou outros rituais agrícolas?
9. Com o dinheiro do PBF a família comprou sementes ou mudas para plantação?
10. O dinheiro do PBF já foi utilizado para adquirir ou reformar barcos e/ou instrumento de pesca?
11. A sua família já se uniu a outra(s) para fazer um projeto de produção (cultivo, criação, pesca ou artesanato) com o dinheiro do PBF?

Parte 9: Acesso aos serviços e benefícios sócioassistenciais

1. As famílias indígenas conhecem o Centro de Referência de Assistência Social/CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS?
2. Já foram atendidas nessas unidades? Quais os motivos que levaram a procurar essas Unidades?
3. De quais atividades participam no CRAS?
4. O CRAS (ou no caso do CREAS) realiza atividades específicas para os indígenas?
5. Você considera importante ter atendimento pelo CRAS (ou CREAS)? Por que?
6. O CRAS (ou CREAS) está localizado em local de fácil acesso? Onde?
7. A família indígena encontra alguma resistência para o seu atendimento nessas unidades? Que tipo?
8. A família indígena recebe visita dos técnicos de CRAS ou da equipe volante?
9. Como a família percebe o CRAS (ou CREAS)? Ou seja, como ela define o CRAS/CREAS?
10. Quando cadastrados foram informados dos benefícios, como o Bolsa Família, que poderiam passar a receber?
11. Quando cadastrados, foram informados sobre outros benefícios, como BPC (Benefício de Prestação Continuada), Benefícios eventuais (ex: auxílio natalidade, auxílio em caso de morte, calamidade)
12. Conseguiram ter acesso ao benefício? Qual benefício? Qual unidade promoveu o acesso?
13. A família que possui membro que recebe o BPC forneceu essa informação no momento de preenchimento do cadastro?
14. De quais serviços sociais as famílias indígenas sentem necessidade?

ROTEIRO BÁSICO ELABORADO POR BRUNO NOGUEIRA GUIMARÃES

Parte 1: Composição familiar

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. Você possui filhos? Eles moram aqui?
4. Quantas pessoas residem nesta casa?

Parte 2: Cadastro Único

1. Você recebe Bolsa Família? Quem mais nesta casa recebe o Bolsa Família?
2. Como você fez o cadastro do Bolsa Família? E como você ficou sabendo dele?
3. Existem outros programas que você pode acessar pelo mesmo cadastro?
4. Você já atualizou os dados no cadastro? Por quê?
5. Em qual cidade foi realizado o cadastro?
6. Você sabe quem envia o dinheiro do Bolsa Família? Por que ele o envia?
7. Quem é o responsável pelo Bolsa Família na cidade?
8. A quem você recorre em caso de algum problema no recebimento do benefício?

Parte 3: Condicionalidades

1. Existem pessoas nesta casa que estão matriculadas na escola? Quando elas vão às aulas?
2. O Posto de Saúde atende a todas as crianças desta casa? E as gestantes e lactantes?
3. Os seus filhos receberam vacinas? Alguém deixou de receber alguma vacina?
4. Alguma vez vocês deixaram de receber o benefício do Bolsa Família? Se sim, sabe o motivo?
5. Você conhece as regras para receber/continuar recebendo o Bolsa Família? Quais são?

Parte 4: Estratégias de apropriação do benefício

1. Quem recebe o Bolsa Família?
2. Com quem está o cartão do Bolsa Família? (Posso ver o cartão?)
3. O cartão está no nome de quem? O que você acha disto?
4. Onde você saca o benefício do Bolsa Família?
5. Como você se desloca até o local de recebimento do Bolsa Família?
6. Com que frequência você recebe o dinheiro do PBF?

Parte 5: Patronato

1. Quem é o seu patrão?
2. Desde quando ele é o seu patrão?
3. Você sabe quanto recebe por mês com o Bolsa Família?
4. Você sabe quanto o patrão toma por mês do PBF?
5. Você sabe quanto deve ao patrão e quando a dívida será quitada?
6. Por que você escolheu esta pessoa para ser seu patrão?
7. Você sabe onde o seu patrão saca o seu Bolsa Família? (na Caixa Econômica, na Lotérica etc.?)
8. Seu patrão está com seus documentos?

